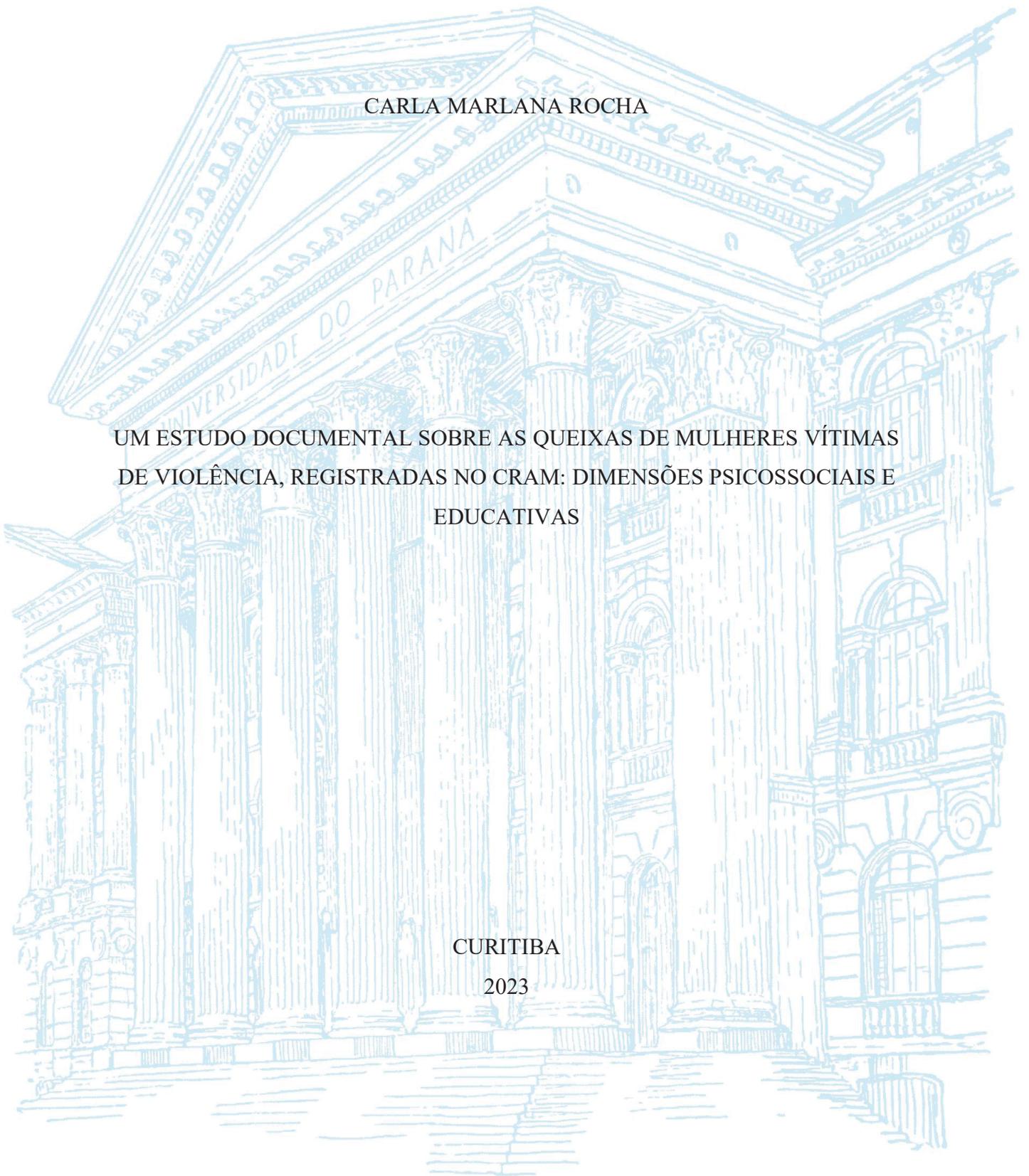


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

CARLA MARLANA ROCHA

UM ESTUDO DOCUMENTAL SOBRE AS QUEIXAS DE MULHERES VÍTIMAS
DE VIOLÊNCIA, REGISTRADAS NO CRAM: DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS E
EDUCATIVAS

CURITIBA
2023



CARLA MARLANA ROCHA

UM ESTUDO DOCUMENTAL SOBRE AS QUEIXAS DE MULHERES VÍTIMAS
DE VIOLÊNCIA, REGISTRADAS NO CRAM: DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS E
EDUCATIVAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), na Linha de Pesquisa Processos Psicológicos em Contextos Educacionais no Setor de Educação, na Universidade Federal do Paraná - UFPR, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Rocha, Carla Marlana.

Um estudo documental sobre as queixas de mulheres vítimas de violência, registradas no CRAM : dimensões psicossociais e educativas / Carla Marlana Rocha – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas

1. Violência contra as mulheres. 2. Psicologia comunitária. 3. Apoio social. 4. Violência - Prevenção. I. Freitas, Maria de Fátima Quintal de. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Título.

Bibliotecária: Tania de Barros Baggio CRB-9/760



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **CARLA MARLANA ROCHA** intitulada: **UM ESTUDO DOCUMENTAL SOBRE AS QUEIXAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, REGISTRADAS NO CRAM: dimensões psicossociais e educativas**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica
21/07/2023 22:17:59.0
MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
22/07/2023 10:50:11.0
JULIANE SACHSER ANGNES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE -
GUARAPUAVA)

Assinatura Eletrônica
31/07/2023 22:21:05.0
JORGE MÁRIO FLORES OSÓRIO
Avaliador Externo (UNIVERSIDAD DE TIJUANA - MÉXICO)

Assinatura Eletrônica
21/07/2023 14:22:23.0
MARIA SARA DE LIMA DIAS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
24/07/2023 12:09:16.0
JUSAMARA VIEIRA SOUZA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO
SUL)

Assinatura Eletrônica
31/07/2023 08:42:55.0
RITA DE CÁSSIA ANDRADE MARTINS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATÁI)

AGRADECIMENTOS

Agradecer as pessoas que compartilharam direta ou indiretamente do trilhar do doutorado é poder expressar a gratidão por aqueles que caminharam ao meu lado. Uma tese não se resume aos seus escritos, mas se traduz em tudo aquilo que aconteceu no processo formativo, encontros e desencontros.

Acredito na prática da oração e da prece, agradeço a Deus por ter me escutado nos momentos que mergulhei meu coração junto a ele. Agradeço o amparo divino, discernimento e misericórdia.

Professora Doutora Mária de Fatima Quintal de Freitas, agradeço pelo acolhimento. Sou grata pelo privilégio de ser sua orientanda, pelo despertar para uma formação humana, solidária e fraterna. Profe Fa, seus ensinamentos elevam a dignidade humana, são inspiradores e levo comigo para a vida, docência e advocacia. Desejo, que esta tese seja apenas o início dos nossos laços afetivos e profissionais.

Agradeço à Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPPM) e ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) de Guarapuava-PR, especialmente à diretora do CRAM Thalyta Forquim Buco, pela disponibilização dos documentos que integram esta tese, sem estes dados a pesquisa não seria possível. Agradeço pelo carinho, ética e comprometimento que fui recebida.

Aos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa, Dr. Jorge Mario Flores Osorio - Universidad de Tijuana – México; Dra. Rita de Cássia Andrade Martins – Universidade Federal de Jataí; Dra. Jusamara Vieira Souza - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Dra. Maria Sara de Lima Dias – Universidade Tecnológica Federal do Paraná; e Dra. Juliane Sachser Angnes – Universidade Estadual do Centro-Oeste, obrigada pelas sugestões, contribuições e discussões para finalização desta tese e construção do conhecimento. Faço um agradecimento especial à Profe Ju, pelo incentivo, pela amizade, por acreditar em mim e pela inspiração.

Agradeço à minha família pela compreensão das ausências e incentivo, carrego comigo as lições que apreendi em casa, elas fazem parte de quem sou. Meu companheiro Marinaldo Rattes, obrigada por me apoiar nas minhas escolhas e por ter me cuidado! Na solidão da escrita você foi o meu alento, simplesmente me acolheu até mesmo em momentos que não entendia. Agradeço por partilharmos a vida.

Minhas amigas de viagens longas, Lais, Thâmara, Yannaê e Ana Glaucia, obrigada pelo apoio e por me incentivaram nas escolhas da vida, com vocês tudo fica mais leve. Minhas amigas de infância, minha rede afetiva, Agatha, Anna, Carla, Larissa, Mariana e Taline, agora não tenho mais desculpas para as ausências.

Meus colegas de NUPCES¹, gratidão pelo compartilhamento de saberes, cafés, inquietações em comum e companheirismo, agradeço especialmente o Leandro Corsico Souza, meu colega de turma com quem passei boa parte do doutoramento. Dênis, um grato presente e companheiro de chá.

Agradeço o Departamento de Secretariado Executivo da Unicentro pelo apoio e incentivo na qualificação profissional.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Paraná e ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

¹ Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde, coordenado pela Professora Dr^a. Maria de Fátima Quintal de Freitas – Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

A violência nesta pesquisa foi abordada como uma síntese das relações e condições sócio-históricas vividas pelas pessoas envolvidas nessa dinâmica da violência, apoiando-se em aportes oriundos do campo da psicologia social comunitária, e tendo como perspectiva pensar ações pedagógicas e educativas dirigidas à formação e preparação profissional para esse enfrentamento. Na tese buscou-se uma compreensão sobre as dimensões psicossociais que emergem das queixas de mulheres vítimas de violência relatadas ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM). O objetivo da pesquisa foi analisar os relatos de mulheres vítimas de violência doméstica, documentados nos atendimentos junto ao CRAM do Município de Guarapuava, no estado do Paraná. O termo queixa empregado neste estudo é no sentido psicossocial como relato e expressão de dor e sofrimento, ou ainda, como lamúria ato de falar de modo triste sobre a violência sofrida. Realizou-se um levantamento de teses e dissertações, defendidas no período de 2006 a 2021 no catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Analisaram-se 52 trabalhos de teses e dissertações, sendo que os fatores identificados como responsáveis para que a violência ocorra estão relacionados às categorias ligadas ao compartilhamento de valores, além da expressão concreta das desigualdades de gênero na dominação e poder masculino. Dentro da coleta de dados documentais e presentes nesta pesquisa documental a respeito das queixas registradas nas planilhas do CRAM foram selecionadas 72 queixas. Na análise qualitativa realizada nestas 72 queixas, utilizou-se análise de dados descritiva, primeiramente, sistematização dos dados guiados pelas modalidades de atendimentos estabelecidos no CRAM e, após a descrição dos eixos categorias criadas *a posteriori* a respeito dos significados das queixas, perspectivas de futuro na relação com companheiro\marido, e na estrutura familiar. As queixas registradas no CRAM compreendem o período de 2016 a 2022, e a análise central recaiu nos relatos registrados no ano de 2021. Foram 72 queixas estudadas em profundidade. Como resultado, as queixas das mulheres possuem relatos de vivências desumanas, violências que descortinam suicídio, depressão, falta de memória, síndrome do pânico e outras doenças psicossomáticas e que impactam na saúde mental da mulher e das pessoas próximas. As queixas parecem dizer que é preciso pensar em formas de apoio às mulheres vítimas dessa violência, envolvendo aspectos relacionados aos significados para as suas relações, em termos de continuidade ou não. Esse apoio não possui relação com uma punição criminal ou aplicação da Lei Maria da Penha. O pedido de apoio ou atendimento psicológico parece estar presente nas queixas como uma ajuda para suportar a violência sofrida, e não necessariamente romper com a violência ou com a família. A continuidade da denúncia mostrou-se como insuficiente para ruptura da violência. As perspectivas de uma vida sem violência não são sinalizadas, apenas a manutenção da família apareceu como valor sedimentado e desejado pela mulher. As intervenções precisam ser em comunidade, no espaço público, privado e coletivo, constituídas dentro de um processo participativo, com o intercâmbio de conhecimentos, práticas e experiências entre profissionais que trabalham ou pesquisam a violência e a população.

Palavras-chave: violência contra a mulher; Psicologia Social Comunitária; apoio psicossocial; enfrentamento da violência; intervenção comunitária.

ABSTRACT

Violence in this research was approached as a synthesis of the relationships and socio-historical conditions experienced by the people involved in this dynamic of violence, based on contributions from the field of community social psychology, and having as a perspective to think about pedagogical and educational actions aimed at training and professional preparation for this confrontation. The thesis sought to understand the psychosocial dimensions that emerge from the complaints of women victims of violence reported to the Reference Center for Assistance to Women in Situations of Violence (CRAM). The objective of the research was to analyze the reports of women victims of domestic violence, documented in the consultations with the CRAM of the Municipality of Guarapuava, in the state of Paraná. The term complaint used in this study is in the psychosocial sense as a report and expression of pain and suffering, or even as a whining act of speaking sadly about the violence suffered. A survey of theses and dissertations was carried out, defended in the period from 2006 to 2021 in the catalog of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Fifty-two theses and dissertations were analyzed, and the factors identified as responsible for the occurrence of violence are related to categories linked to shared values, in addition to the concrete expression of gender inequalities in male domination and power. Within the collection of documentary data and present in this documentary research regarding the complaints registered in the CRAM worksheets, 72 complaints were selected. In the qualitative analysis carried out on these 72 complaints, descriptive data analysis was used, firstly, systematization of the data guided by the modalities of care established in the CRAM and, after the description of the axes, categories created a posteriori regarding the meanings of the complaints, future perspectives in the relationship with a partner\husband, and in the family structure. The complaints registered in CRAM cover the period from 2016 to 2022, and the central analysis focused on reports registered in 2021. There were 72 complaints studied in depth. As a result, women's complaints include reports of inhumane experiences, violence that leads to suicide, depression, lack of memory, panic syndrome and other psychosomatic illnesses that impact the mental health of women and those close to them. The complaints seem to say that it is necessary to think about ways of supporting women who are victims of this violence, involving aspects related to the meanings for their relationships, in terms of continuity or not. This support is not related to criminal punishment or application of the Maria da Penha Law. The request for support or psychological care seems to be present in the complaints as an aid to bear the violence suffered, and not necessarily to break away from the violence or the family. The continuation of the complaint proved to be insufficient to stop the violence. The prospects for a life without violence are not highlighted, only maintaining the family appeared as a value established and desired by women. Interventions need to be in the community, in the public, private and collective space, constituted within a participatory process, with the exchange of knowledge, practices and experiences between professionals who work or research violence and the population.

Keywords: violence against women; Community Social Psychology; psychosocial support; coping with violence; community intervention.

RESÚMEN

La violencia en esta investigación fue abordada como una síntesis de las relaciones y condiciones socio-históricas vividas por las personas involucradas en esta dinámica de violencia, a partir de aportes desde el campo de la psicología social comunitaria, y teniendo como perspectiva para pensar los aspectos pedagógicos y educativos. acciones encaminadas a la formación y preparación profesional para este enfrentamiento. La tesis buscó comprender las dimensiones psicosociales que emergen de las denuncias de mujeres víctimas de violencia reportadas al Centro de Referencia de Atención a Mujeres en Situación de Violencia (CRAM). El objetivo de la investigación fue analizar los relatos de mujeres víctimas de violencia doméstica, documentados en las consultas con el CRAM del Municipio de Guarapuava, en el estado de Paraná. El término denuncia utilizado en este estudio es en el sentido psicosocial como relato y expresión de dolor y sufrimiento, o incluso como un acto quejumbroso de hablar tristemente de la violencia sufrida. Se realizó un levantamiento de tesis y disertaciones defendidas en el período de 2006 a 2021 en el catálogo de la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES). Se analizaron 52 tesis y disertaciones, y los factores identificados como responsables de la ocurrencia de la violencia se relacionan con categorías vinculadas a valores compartidos, además de la expresión concreta de las desigualdades de género en la dominación y el poder masculino. Dentro de la recopilación de datos documentales y presentes en esta investigación documental respecto a las denuncias registradas en las planillas del CRAM, se seleccionaron 72 denuncias. En el análisis cualitativo realizado sobre estas 72 denuncias se utilizó el análisis de datos descriptivos, en primer lugar, la sistematización de los datos guiada por las modalidades de atención establecidas en el CRAM y, luego de la descripción de los ejes, categorías creadas a posteriori respecto de los significados de las quejas, las perspectivas de futuro en la relación de pareja/esposo y en la estructura familiar. Las denuncias registradas en la CRAM abarcan el período de 2016 a 2022, y el análisis central se centró en las denuncias registradas en 2021. Fueron 72 denuncias estudiadas en profundidad. Como resultado, las quejas de las mujeres incluyen relatos de experiencias inhumanas, violencia que conduce al suicidio, depresión, falta de memoria, síndrome de pánico y otras enfermedades psicosomáticas que impactan la salud mental de las mujeres y de sus seres queridos. Las denuncias parecen decir que es necesario pensar en formas de apoyo a las mujeres víctimas de esta violencia, involucrando aspectos relacionados con los significados para sus relaciones, en términos de continuidad o no. Este apoyo no está relacionado con sanciones penales ni con la aplicación de la Ley Maria da Penha. La solicitud de apoyo o atención psicológica parece estar presente en las denuncias como una ayuda para sobrellevar la violencia sufrida, y no necesariamente para romper con la violencia o con la familia. La continuación de la denuncia resultó insuficiente para detener la violencia. No se destacan las perspectivas de una vida sin violencia, sólo el mantenimiento de la familia apareció como un valor establecido y deseado por las mujeres. Las intervenciones deben ser en la comunidad, en el espacio público, privado y colectivo, constituidas dentro de un proceso participativo, con el intercambio de conocimientos, prácticas y experiencias entre los profesionales que trabajan o investigan la violencia y la población.

Palabras-clave: la violencia contra las mujeres; Psicología Social Comunitaria; apoyo psicosocial; hacer frente a la violencia; intervención comunitaria.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Principais marcos temporais da SPPM.....	25
FIGURA 2- Registros de violência contra a mulher durante o período de pandemia pelo CRAM.....	29
FIGURA 3 – Levantamento sistêmico de teses e dissertações no período de 2006 a 2021	54
FIGURA 4 – Organização dos resultados no Google Forms.....	55
FIGURA 5 – Organização por autor e título.....	56
FIGURA 6 – Objetos investigados.....	58
FIGURA 7 – Intervenções, práticas ou propostas.....	59
FIGURA 8 – Contribuições dos estudos.....	59
FIGURA 9 – Temas encontrados nas teses e dissertações.....	70
FIGURA 10 – Fatores identificados nas pesquisas como responsáveis pela violência contra a mulher.....	74
FIGURA 11 - Relatório-Planilha das queixas, das mulheres vítimas de violência, registradas no CRAM.....	105

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Pesquisas de Dissertações sobre violência contra a mulher nos Programas de Pós-Graduação na área da Educação.....	61
QUADRO 2 - Pesquisas de Teses sobre violência contra a mulher dos Programas de Pós-Graduação na área do Direito.....	62
QUADRO 3 - Pesquisas de Dissertações sobre violência contra a mulher dos Programas de Pós-Graduação na área do Direito.....	63
QUADRO 4 - Pesquisas de Teses sobre violência contra a mulher dos Programas de Pós-Graduação na área da Psicologia.....	65
QUADRO 5 - Pesquisas de Dissertações sobre violência contra a mulher dos Programas de Pós-Graduação na área da Psicologia.....	65
QUADRO 6 – Pesquisas de Teses sobre violência contra a mulher nas dos Programas de Pós-Graduação na área da Saúde.....	66
QUADRO 7 – Pesquisas de Dissertações sobre violência contra a mulher dos Programas de Pós-Graduação na área da Saúde.....	67
QUADRO 8 - Pesquisas de Dissertações sobre violência contra a mulher dos Programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social.....	68
QUADRO 9 – Síntese dos resultados e contribuições das teses e dissertações sobre o enfrentamento da violência contra a mulher.....	77
QUADRO 10 – Proposições e reflexões levantadas nas teses e dissertações.....	85
QUADRO 11 - Queixas registradas na Busca ativa.....	115
QUADRO 12 - Queixas registradas no Diagnóstico inicial.....	121
QUADRO 13 - Queixas registradas no Atendimento aprofundado.....	128
QUADRO 14 - Queixas registradas no Contato sem intervenção.....	132
QUADRO 15 - Queixas registradas na Intervenção em grupo.....	135
QUADRO 16 - Queixas registradas na Visita domiciliar.....	139
QUADRO 17 - Queixas registradas no Encaminhamento para a Rede.....	142
QUADRO 18 - Queixas registradas na Casa Abrigo.....	145
QUADRO 19 – Queixas no Acompanhamento junto à Rede de Enfrentamento.....	147

QUADRO 20 - Aspectos presentes nas queixas relativas à situação familiar e\ou aspecto material presente na discussão.....	155
QUADRO 21 - Incertezas, insegurança e\ou medos presentes nas queixas realizadas	156
QUADRO 22 - Aspectos que estão sendo gerados pela denúncia quanto ao: apoio recebido e\ou sentido e possibilidade de desabafar; as razões para a continuidade ou descontinuidade da queixa; e receios de que a violência piore ou aumente ou não.....	157
QUADRO 23 - Que futuro parece se desenhar para a mulher vítima de violência.....	159

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Porcentagem por ano de teses e dissertações produzidas.....	57
GRÁFICO 2 – Categoria da pesquisa.....	57
GRÁFICO 3 – Produção por área de conhecimento.....	58
GRÁFICO 4 – Tipos de violências abordadas nas teses e dissertações.....	60

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número e taxas (em 100 mil mulheres) de homicídios femininos no Brasil 1980/2010.....	45
TABELA 2 - Distribuição das modalidades de atendimento realizadas, por áreas profissionais (Psicologia, Direito e Serviço Social) e tipo de atendimento no período 2016 a 2020.....	109
TABELA 3 - Distribuição das modalidades de atendimento realizadas, por áreas profissionais (Psicologia, Direito e Serviço Social) e tipo de atendimento no período de 2021.....	110
TABELA 4 - Distribuição das modalidades de atendimento realizadas, por áreas profissionais (Psicologia, Direito e Serviço Social) e tipo de atendimento no período de 2022.....	111

LISTA DE SIGLAS

BPM - Batalhão da Polícia Militar

B.O - Boletim de Ocorrência

CAPES - Centro de Atenção Psicossocial

CMB - Casa da Mulher Brasileira

CRAM - Centro de Referência no Atendimento à Mulher

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência de Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT – Conselho Tutelar

FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná

FRIDA - Formulário de Avaliação de Risco

IML - Instituto Médico Legal

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OEA - Organização dos Estados Americanos

PMPPM - Plano Municipal de Políticas Públicas

PM – Polícia Militar

PSC - Psicologia Social Comunitária

MPU - Medida Protetiva de Urgência

MMP - Movimento das Mulheres da Primavera

NEDDIJ - Núcleo de Estudos dos Direitos e Defesa da Infância e Juventude

NUMAPE - Núcleo Maria da Penha

OMS - Organização Mundial da Saúde

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SPPM - Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Guarapuava

UPA - Unidades Básicas de Saúde

Unicentro – Universidade Estadual do Centro-Oeste

UFPR – Universidade Federal do Paraná

14ª SDP - 14.ª Subdivisão Policial de Guarapuava

16º BPM - 16º Batalhão da Polícia Militar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: CRAM.....	19
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	35
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	44
1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	46
1.5 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS.....	46
2. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA EM TESES E DISSERTAÇÕES E ALGUNS SUBSÍDIOS TEÓRICOS DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA	50
2.1 CAMINHO METODOLÓGICO: LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES NO PERÍODO DE 2006 A 2021.....	53
2.2 ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE O TEMA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	60
2.3 CONTRIBUIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA.....	76
2.4 ALGUNS SUBSÍDIOS DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA.....	94
3. CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO: QUEIXAS REGISTRADAS NO CRAM POR MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	99
3.1 CAMINHOS EPISTEMOLÓGICOS.....	100
3.2 PESQUISA QUALITATIVA DOCUMENTAL.....	101
3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	102
4. QUEIXAS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: PROCESSO DE APROXIMAÇÃO AO CAMPO E COLETA DE INFORMAÇÕES	103
5. DINÂMICAS PSICOSSOCIAL E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA: ALGUMAS REFLEXÕES	153
<i>A - Violência como um fenômeno antigo e sua (in) visibilidade</i>	153
<i>B – O QUE AS MULHERES ESTÃO A NOS DIZER: Quais informações emergiram das queixas, registradas nas planilhas-relatório do CRAM</i>	154

<i>C – Violência como problema de saúde pública e coletiva e redes de enfrentamento.....</i>	<i>159</i>
<i>D – Violência, educação e psicologia social comunitária: algumas relações.....</i>	<i>160</i>
6. REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES FINAIS.....	162
REFERÊNCIAS.....	165
APÊNDICE A - Apresentação dos 52 trabalhos que compõem a pesquisa de levantamento em teses e dissertações sobre a violência contra a mulher.....	173
APÊNDICE B - Autorização da pesquisa pelo CRAM.....	176
ANEXO.....	177

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo introdutório tem como finalidade delimitar a pesquisa, apresentar a contextualização do campo de investigação e delimitação do tema. Expõe-se a problemática e os objetivos delineados, após apresenta-se a justificativa, a relação do objeto de estudo com a linha de pesquisa Processos Psicológicos em Contextos Educacionais. Por fim, apresenta-se a perspectiva da Psicologia Social Comunitária, a qual norteia este estudo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: CRAM

O Centro de Referência e Atendimento à Mulher - CRAM de Guarapuava integra a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Guarapuava - SPPM, a qual possui dois eixos de trabalho o combate à violência contra a mulher e a promoção da autonomia econômica das mulheres.

O CRAM faz parte do eixo do combate à violência contra a mulher, responsável por atender às vítimas de violência, prestar atendimento, orientações, encaminhamentos e acolhimento. Para tanto, conta com a Casa Abrigo para as mulheres em risco de morte, formação para os agentes públicos que atendem as mulheres, como médicos, enfermeiros, agentes de saúde comunitários, professores, policiais, etc. (PMPPM, 2016).

No eixo promoção da autonomia econômica, a SPPM oferece cursos profissionalizantes a exemplo do Programa Potencial Feminino e Projeto Flores do Campo, formação em panificação, informática, mecânica, eletricidade predial, confecção e construção civil, estética, gastronomia e comércio. Além de artesanato e incentivo às artesãs locais para venda nas feiras da cidade. (PMPPM, 2016).

O CRAM é composto por uma equipe multidisciplinar: uma psicóloga, uma advogada, duas assistentes sociais, uma educadora de base e um motorista. O

atendimento às mulheres pode ocorrer de três formas: busca ativa, encaminhamento pela Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher² e procura voluntária da mulher.

A busca ativa dá-se por meio de ações nos bairros, denúncias ou identificação de mulheres que sofrem violência. Nas ações de busca ativa, todas as integrantes do CRAM são envolvidas e caso necessário recebe-se apoio da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Município de Guarapuava.

No acolhimento por meio do encaminhamento pela Rede, a mulher ao ser atendida por algum membro integrante da Rede faz o encaminhamento para o CRAM. Por exemplo, a UPA ao atender uma mulher vítima de violência comunica o CRAM para que seja realizado o acompanhamento e o atendimento, caso a mulher deseje. Da mesma forma, a polícia militar ao realizar o registro de uma ocorrência faz a comunicação ao CRAM.

A procura voluntária, ocorre quando a mulher busca atendimento de maneira espontânea no CRAM. No primeiro contato realiza-se o diagnóstico inicial (relato da mulher sobre a violência sofrida) e os serviços do CRAM são apresentados conforme a necessidade e vontade da mulher. Por exemplo, caso seja situação de risco de morte, encaminha-se para a Casa Abrigo. Nas situações que não existem risco de vida, a mulher é encaminhada para acompanhamento psicológico. Nas demandas jurídicas o CRAM realiza orientações e para ajuizamento de ações de violência doméstica, pensão alimentícia dos filhos, guarda, partilha de bens e divórcio faz-se o encaminhamento ao Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

O CRAM não é responsável pela judicialização da violência e respeita a manifestação de vontade da mulher, pois as vezes, o centro de referência é procurado para fortalecimento, apoio, acompanhamento e não medidas judiciais.

² Integram a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Guarapuava: Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres; Delegacia da Mulher; 14ª Subdivisão Policial (SDP) de Guarapuava; 16º Batalhão da Polícia Militar (BPM); Instituto Médico Legal (IML); órgãos da Secretaria de Saúde como Unidades Básicas de Saúde/UPA/Urgência/ Emergência/Hospitais, 5ª Regional de Saúde e Serviço de Atendimento Especializado (SAE); Secretaria de Assistência Social, CRAS e CREAS; Conselho Tutelar; Casa Abrigo; Defensoria Pública; Ministério Público da Comarca de Guarapuava; Poder Judiciário; Poder Legislativo; Núcleo de Estudos dos Direitos e Defesa da Infância e Juventude (NEDDIJ) Unicentro; Núcleo Mari da Penha (NUMAPE) Unicentro; Programa Patronato – Unicentro; Faculdades e Universidades e Movimentos de Mulheres.

Devido ao contexto dos atendimentos, especialmente na busca ativa, situação que a mulher acabou de sofrer violência ou está na iminência, os atendimentos, não raras as vezes, acontecem em condições precárias quanto ao local e às informações. Por exemplo, quando é noticiado risco de morte da mulher, a prioridade é a vida e não se consegue obter algumas informações, como data de nascimento da mulher, dos filhos ou dados do agressor. As vezes a mulher não é localizada por telefone e nem no endereço informado. Nos episódios de violência acontece deterioração do aparelho telefônico ou o marido fica na posse do celular, bem como, mudança de domicílio da mulher. Outros exemplos são os casos de violência física ou sexual comunicadas pela UPA ou sistema de saúde. Nestas situações a mulher se encontra hospitalizada ou com acompanhamento médico e o CRAM não consegue realizar atendimento com informações completas. Essas situações embora dificultem a exatidão de dados e informações sobre a mulher, não impedem que o CRAM empreenda esforços e preste atendimento.

Antes da criação do CRAM, a SPPM tomava conhecimento da violência sofrida pela mulher por meio dos boletins de ocorrência da polícia militar, os registros eram enviados a SPPM e partir das informações inseridas no documento tentava-se contato com a mulher. Com a instituição do CRAM, inaugurado em 8 de março de 2018, tornou-se possível atender as mulheres, que espontaneamente procuram apoio, além de atendimentos encaminhados pela Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, ações nos bairros ou denúncias.

Os atendimentos pelo CRAM propiciam às mulheres um espaço de acolhimento, para que elas relatem suas queixas, não no sentido de denunciar um crime, mas como um lugar de escuta e respeito sobre o que vivenciam e desejam fazer com essa vivência.

Desta forma, o termo queixa empregado nesta tese é no sentido psicossocial como relato e expressão de dor e sofrimento, ou ainda, como lamúria ato de falar de modo triste sobre a violência sofrida. Logo a queixa das mulheres deve ser entendida neste trabalho como expressão do sofrimento e dor pela violência sofrida, externalizada pela mulher em forma de relato em um espaço de compreensão.

Insta consignar, o sentido de queixa adotado nesta tese não se confunde com o sentido jurídico definido pelo artigo 41 do Código de Processo Penal como “a denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a

qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas” (BRASIL, 1941, p. 10). Para o Direito, queixa significa fatos narrados pela vítima ou por advogado em peças jurídicas, que são apresentadas em juízo e dão início a uma ação penal privada. Já a denúncia ocorre quando os fatos são narrados em peças jurídicas pelo Ministério Público e apresentados em juízo nos casos de ação penal pública.

Em junho de 2021, foi implantando no CRAM um sistema digital para registro dos atendimentos e relato das queixas das mulheres. Antes do sistema as queixas eram documentadas em fichas de papel. Atualmente, quando uma mulher é atendida seja por meio de busca ativa, encaminhamento pela Rede ou procura espontânea, o profissional que realiza o atendimento ou acolhimento registra o relato da queixa, informações pessoais e familiares, avalia o risco de vida, verifica a continuidade denúncia e oferece os serviços do CRAM.

Esses relatos de queixas registradas nos atendimentos do CRAM são os documentos que integram esta pesquisa de tese, exceto as informações como descrições familiares, perfil, identificação ou características das mulheres. Essas descrições não foram obtidas por questões de segurança, ética e sigilo. Para cada queixa foi atribuída uma numeração aleatória, consta no documento o profissional que realizou o atendimento, tipo de atendimento e qual a intervenção, conforme detalhado no capítulo 4 desta tese.

Para compreender o CRAM, duas contextualizações históricas são necessárias. O primeiro sobre o município de Guarapuava e o cenário da violência contra a mulher, o segundo sobre a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres.

O município de Guarapuava está localizado no Centro-Sul do Estado do Paraná e possui 183.755 habitantes, destes, 85.531 são mulheres (IBGE, 2021). A história socioeconômica e política de Guarapuava está atrelada, desde o início do século XIX, a estruturas de poder tradicionais, concentração de renda em famílias rurais, costumes conservadores, subordinação de membros da família ao domínio patriarcal e senhorial (MARCONDES, 1998).

De acordo com o Mapa da Violência (2018) o estado do Paraná ocupa o 6º lugar entre todas as unidades da federação que mais registra crime de feminicídio. Em um universo de 5.570 municípios do Brasil, Guarapuava-PR ocupa a posição 373º lugar

entre as cidades mais violentas do país em relação à violência contra a mulher (SPPM, 2016). Ainda, conforme o Mapa da violência (2018) a taxa de feminicídio para cada 100 mil mulheres é, em Guarapuava, de 6,5. Enquanto que a média nacional é de 4,5 e a do estado do Paraná é de 5,2.

A Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Guarapuava foi criada no dia 8 de março de 2013, instituída pela Lei 2.091/13. O movimento precursor da secretaria foi o “Movimento das Mulheres da Primavera” (MMP), ele surgiu no ano 2003 dentro da igreja católica, no bairro Primavera, em Guarapuava (KLANOVICZ; PIENEGONDA, 2018). Este bairro é periférico, localizado às margens da BR 277 e da PR 466, a economia local destina-se ao comércio de peças e utilidades de carros e caminhões.

O MMP surgiu em uma roda de conversa de chimarrão entre mulheres, onde se questionava o interesse comercial nas comemorações do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. As mulheres começaram a discutir o que poderia ser feito para que as pessoas tomassem consciência das lutas e do sofrimento das mulheres. O movimento emanou como respostas as indignações das mulheres em situações de opressão e com a finalidade de ajuda mútua entre elas. (BOCHNIA; MOREIRA, 2015).

A igreja possuía um projeto político e o Movimento Mulheres da Primavera elegeu Eva Scharan como representante do bairro na câmara de vereadores, no ano de 2003. Em 2008, Eva tornou-se vereadora e no ano de 2012 foi convidada por Cesar Silvestri Filho para ser candidata a vice-prefeita da cidade. A representante do MMP aceitou concorrer às eleições sob a condição e o compromisso de que se eleita fosse, sua gestão deveria criar uma secretaria da mulher. Cesar Silvestri Filho e Eva Scharan foram eleitos, mandado 2013 a 2016, dois meses após a posse a secretaria foi criada, em 8 de março de 2013. Eva tornou-se secretária da recém-fundada Secretaria da Mulher e alguns integrantes do MMP compuseram a equipe como assessoras. (BOCHNIA; MOREIRA, 2015).

Além da contribuição do MMP, a criação de uma secretaria de políticas públicas específicas para mulheres e a atuação no enfrentamento da violência contra a mulher era uma reivindicação dos movimentos de mulheres da cidade, que já vinham se manifestando por meio da Marcha das Vadias e da Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência de gênero. (KLANOVICZ; PIENEGONDA, 2018).

Instituída a SPPM de Guarapuava, três convênios foram realizados com a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República: estruturação da Secretaria (aquisição de móveis, computadores e veículos); instalação da Casa Abrigo (móveis, eletrodomésticos e aluguel); e cursos profissionalizantes na área da construção civil. Em julho de 2013, o município de Guarapuava assinou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as mulheres, em agosto de 2014 foi nomeada como cidade polo para compor a política regionalizada de enfrentamento à violência contra a mulher, seguindo diretrizes do Pacto.

Fazem parte da regional de Guarapuava 48 municípios, sendo: Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Laranjal, Palmital, Pinhão, Pitanga, Prudentópolis, Reserva do Iguçu, Turvo, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Mallet, Rebouças, Rio Azul, Teixeira Soares, Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Palmas, Pato Branco, São João, Saudade do Iguçu, Sulina, Vitorino, Antonio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul e União da Vitória. (PMPPM, 2016).

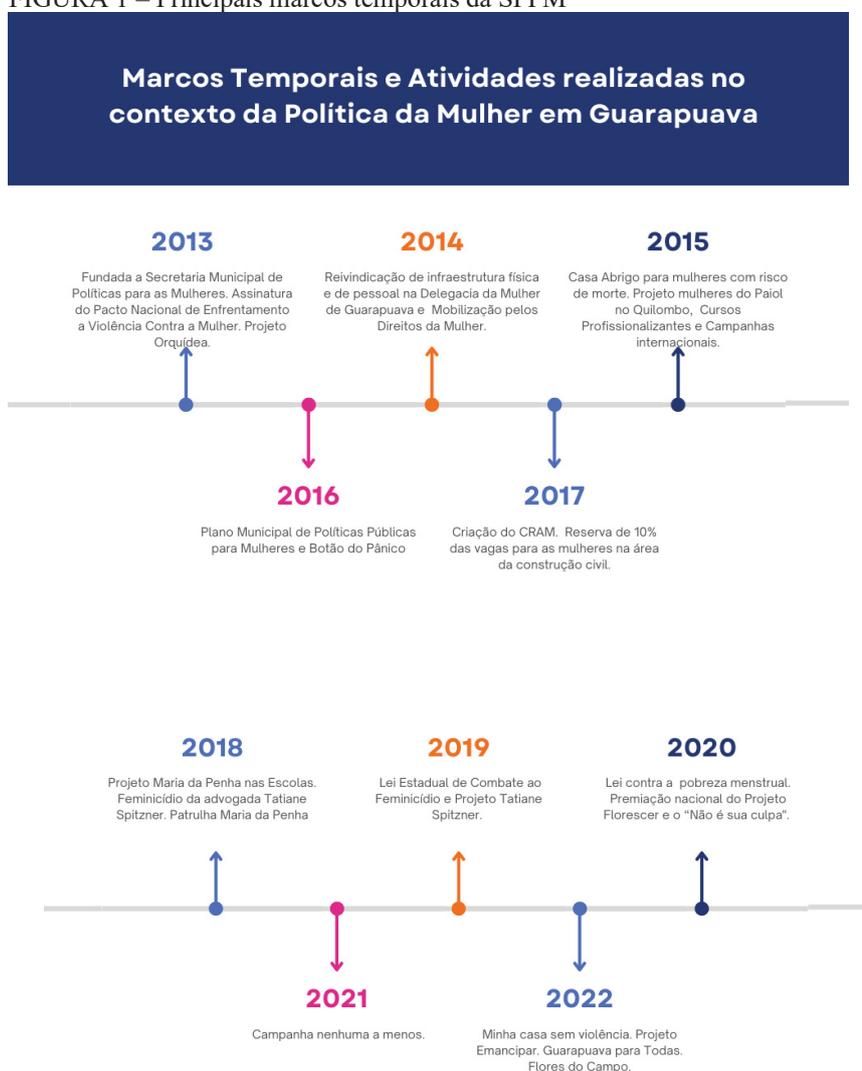
No ano de 2013, após a criação da Secretaria da Mulher, foi assinado o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, lançado em 2007 pelo Governo Federal. O Pacto refere-se a um acordo entre o governo federal, os estados e municípios da federação para planejar ações a fim de implementar políticas públicas consistentes e integradas de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como, o combate, a prevenção da violência e a garantia de direitos. O primeiro projeto implantado pela SPPM de Guarapuava foi o “Orquídea”, que oferece gratuitamente curso de artesanato nos bairros com palestras sobre o ciclo da violência contra a mulher e divulgação dos serviços oferecidos pela secretaria. (KLANOVICZ; PIENEGONDA, 2018; PMPPM, 2016).

A primeira campanha realizada pela SPPM foi no mês maio de 2013, alusão ao dia do Trabalhador. A temática foi o assédio sexual e moral no ambiente de trabalho, a equipe da secretaria realizou visitas nas empresas de Guarapuava, entregas de folders e orientações sobre o assunto. No decorrer do ano também foram realizados quatro cursos profissionalizantes em parceria com SESI/SENAI: Auxiliar de Serviços Automotivos

(vinte mulheres matriculadas); auxiliar de eletricidade predial (vinte e sete mulheres matriculadas); auxiliar de informática e inclusão digital (quarenta e quatro mulheres matriculadas). Neste ano, a gestão da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência no Município de Guarapuava deixou de ser exercida pelo Conselho Municipal da Mulher e passou a ser coordenada pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Em 2013, a equipe multidisciplinar atendeu 389 mulheres. (PMPPM, 2016).

A Figura 1, mostra os principais marcos temporais e as atividades realizadas pela SPPM no período de 2013 a 2022:

FIGURA 1 – Principais marcos temporais da SPPM



FONTE: elaborado pelas pesquisadoras com base no Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava (PMPPM, 2016) e site de Guarapuava (2018, 2020, 2021, 2022, 2023).

No ano de 2014 foi realizada a “Mobilização pelos Direitos da Mulher”, o evento reuniu municípios da região para debater as Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O evento contou com o apoio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e atingiu um público de 300 pessoas. Nesse ano ocorreram reuniões com a Secretaria Estadual de Segurança Pública para a implantação do Botão do Pânico, reivindicação de infraestrutura física e de pessoal para a Delegacia da Mulher de Guarapuava.

Ainda em 2014, foi realizada “Instrução para o Atendimento à Mulher em Situação de Violência” para servidores da área de segurança, saúde e assistência social, orientações sobre o ciclo da violência e o protocolo de atendimento. Em parceria com a Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, foi iniciado o curso de extensão “Enfrentando a desigualdade de gênero e promovendo a autonomia das mulheres”, com recursos de convênio com o Governo Federal voltado para professores da rede pública. Foram ofertados cursos profissionalizantes para mulheres na área da construção civil, entre os anos de 2014 a 2018, somaram-se 15 cursos de Azulejista, Encanadora, Pedreira, Eletricista e Pintora de Obras. Neste ano a equipe multidisciplinar atendeu um total de 608 mulheres. (KLANOVICZ; PIENEGONDA, 2018; PMPPM, 2016).

No ano de 2015 foi criada a Casa Abrigo para mulheres com risco de morte. A casa destina-se a proteção e o acolhimento de mulheres e filhos menores, para tanto recebem acompanhamento psicológico, assistência jurídica, assistência social e reinserção na sociedade. Trata-se de um local sigiloso, com segurança 24 horas e contribui para a redução dos casos de feminicídios no município. Nesse ano ocorreu a II Conferência Municipal dos Direitos da Mulher em Guarapuava, com cursos profissionalizantes a partir de um convênio com o Governo Federal, como eletricista, pedreira, encanadora e continuidade dos cursos em parceria com o SENAI. (KLANOVICZ; PIENEGONDA, 2018; PMPPM, 2016).

O Projeto Mulheres do Paiol, no Quilombo Paiol de Telha, com o objetivo de aproximar as mulheres do quilombo das políticas públicas, foi iniciado em 2015. Neste ano, a SPPM participou de conferências nacionais e internacionais, recebeu a premiação do selo Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), recebido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), pelo cumprimento do objetivo da igualdade entre os sexos.

No ano de 2016, teve a aprovação e o sancionamento da Lei nº 18.868/2016 de autoria da Deputada Estadual Cristina Silvestri, do município de Guarapuava, que estabeleceu as diretrizes gerais para implementação do Botão do Pânico no estado do Paraná. A equipe multidisciplinar atendeu 363 mulheres neste ano. (PMPPM, 2016).

No ano de 2017 foi criada a Lei Municipal 2649/17, que garante a reserva de 10% das vagas para as mulheres nas empresas que prestam de serviços ao município na área da construção civil. Trata-se de uma política afirmativa de inclusão, com o objetivo de combater o preconceito e proporcionar experiência na área. Foi desenvolvido o “Projeto Ela Empreendedora” que busca profissionalizar mulheres em situação de vulnerabilidade social ou de violência doméstica. Em parceria com outros órgãos, as mulheres são capacitadas através de cursos sobre técnicas de vendas, zeladoria e de auxiliar de cozinha, como foco de empregabilidade no shopping de Guarapuava.

O CRAM foi criado em 29 de novembro de 2017, instituído pela Lei 2.741/2017, que acrescentou o artigo 4ºA e inseriu o CRAM na estrutura organizacional da SPPM. O centro passou a ser o departamento responsável pelo atendimento social, psicológico e jurídico as mulheres em situação de violência. Antes do CRAM a equipe da SPPM era reduzida. Os atendimentos baseavam-se nas ocorrências atendidas pelo 16º Batalhão da Polícia Militar (BPM), com uma média de 10 ocorrências semanais. A SPPM era informada das ocorrências pelo 16º BPM, uma equipe da secretaria realizava visita domiciliar e apresentava os serviços de atendimento e orientações quanto aos procedimentos. Nesse ano foram atendidos 344 casos de violência contra a mulher.

Em 2018 foi lançado o “Projeto Maria da Penha nas Escolas”, que atua na prevenção da violência contra a mulher dentro da comunidade escolar em três etapas: capacitação da equipe pedagógica, diálogo com os pais e realização de oficinas de educomunicação com alunos e alunas.

Em 22 de julho de 2018, Guarapuava foi cenário do feminicídio da advogada Tatiane Spitzner³. Ela foi espancada até a morte por seu marido e depois jogada do quarto andar do prédio onde morava. O caso teve repercussão nacional e internacional, os registros da câmera de segurança do prédio circularam as redes sociais, mídias e

³ O julgamento de Luiz Felipe Manvailer pelo Tribunal do Júri teve duração de 7 dias, iniciou em 04/05/2021 e encerrou-se no dia 10/05/2021 em Guarapuava. O conselho de sentença foi composto por 7 jurados homens. O ex-marido de Tatiane Spitzner foi condenado a uma pena de 30 anos, 9 meses e 18 dias pelos crimes de homicídio qualificado e fraude processual. Luiz Felipe cumpre a pena na Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG).

aplicativos instantâneos de mensagens, vídeos que mostravam tentativas de fuga e desespero de Tatiane. Além de vídeos com cenas de violência física na garagem, no elevador e nos corredores do prédio, imagens do marido se arrumando no elevador ao buscar Tatiane morta na calçada. Embora a população Guarapuava estivesse mergulhada no sentimento de tristeza, impotência, luto e luta, não raras vezes, o caso Tatiane Spitzner era comentado com desrespeito e descrença. A atribuição de culpa a própria vítima era comum, julgamentos como “ela se matou”, “ela deve ter provocado o marido” e “ela fez isso para o marido se sentir culpado” foram frases corriqueiras, que dividiram a população.

O feminicídio da advogada Tatiane Spitzner fez suscitar novos movimentos de fortalecimento de mulheres, a exemplo da Comissão da Mulher e Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil na Seção do Paraná e Subseção de Guarapuava. As mulheres passaram a realizar manifestações nas redes sociais, tatuagens de rosa vermelha simbolizando o luto e resistência, pedidos de garantias e políticas públicas de enfrentamento e prevenção da violência.

Um mês após a morte da advogada, em agosto de 2018, a SPPM implantou a Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar, com a função de monitorar as mulheres e garantir a efetividade da medida protetiva por meio de patrulhamento, escolta para busca de pertences e acompanhamento para a Casa Abrigo, além de encaminhar as mulheres para o CRAM, delegacia da Mulher, Ministério Público e Poder Judiciário. Nesse ano foram 533 casos de violência contra a mulher atendidos pelo CRAM.

Em 2019, como repercussão do caso Tatiane Spitzner foi criada a Lei Estadual de Combate ao Feminicídio, Lei nº 19.873/2019, o dia 22 de julho ficou instituído como Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. A data marca a memória da morte da advogada guarapuavana Tatiane Spitzner. Em alusão a este dia, a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava promoveu ações pensadas e voltadas para a temática do feminicídio e da violência contra a mulher. O objetivo dessas ações foi informar às mulheres sobre os atendimentos realizados pelo CRAM e orientar à população, a fim de desconstruir uma aparente impunidade aos crimes contra a mulher. (GUARAPUAVA, 2022).

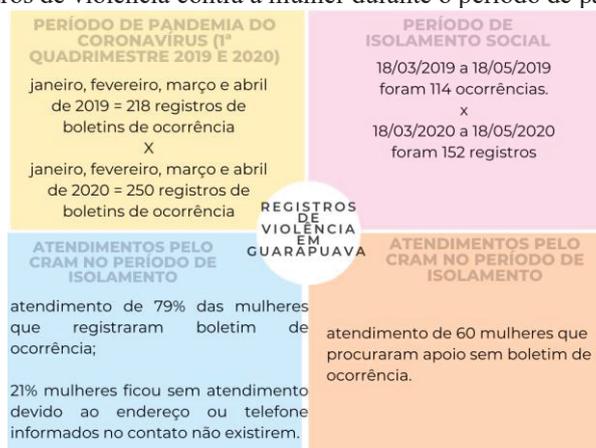
Em 22 de julho 2019 também foi criado o Projeto Tatiane Spitzner, uma iniciativa da OAB Guarapuava, o projeto reconhece a história de Tatiane como símbolo

do combate à violência doméstica não só em Guarapuava e no Paraná, mas no Brasil. O projeto periodicamente divulga materiais informativos, que auxiliam mulheres a quebrarem o ciclo da violência e informações sobre como buscar ajuda. (OAB GUARAPUAVA, 2019).

Durante o período de pandemia do Coronavírus, que iniciou em 18 de março de 2019, Guarapuava registrou 468 boletins de ocorrência na polícia militar, relacionados à violência contra a mulher: Lesão Corporal/Violência Doméstica; Ameaça; Injúria; Dano; Estupro; Vias de Fato; Descumprimento Medida Protetiva. (SPPM, 2020). A Figura 2, apresenta os registros de violência contra a mulher em Guarapuava e a atuação do CRAM durante o período de pandemia.

O primeiro quadrante da figura mostra uma comparação entre os números de boletins de ocorrência registrados no 1º quadrimestre de 2019 e 2020, meses de janeiro a abril de 2019 com 218 ocorrências e janeiro a abril de 2020 com 250 registros, um aumento de 13%.

FIGURA 2- Registros de violência contra a mulher durante o período de pandemia pelo CRAM



FONTE: elaborado pelas autoras com base no relatório da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres - SPPM (2020).

No segundo quadrante, estão os dados em relação ao período de isolamento social em Guarapuava, 18/03/2019 a 18/05/2019 comparado com o mesmo período no ano de 2020 18/03/2020 até 18/05/2020, os dados referem-se aos casos registrados pela polícia militar, que indicam um aumento 25% de violência contra as mulheres no período pós isolamento social. No período de 18/03/2019 a 18/05/2019 foram 114 ocorrências, já no período 18/03/2020 a 18/05/2020 foram 152 registros.

O CRAM no período de 60 dias de isolamento social realizou o monitoramento diário de mulheres. Deste modo, foi possível atender e/ou oferecer os serviços de assistência social, jurídica e apoio psicológico para 79% das mulheres que registraram boletim de ocorrência no 190 da polícia militar. Houve também o atendimento de 60 mulheres que procuraram o CRAM via WhatsApp, telefone, presencialmente ou encaminhadas pela Rede. O percentual de 21% mulheres ficou sem atendimento devido ao endereço ou telefone informados no contato não existirem, ou ainda, porque houve mudança de endereço em razão da violência sofrida (SPPM, 2020).

No ano de 2020, os projetos da SPPM suspensos em razão do coronavírus foram retomados, o Projeto de Extensão Florescer uma parceria entre a Unicentro e a SPPM levou o prêmio de melhor Projeto de Extensão do Brasil. O objetivo do projeto é ensinar por meio de produtos educacionais a equidade de gênero, combater a violência contra a mulher e desnaturalizar conceitos machistas. (GUARAPUAVA, 2020).

O Projeto Experimental “Não é sua culpa” recebeu dois prêmios do Expocon: melhor site e melhor Produção Multimídia. O projeto busca atender uma demanda da SPPM, do CRAM e da Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher. O objetivo é facilitar o acesso as informações sobre a violência sexual, como onde procurar ajuda e atendimento. O Projeto destina-se as vítimas de violências, aos profissionais da saúde e da segurança pública (GUARAPUAVA, 2020).

A Política Municipal de Combate e Erradicação da Pobreza Menstrual foi criada em Guarapuava no ano de 2021, por meio da Lei nº 3194/2021. Estabeleceu-se o fornecimento gratuito de absorvente íntimo higiênico às mulheres de baixa renda ou em vulnerabilidade social, a democratização do acesso às informações e serviços de saúde em Guarapuava. (GUARAPUAVA, 2021).

Em 27 de julho de 2021, a SPPM realizou a exposição de 73 cruces na Praça 9 de dezembro, representando cada uma das vítimas de feminicídio no Paraná em 2020. O evento foi em razão do dia estadual de combate ao feminicídio, que relembra a morte de Tatiane Spitzner. A SPPM e o CRAM nessa data realizaram *lives* denominadas “Nenhuma a menos” com orientações e divulgação dos atendimentos realizados pelo CRAM. (GUARAPUAVA, 2021).

No ano de 2022 foi lançado o projeto “Minha Casa Sem Violência”, que oferece auxílio-moradia para mulheres vítimas de violência doméstica. O subsídio é válido por seis meses e pode ser prorrogado por igual período, caso necessário. O programa disponibiliza auxílio no valor de 70% do salário-mínimo, para custear despesas relacionadas à moradia: aluguel, luz, água, gás, dentre outros gastos. Foram dez auxílios moradia concedidos durante o ano de 2022 e um renovado para 2023. (GUARAPUAVA, 2022).

Em fevereiro de 2022, o “Projeto Emancipar”, que possui a finalidade de combater à violência contra a mulher e promoção da autonomia econômica, foi o vencedor do Edital lançado pelo Ministério Público do Trabalho e recebeu R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) para financiar a realização do projeto. Dividido em três fases, o projeto teve como objetivo auxiliar a inserção no mercado de trabalho de mulheres em situação de violência, moradoras de abrigos ou mulheres atendidas pelo CRAM. (GUARAPUAVA, 2022). No mês de março de 2022, houve o lançamento da consulta pública “Guarapuava Para Todas”, uma maneira encontrada pela Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres de ouvir a população feminina de Guarapuava para, assim, implantar projetos e soluções que melhorem a vida de mulheres no município. Ao todo, 850 mulheres responderam à consulta pública.

Com o objetivo de acelerar e facilitar o processo para as mulheres chegarem aos postos de liderança, seja no setor público ou privado, em maio de 2022 foi realizado o lançamento do Programa Acelerador de Lideranças Femininas. Vinte alunas de diversos setores, como esporte, empreendedorismo, segurança e cultura, receberam um treinamento de 104 horas aula sobre autoliderança, liderança para resultado, comunicação e desenvolvimento do plano de ação.

Ainda em maio de 2022, foi assinado o convênio do Projeto Cátedra de Empoderamento e Empreendedorismo Feminino, uma parceria entre a SPPM e a Unicentro, a universidade realizou o empréstimo de salas de aula, que foram usadas para cursos profissionalizantes. As salas foram chamadas de Sala Lilás, ao todo, cerca de 700 mulheres foram atendidas no primeiro e segundo semestres de 2022.

Em agosto de 2022, em alusão aos 16 anos da Lei Maria da Penha, a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres realizou o lançamento do Programa Potencial Feminino. O Projeto prevê a profissionalização de mulheres e homens em setores

estratégicos da economia guarapuavana, a partir da demanda do mercado. Foram lançados cursos nos eixos da Gastronomia, do Comércio e da Beleza. Todos os meses novos eixos e cursos são ofertados para a população de Guarapuava. No lançamento foram 26 cursos oferecidos, distribuídos em diferentes eixos do mercado. O projeto teve um total de 615 alunos matriculados.

No mês de setembro de 2022, teve início o projeto “Flores do Campo”, voltado para a promoção da saúde, desenvolvimento econômico e participação social das mulheres da comunidade do Assentamento Rosa. Em média, 15 mulheres por encontro participaram das várias ações realizadas pela SPPM em parceria com Secretaria de Agricultura, como por exemplo, curso sobre derivados de leite.

Em 8 de março de 2023 a SPPM e o CRAM comemoraram 10 anos de secretaria e o lançamento da Casa da Mulher Brasileira (CMB), centro de atendimento humanizado e especializado no suporte à mulher em situação de violência doméstica. A CMB reúne em um mesmo espaço, apoio jurídico, social e psicológico. O principal objetivo é integrar os serviços da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em um só local, evitando a revitimização e garantindo um atendimento unificado. (GUARAPUAVA, 2023).

Em 3 de abril de 2023 a SPPM realizou a cerimônia de entrega do certificado dos cursos profissionalizantes do Programa Potencial Feminino, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC, foram 109 formandas. O evento faz parte da promoção da autonomia econômica, eixo de trabalho da SPPM.

Todas as ações e atividades do SPPM e do CRAM encontram-se edificadas nos princípios da Princípios Política Nacional para as Mulheres.

Princípios Política Nacional para as Mulheres, conforme Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava (PMPPM, 2016):

Igualdade e respeito à diversidade: mulheres e homens são iguais em seus direitos. A promoção da igualdade implica no respeito à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, situação econômica e regional, assim como os diferentes momentos da vida das mulheres;

Equidade: garantir o acesso de todas as pessoas aos direitos universais com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos. Tratar desigualmente os desiguais buscando-se a justiça social, pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres;

Autonomia das mulheres: poder de decisão sobre suas vidas e corpos deve ser assegurado às mulheres, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e seu país;

Laicidade do Estado: as políticas públicas de Estado devem ser formuladas e implementadas de maneira independente de princípios religiosos, de forma a assegurar efetivamente os direitos consagrados na Constituição Federal e nos diversos instrumentos internacionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas.

Universalidade das políticas: as políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e intersectorialidade dos direitos, e combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e equidade de gênero, raça e etnia.

Justiça social: reconhecer e enfrentar as injustiças em todos os aspectos, promover a justiça econômica, política e social, participação das mulheres na política. Assegurar a redistribuição dos recursos e riquezas produzidas pela sociedade e a busca de superação da desigualdade social.

Transparência dos atos públicos: deve-se garantir o respeito aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com transparência nos atos públicos e controle social.

Participação e controle social: devem ser garantidos o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas. (PMPPM, 2016).

Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

Uma das formas de aproximar a mulher em situação de violência das políticas públicas de enfrentamento, segundo o Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava (PMPPM, 2016) é a realização das buscas ativas, a partir dos boletins de ocorrências fornecidos pelo 16º Batalhão de Polícia Militar. Busca ativa pode ser considerada como “[...] procura intencional, realizada pela equipe [...] tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social” (BRASIL, 2009). Com as visitas acredita-se que a mulher passa a conhecer os serviços públicos oferecidos pela Rede de Enfrentamento no sentido de emancipar as mulheres e na busca da superação da situação de violência.

A Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Guarapuava tem a função de promover a aproximação efetiva de organizações governamentais, organizações não governamentais e sociedade civil organizada. Busca-se soluções à prevenção e erradicação da violência contra a mulher; identificar e retratar a situação da violência no município de Guarapuava; criar e reforçar estratégias voltadas ao enfrentamento do grave problema da violência contra a mulher; dirimir o impacto emocional e físico das vítimas e seus familiares.

A Rede reúne-se mensalmente, na segunda-feira de cada mês, às 15h30min, na sede da SPPM, discute-se casos específicos de violência contra a mulher, aciona e articula os serviços necessários em cada caso, dando celeridade aos processos e eficiência nos resultados.

A partir das experiências da Rede, compreende-se que a violência contra a mulher não é combatida de forma isolada. Ao mesmo tempo em que se registra o boletim de ocorrência, requer medida protetiva ou garantias de abrigo em casos de risco de morte, paralelamente a Rede deve ser garantido também a mulher acesso ao trabalho, saúde, creche para os filhos, profissionalização, assistência social, assistência psicológica, assistência jurídica, habitação e segurança. (SPPM, 2016).

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Como fenômeno complexo, saturado de determinações e contradições, a violência contra a mulher, na interface com os direitos humanos, constitui-se um fenômeno sócio-histórico, ações humanas de lutas e resistências (ARENDDT, 1988; BOBBIO, 1992). A violência contra a mulher como uma violação aos direitos humanos reveste-se de uma dimensão que transpõe as desigualdades entre homens e mulheres e reside no direito à vida, à saúde e à integridade física (SILVA, 2014).

Importante delimitar, desde já, a concepção de violência contra a mulher e a violência de gênero, isso porque esta tese adota como recorte a violência contra a mulher, que está inserida na discussão da violência de gênero. Quando a violência de gênero aparece como sinônimo de violência contra a mulher, isto pode ser considerado como um equívoco com impactos conceituais e práticos, na vida concreta das mulheres. Incorpora-se nesta pesquisa a concepção de Smigay (2002), a violência contra a mulher como uma categoria:

que se construiu foi a da violência contra a mulher/sobre a mulher. Procurou-se produzir argumentos em torno da qualificação e abrangência do que se cunhou como violência específica, para destacá-la de outras formas de violência (como a urbana, por exemplo), e buscaram-se modelos explicativos para sua origem, seja na (ainda) forte presença dos vestígios do patriarcado, seja na organização falocêntrica da cultura (SMIGAY, 2002, p. 36).

A violência de gênero não abrange somente mulheres, mas incorpora “outros assujeitados, que, em determinados contextos, estão na posição feminilizada: não só mulheres, mas também às vezes crianças, velhos e sobretudo homens, que recusam o modelo tradicional, ou a virilidade dominante, são objetos de violência de gênero” (SMIGAY, 2002, p. 37).

Deste modo, a violência contra a mulher pode ou não ser categorizada como gênero, por exemplo, a violência pode ser decorrente de uma discriminação racial ou religiosa. Para se caracterizar como gênero a violência deve ser em razão da conotação sexual e/ou afetiva e em uma relação de desigualdade entre os sexos. Para Saffioti (2001, p. 117) a violência de gênero “praticada diretamente pelo patriarca ou por seus prepostos pode recair sobre outro homem. Nada impede também que uma mulher perpetre este tipo de violência contra um homem ou contra outra mulher”.

A violência de gênero é, também, um fenômeno social que media as relações que envolvem outras variáveis como as relações entre homem-mulher, homem-homem, mulher-mulher. Já a violência contra a mulher praticada por um homem, acontece em grande medida pelo fato de ser uma mulher envolvida ou como alvo dessa violência e focaliza-se na relação homem-mulher.

Declaração Universal dos Direitos Humanos e as Agendas para a construção dos Direitos Humanos das Mulheres

A proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi deflagrada após as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, que evidenciaram a fragilidade e precariedade de deixar a defesa dos direitos humanos ao arbítrio de cada Estado (BOBBIO, 1992). Esse documento reconheceu o valor a vida e a dignidade humana. A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabeleceu os humanos como livres e iguais em dignidade e direitos, com a intenção de uma sociedade mais justa e igualitária (PINTO, 2017). A história de constituição dos direitos humanos indica um cenário de luta e resistência contra atos, que violam a dignidade humana.

A construção dos direitos das mulheres para Lopes (2005) aparece nas ausências ou nas violações dos direitos humanos, como a pobreza das mulheres, o analfabetismo, crimes sexuais praticados contra mulheres, tráfico e exploração sexual das mulheres e jovens, falta de assistência e de cuidado na saúde sexual e reprodutiva das mulheres e adolescentes e, por fim, a maior parte dos refugiados em situações de guerra são mulheres e suas crianças.

Segundo Tilio (2012) o final do século XVIII até meados do século XIX, foi marcado por movimentos das mulheres com pautas do igualitarismo, a suposição de que homens e mulheres possuíam direitos e deveres iguais era frágil, pois na prática não estavam consolidados e se expressavam nas diversas formas de desigualdades entre os gêneros, a exemplo dos direitos políticos e civis das mulheres. Em 1951, a Organização Internacional do Trabalho aprovou a Convenção de Igualdade e de Remuneração para homens e mulheres, que significou avanços nas lutas por equidade. Com a descoberta das pílulas anticoncepcionais, em 1960, a inserção da mulher no trabalho intensificou (BIGLIARDI; ANTUNES; WANDERBROOCKE, 2016).

No final da década de 1960 e meados de 1970 iniciou um processo de conscientização sobre a necessidade de criar estratégias institucionais para a melhoria das condições de vida das mulheres (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008). Os movimentos de lutas dessas duas décadas reivindicaram o reconhecimento da condição da mulher, a equidade entre gêneros sem subordinação da mulher, melhores condições de vida, o direito da mulher dispor do próprio corpo, o fim da violência doméstica e sexual (BIGLIARDI; ANTUNES; WANDERBROOKE, 2016).

Essas demandas da década de 60 e 70 contribuíram para o debate das relações familiares assimétricas de poder e a inserção da problemática da vida privada na agenda política. Deste modo, em 1967 a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Declaração para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, foi a primeira vez que diversidade humana e de discriminação foram incluídas no direito internacional. Os reflexos foram a criação de políticas protetivas a grupos compreendidos como vulneráveis (PINTO, 2017). Em 1972 a ONU decreta o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, nesse mesmo período ocorreu na Cidade do México a I Conferência Mundial da Mulher, a principal discussão foi a eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social.

Em 1979 ocorreu a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, após esse evento a violência contra a mulher passou a ser reconhecida como crime contra a humanidade, o tema foi incluído nas políticas e as iniciativas internacionais (TILIO, 2012). No ano de 1980 ocorreu a II Conferência Mundial da Mulher, em Copenhague, o lema foi Educação, Emprego e Saúde, buscou-se garantir melhorias nos direitos das mulheres em relação à herança, guarda dos filhos e nacionalidade. No ano de 1985 em Nairóbi, ocorreu a III Conferência Mundial da Mulher, os avanços foram em relação a igualdade no acesso à educação, oportunidades no trabalho e atenção à saúde das mulheres (BIGLIARDI; ANTUNES; WANDERBROOKE, 2016).

Entre final da década de 80 e início dos anos 90 os movimentos feministas se intensificaram por meio da pesquisa científica realizada por pesquisadoras mulheres, houve a conquista da incorporação do termo gênero para diferenciar as discussões de desigualdades fundamentadas no sexo e na biologia das discussões socioculturais. Em 1993, aconteceu Conferência sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena e, como

fruto, foi elaborada a Declaração de Viena para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, onde pela primeira vez, oficialmente, foram identificados três âmbitos relacionados à violência: a violência familiar, violência nas comunidades locais e aquela perpetrada pelo Estado (LOPES, 2005).

As autoras Azambuja e Nogueira, (2008, p. 104-105) descrevem as diferentes formas de violência apresentadas na Declaração de Viena:

- 1) Violência praticada por outros membros da família (abrangendo as agressões físicas e psicológicas, as sevícias sexuais infligidas às crianças do sexo feminino, violação conjugal, mutilações genitais e outras práticas tradicionais, bem como exploração econômica);
- 2) Diversos tipos de violência ocorridos no contexto das comunidades locais (violação, intimidação sexual e intimidação no local de trabalho, ensino ou outras instituições, proxenetismo e prostituição forçada);
- 3) Violência perpetrada ou tolerada pelo próprio Estado (seja por negligência ou falta de respostas dos serviços institucionais).

A Conferência sobre os Direitos Humanos é considerada um marco nas garantias dos direitos das mulheres como uma obrigação do Estado, e a consolidação dos direitos das mulheres como direitos humanos. Essa conferência subsidiou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as mulheres, em 1994, evento realizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesta convenção entendeu-se a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, 1994, Artigo 1º). Em 1995 em Pequim, a ONU realizou a IV Conferência Mundial da Mulher, momento que a violência contra as mulheres foi assumida como uma questão de gênero. (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008).

Embora as Convenções e Agendas tenham contribuído para os avanços nas conceituações e definições a respeito da violência contra a mulher, assim como a sua inclusão conceitual e a inserção da violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos, os compromissos assumidos pelos países signatários das convenções e tratados não foram implantados (PINTO, 2017). Outra questão é a confrontação de posições dos direitos humanos na Convenção de Viena, entendeu-se os direitos humanos como universais intrínsecos a pessoa e inegociável por qualquer autoridade ou em razão da cultura.

Já a Convenção de Pequim, apresentou os direitos humanos como culturalista sendo legítima a não-universalidade dos direitos humanos em razão da cultura, por exemplo, nos países de orientação islâmica ainda que as suas Constituições garantam a igualdade de direitos entre homens e mulheres, o Estado não pode intervir na submissão na mulher dentro do casamento. Para Lopes (2005) e Azambuja e Nogueira (2008) no conflito entre dois direitos humanos (universais) e liberdade religiosa (cultural) o direito abstrato à liberdade religiosa tem predominado em relação ao direito à vida, ao exercício da sexualidade, da realização pessoal, do trabalho e de tantos outros.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1997 realizou a Conferência Internacional Sobre Saúde com ministros dos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) e reconheceu o fenômeno da violência contra as mulheres como um problema de saúde social e coletiva. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002, p. 5) a violência é compreendida como: “Uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”.

Em 1998, o Tribunal Penal Internacional por meio do Estatuto de Roma reconheceu como crime contra a humanidade: a gravidez forçada, a escravatura sexual, a esterilização à força ou qualquer outro tipo de violência sexual. O estatuto, também criou unidades de apoio às vítimas e testemunhas com funções de proteção e acompanhamento psicológico das mulheres vítimas de violência sexual. (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008; TILIO, 2012). Todavia, em 2002 a OMS divulgou o Relatório Mundial Sobre Saúde e Violência e os resultados apontaram que a proteção integral e prevenção total das diversas formas de violência contra as mulheres estavam longe de ser uma realidade factível, necessitando de novas estratégias (LOPES, 2005; TILIO, 2012).

Nos anos 2000, a violência contra a mulher passa a ser inserida nas legislações internas e discussões políticas nacionais. No Brasil, em 2002, Código Civil eliminou todas as discriminações legais contra as mulheres que ainda vigoravam, por exemplo, a mulher não possuía capacidade plena, era equiparada aos menores, ou seja, ela não podia realizar atos da vida civil sozinha, precisava ser assistida e seus atos ratificados

pelo marido ou pelo pai. Cabia ao homem a educação dos filhos, as decisões e o sustento familiar, e ainda, zelar para que a família seguisse os padrões sociais.

Na lei penal brasileira, em 2005, houve a eliminação da impunidade do agressor sexual, que se casasse com sua vítima, o adultério deixou de ser crime, afastou-se a prática de crimes contra a mulher como justificativa da defesa da honra do homem e eliminou-se a expressão discriminatória “mulher honesta” (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008).

Em 2006, a Lei 11.340 de 7 de agosto 2006, Lei Maria da Penha, destinada especificamente à violência doméstica e familiar, reconheceu no Brasil a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos e definiu políticas públicas destinadas a proteção da mulher.

A violência contra a mulher demanda de compreensões para além das normatizações de caráter sociojurídico e repousa na necessidade de compreender os aspectos social e histórico. Estudos sobre a violência contra as mulheres supõem compreender, que essas violências são desencadeadas no plano das relações sociais, que permeiam o cotidiano de homens e mulheres, independentemente da relação com o Estado e com as instituições (IZUMINO, 2004).

Entende-se que mesmo que a violência aconteça no plano privado, para Smigay (2002) a violência é pública e política, pois a política de gênero forma as relações e estrutura as relações violentas também como uma consequência pública de ordem econômica capitalista.

Algumas conceituações sobre violência

Para Martín-Baró (1985; 2003) a compreensão da violência requer uma análise das motivações pessoais, singulares, no marco histórico e social do qual o indivíduo faz parte. “A perspectiva histórica é necessária para encontrar o sentido psicossocial das diversas formas de violência”. (MARTÍN-BARÓ, 1968, p. 30, tradução nossa). O reconhecimento do caráter histórico incidente na violência revela a necessidade de reconhecer a forma atual da violência como resultado de processo que a originou, desenvolveu e transformou.

Deste modo, a violência, segundo Martin-Baró (1985, 1987; 1988), é um fenômeno de múltiplas expressões, com peculiaridades que devem ser consideradas em estudos sobre esse tema. Sendo, a primeira delas que, independentemente da violência ser uma ação de repressão ou coerção, ela precisa ser analisada a partir de um processo histórico, emanado dos interesses sociais e ideológicos que assumem formas objetiva e/ou subjetivas.

Segundo Silva e Guzzo (2019, p. 2) a violência está envolvida na “construção da história e no modo de vida das pessoas, como se organizam diante das relações econômicas, sociais e políticas”. Deste modo, a violência é utilizada como instrumento à exploração do homem pelo próprio homem, no desenvolvimento das relações de trabalho e de vida.

Na abordagem de Smigay (2000) para se analisar a violência faz-se necessário primeiro localizá-la na cultura e segundo voltar à própria relação em torno da violência. Para essa pesquisadora a violência não se dá em um vazio, está na cultura:

a violência é a norma se a pensamos imersa em uma cultura falocêntrica. É socialmente partilhada entre os membros dessa cultura e organiza as relações. Por isso afirmamos que os vínculos violentos estão organizados pela violência. Tiramos do sujeito psicológico o peso da interpretação, tal como o fazem aqueles que consideram a repetição uma questão neurótica, e colocamos no político a interpretação mais substantiva dos sentidos da violência. (SMIGAI, 2002, p. 44).

Neste sentido, a violência contra a mulher está presente nas construções de relações entre mulheres e homens desiguais e na cultura da dominação masculina, uma forma estrutural de opressão do sexo feminino com origem na organização sexista das sociedades ocidentais, onde o sexo feminino é subalterno ao masculino nas relações de poder.

Para Guareschi (2013) existem diversas formas de dominação com base nos aspectos culturais, como por exemplo, a dominação religiosa, a dominação profissional e a dominação patriarcal. Esta se revela como uma forma assimétrica nas relações de gênero, podendo ser uma dimensão biológica (todos temos um sexo) ou dimensão cultural (o gênero, masculino ou feminino):

Essa dimensão cultural é construída pelos usos e costumes humanos, é resultado das relações que se estabelecem entre os diferentes gêneros, e é aí que vamos encontrar relações assimétricas e desiguais, onde homens, ou mulheres, passam a dominar ou a explorar os parceiros (as). (GUARESCHI, 2013, p. 76).

Na obra de Engels, denominada *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, o antagonismo de classe (opressão do sexo feminino pelo sexo masculino) coincide com o antagonismo entre homens e mulheres (monogamia), logo, é na família que a desigualdade entre homens e mulheres se assenta soberana.

[...] desde que a grande indústria arrancou a mulher do lar para atirá-la ao mercado de trabalho, e à fábrica, convertendo-a, frequentemente, em sustentáculo da casa, ficaram desprovidos de qualquer base os restos da supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com as mulheres, muito arraigada desde o estabelecimento da monogamia. (ENGELS, 1995, p. 78.)

Desta forma, a família permitiu o desenvolvimento da família monogâmica e do patriarcado, por conta do progresso econômico. O patriarcado surge da passagem da família *sindiásmica* para a família monogâmica com o incremento da propriedade privada.

Por isso, quando chegarem a desaparecer as considerações econômicas em virtude das quais as mulheres foram obrigadas a aceitar essa infidelidade masculina habitual – a preocupação pela própria subsistência e, ainda mais, pelo futuro dos filhos – a igualdade alcançada pela mulher, a julgar por toda nossa experiência anterior, influirá muito mais no sentido de tornar os homens monógamos do que no de tornar as mulheres poliandras. (ENGELS, 1995, p. 89.)

Segundo Engels (1995) a igualdade social entre homens e mulheres deve ocorrer por meio de direitos absolutamente iguais, enquanto a libertação do domínio masculino deve ocorrer pela reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade.

Para Ribeiro (2010) além de Marx e Engels, outros estudiosos do século XIX, como Saint Simon e Charles Fourier também debateram as condições femininas e inspiraram mulheres a lutarem por seus direitos, a exemplo de Flora Tristan, uma francesa considerada a pioneira feminista dedicada à organização proletária, em especial as mulheres operárias. Ela lutou pela lei do divórcio e deixou os filhos para se dedicar à causa de mulheres operárias.

Inúmeros são os casos no Brasil de mulheres que lutaram por seus direitos no século XIX conforme Ribeiro (2010) enumera: Nísia Floresta, abolicionista, republicana

e feminista, nascida no Rio Grande do Norte, foi defensora da educação feminina e lutou contra a condição de dependência em relação aos homens, ancorada no desprezo com que era vista a educação das mulheres. No Rio de Janeiro, em 1852, a argentina Joana Paula Manso de Noronha fundou o *Jornal das Senhoras*, com a finalidade de discutir o melhoramento social e a emancipação moral da mulher. Chiquinha Gonzaga, também foi uma figura feminina importante ao defender a liberdade de escolha e lutar pela arte.

Conforme Silva (2014) a banalização e naturalização da violência compõem como expressão e herança conservadora na formação social e histórica brasileira - a subjugação e dominação dos sujeitos, especialmente, o abuso do poder por parte do Estado na usurpação e autorização para violar os corpos de pobres, jovens e negros, a violação do corpo e das possibilidades do exercício da cidadania das mulheres. Todas essas questões reafirmam a importância do debate, das reflexões e dos desafios em romper com a violência e assegurar direitos. (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008).

Para Martín-Baró (2003) a violência quando institucionalizada e legitimada faz a vítima sentir, que merece sofrer a violência, ela carrega em si uma ideologia que mascara a dominação, oculta as desigualdades das relações sociais de poder e atribui exclusivamente aos indivíduos a responsabilidade por suas condições sociais. Assim, a violência quando produzida e transmitida socialmente como natural e sentida pela vítima como merecimento (BARROS, 2016), nega o caráter humano e desumaniza o outro, que passa a ser considerado um objeto indesejado (MARTÍN-BARÓ, 1988).

O processo de produção social da violência contra a mulher é determinado não só por fatores socioeconômicos e culturais, mas também por fatores subjetivos e psicológicos de quem sofre a violência. Para Smigay (2000, p. 23) “a mulher se percebe e é percebida como um ‘a-menos’, fator que passa a ser constitutivo da vida psíquica de grande parte delas”. Portanto, os fatores subjetivos e psicológicos que perpassam a violência também são frutos da construção cultural da dominação do patriarcado.

Comunidade, Violência e Educação

Para Montero (2004) a realidade é construída pelas pessoas que habitam e integram a comunidade⁴, os seus membros são indivíduos detentores de recursos e forças, que conseguem mobilizar, fortalecer e alcançar a transformação. O que implica superação da ideia de indivíduo como fraco, enfermo e sem capacidade de ação. Isto é, vítima do fatalismo (MARTÍN-BARÓ, 1987). No mesmo sentido Guareschi (2013) afirma que na comunidade as pessoas conseguem manter suas singularidades e desenvolver ações conjuntas para a superação de dificuldades vivenciadas no cotidiano.

Assim, esta tese propõe, a partir de um estudo documental, descrever e analisar as queixas de mulheres vítimas de violência, que procuraram apoio junto ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), vinculado à Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de Guarapuava, estado do Paraná. Busca-se empreender esforços para captar e compreender – de uma maneira sensível e humana – a subjetividade das mulheres vítimas de violência, e contribuir com o pensar em outras práticas, em especial uma educação comprometida com a transformação social. (FREITAS, 2005, 2015; MARTÍN-BARÓ, 1987).

1. 3 PROBLEMA DE PESQUISA

Pode-se colocar que para a Psicologia Social Comunitária a violência pode ser compreendida como fruto das relações assimétricas de poder, que podem interferir no modo de vida das comunidades (MARTÍN-BARÓ, 1988; MONTERO, 2004; GÓIS, 2004).

De acordo com o Mapa da Violência (2012, p.8) no período de 1980 a 2010 “foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%”, conforme Tabela 1.

⁴ Comunidade pode ser definida como espaço geográfico ou psicossocial, onde a vida cotidiana é vivida. (CAMPOS, 2013).

TABELA 1 - Número e taxas (em 100 mil mulheres) de homicídios femininos no Brasil 1980/2010.

Ano	Nº	Taxas	Ano	Nº	Taxas
1980	1.353	2,3	1998	3.503	4,3
1981	1.487	2,4	1999	3.536	4,3
1982	1.497	2,4	2000	3.743	4,3
1983	1.700	2,7	2001	3.851	4,4
1984	1.736	2,7	2002	3.867	4,4
1985	1.766	2,7	2003	3.937	4,4
1986	1.799	2,7	2004	3.830	4,2
1987	1.935	2,8	2005	3.884	4,2
1988	2.025	2,9	2006	4.022	4,2
1989	2.344	3,3	2007	3.772	3,9
1990	2.585	3,5	2008	4.023	4,2
1991	2.727	3,7	2009	4.260	4,4
1992	2.399	3,2	2010	4.465	4,6
1993	2.622	3,4	1980/2010	92.100	
1994	2.838	3,6	2000/2010	43.654	
1995	3.325	4,2	Δ% 1980/2010	230,0	
1996	3.682	4,6			
1997	3.587	4,4			

FONTE: Mapa da violência (2012, p. 8).

Após a aprovação da Lei 13.104, em 9 de março de 2015, chamada Lei do Femicídio, 15.925 mulheres foram assassinadas até dezembro de 2018.

Em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil, deste registro 204 feminicídios ocorreram no Paraná. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021).

O instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2021 divulgou o Atlas da Violência. O número de homicídios de mulheres, no Brasil, entre o período de 2009 a 2019 foi de 50.056 mortes, sendo os feminicídios praticados nas residências das mulheres 6,1% superior aos feminicídios de mulheres fora das suas residências. Portanto, há uma predominância das mortes de mulheres nos espaços domésticos e familiares.

As autoras Bigliardi, Antunes e Wanderbroocke (2016) ao estudarem a violência contra a mulher na perspectiva da psicologia social comunitária entenderam, que o tema violência contra a mulher é sensível e tem sua origem em múltiplos determinantes e com raízes sócio-históricas e culturais, assentadas em relações assimétricas de poder entre gêneros.

Neste contexto, a questão de pesquisa dá-se com a seguinte indagação: **Que dimensões psicossociais emergem das queixas de mulheres vítimas de violência feitas junto ao CRAM?**

1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

Analisar os relatos de mulheres vítimas de violência doméstica, documentados nos atendimentos junto ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM). Para tanto, o objetivo específico reside em levantar e analisar as queixas de mulheres sobre a violência sofrida e documentadas pelo CRAM.

1.5 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

As pesquisas na perspectiva da Psicologia Social Comunitária pressupõem a interação entre o pesquisador e o fenômeno investigado. Isso implica não afastamento das compreensões e base sócio-histórica do pesquisador, elementos que se fazem presentes como um lugar de fala do pesquisador.

Desta forma, faz-se necessário descrever em primeira pessoa quem é a pesquisadora, o contexto histórico, a relação com o tema violência contra a mulher e o caminho percorrido até se chegar nesta pesquisa.

O tema violência contra a mulher me assola desde que era criança, minha primeira recordação é de quando eu morava na região do norte velho do estado Paraná no Município de Jaguariaíva. Eu brincava na rua quando ouvi gritos de uma mulher e barulhos de disparos de arma de fogo. Eu estava há duas quadras do feminicídio seguido por suicídio, que aconteceu no meu bairro chamado Jardim Samambaia. Ela era morena, alta, sorridente e mãe de duas meninas e um menino - este meu colega de turma de 3º série do fundamental. Ela trabalhava de empregada doméstica na casa de uma professora, local de sua morte. Ele, não me recordo muito bem, mas era moreno, olhos amarelados e agressivo. Ele a matou com um tiro e tirou sua própria vida, ela tinha pedido o divórcio e ele decidiu que só a morte os separaria.

Minha segunda recordação, eu já estava no ensino médio, tinha saído do colégio e caminhava para a minha casa em Jaguariaíva, quando estava próxima do trilho do trem, que divide a cidade – cidade alta e cidade baixa, ouvi disparos de arma de fogo, continuei a andar e me deparei com várias pessoas aglomeradas no trilho do trem em volta de uma mulher. Ela tinha acabado de ser assassinada por seu marido, que fugiu pela mesma trilha do trem, que havia deixado sua esposa morta. Ela vestia calça jeans,

camisa preta e nos pés usava bota de salto médio.

Em 2009, passei a residir no município de Guarapuava onde fiz graduação em Direito e Secretariado Executivo. No terceiro mês morando em Guarapuava, por volta das 15h eu caminhava da minha casa para a Unicentro, quando fui perseguida e assediada por um desconhecido na rua. Ele estava de carro estilo pick-up e eu a pé, eu corria pelas ruas na tentativa de despistá-lo e ele dirigia em minha direção de maneira intimidadora. Consegui ajuda ao adentrar em um comércio de chave. O chaveiro me escondeu dentro de sua loja, chamou a polícia e depois me ajudou a voltar para casa, a polícia não foi até o local.

Durante os dois cursos de graduação fiz parte de movimentos estudantis como diretório acadêmico e tinha como pauta a luta pelos direitos das mulheres. Em 2012 participei da primeira Marcha das Vadias em Guarapuava, manifestação contra o assédio, estupro e todas as formas de violência contra a mulher. Naquele ano o movimento reivindicava uma secretaria de políticas públicas para as mulheres de Guarapuava, na mesma ocasião conheci o movimento Mulheres da Primavera. Esses dois movimentos, que conheci marchando foram imprescindíveis para a criação da SPPM no ano de 2013.

Como professora do Curso de Secretariado Executivo da Unicentro sempre estive engajada a movimentos de lutas pelos direitos das mulheres e enfrentamento da violência contra a mulher. Como advogada na especialidade do direito de família integrei projetos de extensão na universidade com atendimento às mulheres e crianças em situações de vulnerabilidade. Também integrei a Comissão de Direitos Humanos e Comissão das Mulheres Advogadas junto a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

No mestrado na área de administração e linha de estratégia realizei a pesquisa de dissertação sobre a tomada de decisão no Tribunal do Júri, o caso estudado foi um feminicídio. O objetivo foi compreender de que maneira a cognição do jurado no Tribunal do Júri interfere na interpretação da informação no processo decisório para julgar o crime.

Essa trajetória me despertou inquietações não passíveis de respostas jurídicas, como por exemplo: por que as mulheres se calam com violência sofrida ou são silenciadas, como nos casos que presenciei em Jaguariaíva ou Tatiane Spitzner? Por que as mulheres buscam os direitos de seus filhos ou filhas, mas não os próprios direitos

quando sofrem violência? Embora, estas perguntas não sejam objeto da tese, são questões que me motivaram a iniciar estudos sobre a violência contra a mulher.

O caso, que me fez tentar transpor as indagações empíricas e investigar o tema violência contra a mulher de maneira científica foi o feminicídio da advogada Tatiane Spitzner, que aconteceu em 22 de julho de 2018 no município de Guarapuava. Ela foi espancada até a morte e depois jogada do quarto andar do prédio onde morava. Ela era colega advogada, trabalhava com seu pai também advogado, o marido que a matou era professor em uma instituição de ensino superior. Na minha ignorância empírica a lacuna resumia-se: como uma mulher com conhecimentos jurídicos, que trabalhava com outros advogados, inclusive com o seu pai, vivenciou a violência até a morte?

Desta forma, ao tentar seleção no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) na linha de pesquisa Processos Psicológicos em Contextos Educacionais, buscava estudar a violência contra a mulher de maneira humanística e com a sensibilidade que o tema requer. O projeto submetido para seleção, no contexto do caso Tatiane Spitzner, tinha como proposta compreender como a educação da sexualidade pode contribuir para a emancipação da mulher.

Ao ser aprovada no doutorado e tornar-me orientanda da Professora Maria de Fátima Quintal de Freitas, iniciei em 2019, os estudos na perspectiva da Psicologia Social Comunitária (PSC), o que permitiu uma compreensão de que a violência é uma síntese das relações e condições sócio-históricas vividas pelas pessoas envolvidas nessa dinâmica da violência.

Neste trilhar de proposta de tese foram vários constrói e desconstrói, bem como uma pandemia do Coronavírus. Após entrevistas para uma disciplina no doutorado com a promotora de justiça responsável pelos crimes contra a mulher em Guarapuava, compreendi que não raro os desfechos das denúncias de violência contra a mulher eram manifestações pela manutenção do relacionamento e não a penalidade do agressor.

A partir desta sondagem, a proposta de tese era pesquisar como mulheres se organizam de maneira coletiva em seus cotidianos para combaterem a violência sofrida. A exemplo do grupo do APITAÇO – Mulheres Enfrentando a Violência em Recife no Estado de Pernambuco, onde as mulheres para o enfrentamento da violência realizam ação coletiva, tendo o apito como instrumento de luta, alerta e referência. Pois,

compreendi que era necessário investigar como as mulheres no cotidiano vivenciam a violência e o que fazem com ela.

Assim, antes da pandemia a proposta era realizar um estudo com grupos de mulheres e investigar a violência a partir de relatos. Todavia, o contato direto com mulheres após o coronavírus tornou-se um impedimento para a pesquisa. Durante a pandemia dediquei-me aos os estudos de levantamento sistêmico de pesquisas de teses e dissertações sobre a violência contra a mulher e, em 2022 eu e a minha orientadora decidimos por um estudo documental das queixas sobre a violência sofrida por mulheres atendidas pelo CRAM.

Essas queixas documentadas soam como um grito que as mulheres estão dando, trata-se de documentos irrigados de dor e lágrimas, relatos de mulheres não silenciadas que buscaram ajuda. Neste sentido, busca compreender quais dimensões psicossociais emergem dessas queixas? Como essas queixas gritam na perspectiva das mulheres que foram escutadas pelo CRAM.

O acesso a esses documentos sensíveis e dolorosos deu-se em razão do meu engajamento como professora e advogada atuante no enfrentamento da violência contra a mulher. Mas, o principal fator que permitiu a pesquisa documental foi o compromisso da SPPM e do CRAM em combater a violência e visualizar a pesquisa científica como um caminho para o enfrentamento.

Para a PSC o processo de investigação e apreensão da realidade pode ser uma intervenção sobre a realidade com compromissos sociais, éticos, políticos e educacionais com os sujeitos pesquisados. (FREITAS, 2014). O autor Góis (1994, p.7) acrescenta que para a PSC:

o indivíduo é uma realidade sócio-histórica, fortemente submetido a um processo cultural e que está localizado em um modo de vida social, numa estrutura social de classes e num determinado espaço histórico, geográfico, social, cultural, econômico, simbólico, portanto, ideológico. Que vive mergulhado numa rede de interações sociais complexas (além do interpessoal e do grupal) de uma sociedade de classes e bem determinada. (GÓIS, 1994, p. 7).

Para as autoras Bigliardi, Antunes e Wanderbroocke (2016, p. 281) a Psicologia Social Comunitária pode contribuir com enfrentamento da violência contra a mulher nos seguintes aspectos:

a) ações educativas de conscientização da dinâmica das relações violentas; b) ações de fortalecimento e empoderamento individual, quem possibilitem a

emancipação de mulheres; c) ações educativas e de conscientização de agressores para promover mudanças comportamentais; d) ações de fortalecimento grupal, que promovam o sentimento de pertencimento, o respeito e o apoio mútuo e a participação em contextos decisórios das políticas públicas; e) contribuir fortalecendo, articulando e mediando redes de serviços e redes de solidariedade, para a implementação de políticas e programas com ações mais assertivas de prevenção primária, secundária e terciária deste grave fenômeno social.

Entende-se que ao mesmo tempo que o homem é formado pela sua realidade, ele a transforma nas suas relações cotidianas (LANE, 2004; FREITAS, 1996). A partir das compreensões das dimensões psicossociais presentes nas queixas espera-se que a pesquisa possa subsidiar práticas educativas em espaços como o CRAM, em um processo de aprender com as próprias queixas das mulheres e realizar intervenções condizentes com as necessidades cotidianas das mulheres que sofrem violência.

2. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA EM TESES E DISSERTAÇÕES E ALGUNS SUBSÍDIOS TEÓRICOS DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

As pesquisas acadêmicas centradas na desigualdade social entre homens e mulheres, anteriores a década de 60 e realizadas por pesquisadores americanos, pautavam-se no determinismo biológico para compreender e justificar a desigualdade social e as consequentes relações de poder (LOURO, 1995; MAYER, 2004). As discussões científicas pouco debatiam sobre as condições políticas, históricas e ações individuais que envolvem as desigualdades sociais e as relações de poder entre homens e mulheres. (LOURO, 1995).

Nas décadas de 60 e 70 os movimentos de contestações intelectuais e políticas ganharam destaques nos países ocidentais, como países americanos, europeus e as manifestações de maio de 1968 na França (FINCO, 2004). No Brasil, os movimentos de oposição à ditadura militar, as manifestações estudantis, os movimentos operários, as lutas políticas e sociais, foram marcados pela participação de mulheres. (MAYER, 2004).

No final da década de 70 e início dos anos 80, segundo Louro (1995) as feministas anglo-saxãs passaram a realizar pesquisas acadêmicas com a utilização do termo *gender* como distintivo de *sex*, com a intenção de rejeitar o determinismo

biológico inserido no termo sexo e, incorporaram nos estudos o termo gênero como um novo paradigma para discutir as desigualdades sociais entre homens e mulheres. A partir da década de 80 passou-se a abordar nos estudos científicos sobre gênero os princípios da igualdade de direitos e liberdade. (FINCO, 2004; MAYER, 2004).

Esses movimentos tornaram latente a necessidade da produção do conhecimento, que tivesse como objetivo não só denunciar, mas, sobretudo, compreender e explicar a subordinação social e a invisibilidade política que as mulheres historicamente foram submetidas (MAYER, 2004).

Pode-se dizer que nos países ocidentais os movimentos sociais, que ocorreram no final da década de 70 e início dos anos 80, contribuíram para a “virada teórica” em relação aos estudos sobre a mulher, o tema saiu das notas de rodapé e ganhou o corpo dos trabalhos científicos (LOURO, 1995; MAYER, 2004). Os estudos científicos nas décadas de 70 e 80 tiveram enfoque nas desigualdades sociais entre homens e mulheres e suas relações gênero. Todavia, não como uma justificativa biológica e sim como uma construção social e histórica presente nas interpretações culturais das diferenças entre homens e mulheres.

Neste contexto, as pesquisas realizadas por mulheres nas universidades ocidentais inseriram discussões sobre gênero como minorias fruto das relações sociais e históricas, isto é, houve uma ruptura com o paradigma científico do determinismo biológico (LOURO, 1995). Temas vinculados ao cotidiano, à família, à sexualidade e ao trabalho doméstico, dentre outros, foram introduzidos nas pesquisas em inúmeros campos disciplinares e profissionais de diferentes níveis de ensino e instituições (MAYER, 2004). Esses estudos adotaram perspectivas teóricas plurais e não necessariamente convergentes, aliadas com diferentes campos de estudo como, por exemplo, a psicanálise, incorporaram e tensionaram a teorização marxista ou, ainda, a produção de teorias feministas e a teoria do patriarcado (FINCO, 2004; MAYER, 2004).

Para Louro (1995) os textos acadêmicos produzidos na década de 80 ultrapassaram a denúncia da opressão e a descrição das experiências/vivências femininas e começavam a ensaiar explicações, a promover articulações com paradigmas ou quadros teóricos "clássicos" ou emergentes, a propor novos paradigmas. Dentre essas diferentes perspectivas, a contribuição dos estudos foi o conceito de gênero, referindo-

se à construção social e histórica dos sexos, ou seja, buscou acentuar o caráter social das distinções baseadas no sexo.

A partir dos anos 90 as pesquisas sobre desigualdades de homens e mulheres foram incorporadas no campo da saúde, a problemática da violência contra a mulher passou a ser destaque. Os temas relacionados a experiência de violência psicológica, física e/ou sexual pautaram as pesquisas na década de 90 (LOURO,1995). Essa década também foi marcada pela participação do Brasil em conferências, tratados e declarações, como por exemplo, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher em 1994, a Declaração de Beijing adotada pela IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995, marco legal para a formulação de políticas e implementação de programas para promover a igualdade de gênero e evitar a discriminação. (LOPES, 2005; PINTO, 2017).

Um estudo bibliométrico sobre a violência de gênero realizado pelas autoras Brilhante, Moreira, Vieira e Catrib, publicado no ano de 2016 na Revista Saúde e Sociedade, com recorte temporal de 1982 a 2012 na base *Web of Scienc*, identificou 450 artigos sobre o tema neste período. A pesquisa bibliométrica aponta que as relações de gênero e a violência entre homens e mulheres é fomentada pelos princípios básicos, que regem as relações de poder e o patriarcado: “as mulheres estão subordinadas aos homens e os jovens estão subordinados aos homens mais velhos” (BRILHANTE et al., 2016, p. 710). Dos artigos analisados no estudo, 43,1% cita as mulheres em situação de violência de gênero. A pesquisa identifica que os homicídios masculinos, em sua maioria, não ocorrem pela desigualdade de gênero, mas por conflitos no espaço da rua. Enquanto as mortes de mulheres são de natureza da violência privada, que permeia as relações intersubjetivas entre homens e mulheres.

A pesquisa bibliométrica realizada por Brilhante et al. (2016, p. 713) convida estudos futuros a “compreender as causas da perpetuação da violência de gênero a despeito das políticas públicas, além de identificar como as pessoas que a vivenciam percebem as consequências da violência e quais as dificuldades que se apresentaram durante seu enfrentamento”. Para as autoras compreender o cotidiano da violência são estudos urgentes para uma orientação de políticas públicas para enfrentar a violência contra a mulher.

Deste modo, realizou-se uma pesquisa de levantamento sistêmico de teses e dissertações e para interpretação dos dados adotou-se como lente teórica a perspectiva da Psicologia Social Comunitária (PSC). A justificativa pela perspectiva da PSC deu-se devido à sua dimensão de pesquisa e intervenção ao propor métodos dialógicos desencadeadores de uma construção crítica e reflexiva de caráter coletivo, os significados são edificados em um contexto social e histórico (FREITAS, 2002; MONTERO, 1994).

Portanto, dialogar com a PSC ou fazer empréstimos de seus fundamentos implica desenvolver pesquisas que ultrapassem a descrição da realidade e repousam no compromisso ético da consciência cotidiana, permitindo apresentar os impactos psicossociais e as condições determinantes do contexto da violência contra a mulher. Assim, buscou-se identificar nas teses e dissertações o que se sabe sobre o enfrentamento da violência contra a mulher.

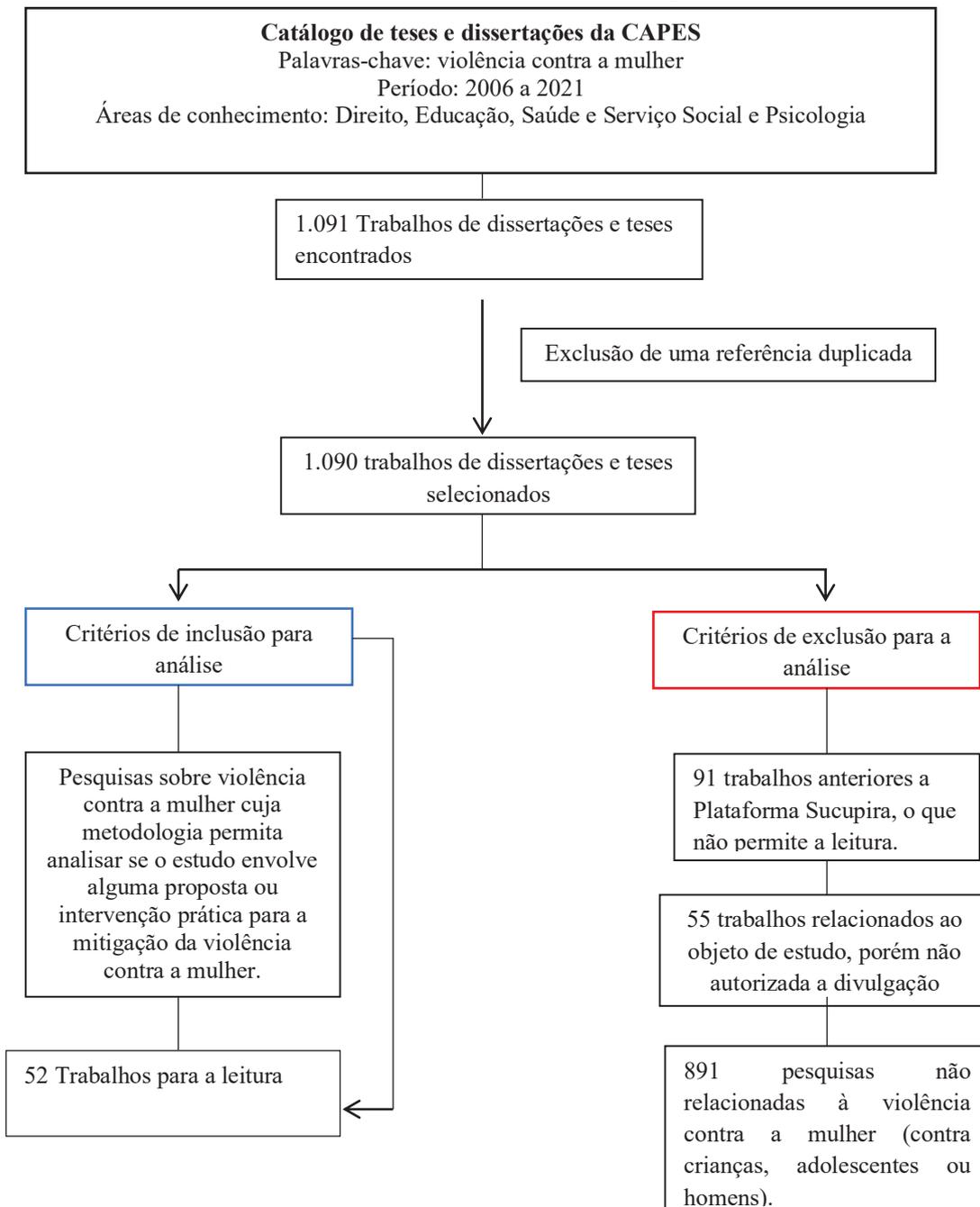
2.1 CAMINHO METODOLÓGICO: LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES NO PERÍODO DE 2006 A 2021.

Com o intuito de apresentar e discutir o que se sabe sobre a violência contra a mulher fez-se um levantamento de teses e dissertações no período de 2006 a 2021 no catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A pesquisa contemplou um estudo de natureza descritiva, que utilizou indicadores e fontes bibliográficas com o ensejo de mensurar o conhecimento científico sobre a violência contra a mulher produzido nos programas de Pós-Graduação por meio de pesquisas de teses e dissertações.

Para tanto, realizou-se um levantamento das teses e dissertações sobre violência contra a mulher. Como filtro selecionou-se um recorte histórico no período de 2006 a 2021. A escolha do lapso temporal deu-se em razão da intenção de realizar um levantamento após a promulgação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, marco legislativo de proteção e prevenção à violência contra a mulher. Assim, como essa lei prevê estudos e intervenções multidisciplinares foi selecionado como áreas do conhecimento Educação, Direito, Psicologia, Saúde e Serviço Social, as quais estão previstas na legislação.

A primeira etapa da pesquisa foi a busca sistemática de teses e dissertações na base Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES⁵ no intervalo temporal de 2006 a 2021, conforme Figura 3.

FIGURA 3 – Levantamento sistemático de teses e dissertações no período de 2006 a 2021.



FONTE: elaborado pelas autoras (2023).

⁵ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

A amostra foi realizada por meio de busca dos descritores: violência contra a mulher, as palavras foram pesquisadas em conjunto com a utilização dos booleanos “e” ou “and”. Com a aplicação desses procedimentos encontraram-se 1.090 trabalhos, houve a exclusão de 91 pesquisas por serem anteriores à Plataforma Sucupira, portanto indisponíveis para acesso online e leitura. Também foram excluídos 55 trabalhos por não possuírem autorização de divulgação, o que impossibilitou o acesso e a leitura.

Iniciada a segunda etapa, análise sistêmica dos artigos pela leitura dos títulos e resumos, foram excluídos 891 trabalhos devido a temática de violência de gênero não estar relacionada a mulheres adultas, mas envolver crianças, adolescentes e homens. Assim, restaram 52 trabalhos, os quais encontram-se relacionados no Apêndice A.

Após, as 52 pesquisas foram lidas e organizadas uma a uma na ferramenta Google Forms, conforme Apêndice B e ilustração na Figura 4.

FIGURA 4 – Organização dos resultados no Google Forms.

Levantamento teses e dissertações - violência contra a mulher
violência contra a mulher
*Obrigatório

1. Autor(a) e Título *

2. Trabalhos por ano *

Marcar apenas uma oval.

3. Categoria de trabalho *

Marcar apenas uma oval.

Dissertação

Tese

4. Área de conhecimento *

Marcar apenas uma oval.

Educação

Direito

Saúde

Psicologia

Serviço Social

5. Programa de Pós-Graduação *

6. Objeto investigado *

7. Intervenção, prática ou proposta identificada *

8. Contribuição do estudo *

9. Tipo de violência abordada *

Marque todas que se aplicam.

- Violência sexual
- Violência física
- Violência psicológica
- Violência moral
- Violência patrimonial
- Outro: _____

FONTE: elaborado pelas autoras (2023).

As categorias temáticas de organização foram: a) autor e Título; b) ano de publicação; c) categoria do trabalho; d) área de conhecimento; e) objeto investigado; f) intervenção, prática ou proposta identificada; g) contribuição do estudo e tipo de violência. Conforme figuras e gráficos abaixo:

FIGURA 5 – Organização por autor e título.

Autor(a) e Título

52 respostas

Silva, Ana Cristina Feijo Da. Protocolos na atenção à saúde de mulheres em situação de violência sexual na perspectiva dos profissionais de saúde.

SANTOS, Teresa Cristina Melo Dos. Lei Maria da Penha: avaliação dos seis anos de implantação em Belém/PA

ARAÚJO, Annamaria da Silva. Eu não tenho apoio de nada": as dificuldades das mulheres no acesso à "rede" de enfrentamento a violência contra a mulher.

VASCONCELLOS, Neiva Augusta Viegas. A violência contra a mulher.

MIRANDA, Aquila Bruno. Ação educativa em saúde para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres: a experiência do grupo Despertar.

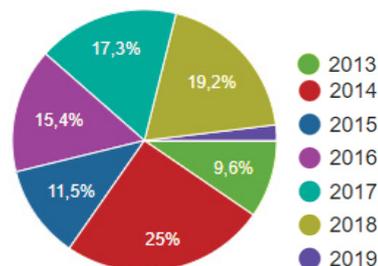
MIGUENS, Marcela Siqueira. Femicídio: uma análise do direito penal como instrumento de proteção da mulher vítima de violências.

SILVEIRA, Raquel Da Silva. Interseccionalidade gênero/raça/etnia e a Lei Maria da Penha: discursos

FONTE: elaborada pelas autoras (2023).

GRÁFICO 1 – Porcentagem por ano de teses e dissertações produzidas.

Trabalhos por ano
52 respostas

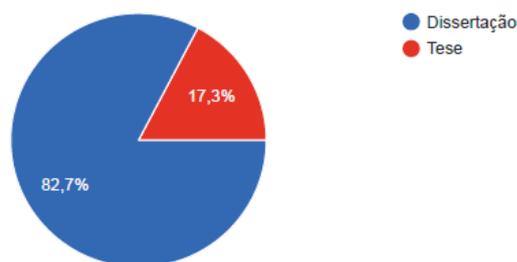


FONTE: elaborada pelas autoras (2023).

Verifica-se, que embora o levantamento das teses e dissertações tenha abrangido o período de 2006 a 2021, devido os critérios de inclusão e exclusão como a análise sistêmica (leitura dos títulos e resumos), compuseram a amostra apenas os trabalhos produzidos no período de 2013 a 2019. Desta forma, no ano de 2013 foram produzidas 5 pesquisas, 2014 foram 13, 2015 foram 6, 2016 foram 8, 2017 foram 9, 2018 foram 10 e em 2019 foi 1 trabalho. Das 52 pesquisas levantadas 43 são dissertações e 9 são teses, conforme Gráfico 2.

GRÁFICO 2 – Categoria da pesquisa.

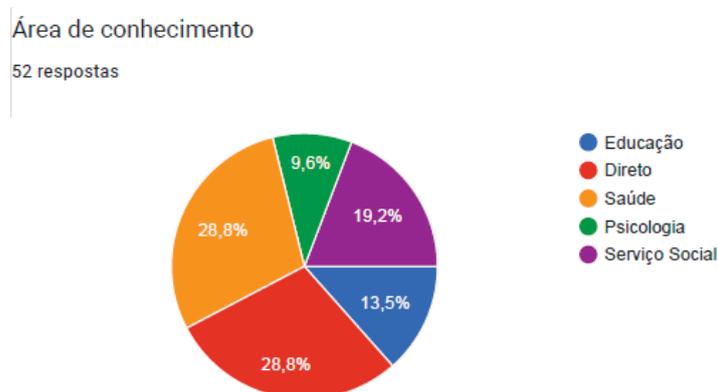
Categoria de trabalho
52 respostas



FONTE: elaborada pelas autoras (2023).

Dentre as áreas de conhecimento selecionadas no levantamento, verifica-se que o Direito e a Saúde foram as áreas de maior número de teses dissertações sobre a violência contra a mulher, sendo 15 trabalhos em cada área. Ao passo que na Psicologia 5 pesquisas foram desenvolvidas sobre a temática, mostrando-se como a área que menos realizou produções sobre violência contra a mulher, conforme Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Produção por área de conhecimento.



FONTE: elaborada pelas autoras (2023).

Após os dados numéricos, passou-se a organizar e categorizar os trabalhos com a descrição dos objetos investigados. A sistematização ocorreu a partir da leitura dos 52 trabalhos e identificação do recorte pesquisado.

FIGURA 6 – Objetos investigados.

Objeto investigado

52 respostas

Compreender a percepção de profissionais sobre protocolos utilizados na atenção à saúde de mulheres em situação de violência sexual, nos serviços municipais de saúde, em Fortaleza, Ceará.

Aprofundar o conhecimento sobre a violência doméstica e familiar da mulher e das relações de gênero.

As dificuldades das mulheres acessar a "rede" de atendimento à mulher em situação de violência no município de Natal/RN

Os desdobramentos da denúncia realizada por mulheres vítimas de violência na cidade de Vitória no estado do Espírito Santo.

FONTE: elaborada pelas autoras (2023).

Na sequência extraíram-se os conteúdos relacionados às sugestões de intervenções, práticas ou propostas, que contribuíssem para o enfrentamento da violência contra a mulher.

FIGURA 7 – Intervenções, práticas ou propostas.

Intervenção, prática ou proposta identificada

52 respostas

Proposta de adoção de estratégias que favoreçam a implementação da política de atenção às mulheres, no enfrentamento da violência sexual, promovendo uma reestruturação da rede e em especial dos serviços de saúde, visando atendimento integral.

O objetivo da Lei Maria da Penha deve ser perseguido, o qual consiste em universalizar o acesso à justiça por contingentes da população historicamente excluídos de direitos e principalmente o mérito do reconhecimento da violência doméstica e familiar contra a mulher, em suas diferentes modalidades, como problema público e social, passível de inferência das forças do Estado.

Apesar dos avanços legais, não há a implementação efetiva das políticas voltadas às mulheres. O movimento feminista, assim como o movimento social da classe trabalhadora, deve buscar a emancipação das mulheres, através da luta pelo fim de todas as formas de opressão, exploração e dominação entre os seres humanos.

FONTE: elaborada pelas autoras (2023).

Buscou-se também organizar os dados com a descrição das possíveis contribuições relatadas pelos próprios pesquisadores.

FIGURA 8 – Contribuições dos estudos.

Contribuição do estudo

52 respostas

As Norma Técnica para Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes são pouco conhecidas pelos profissionais. A assistência as vítimas é fragmentada, com prioridade para os sinais e os sintomas apresentados por essas mulheres, em detrimento de escuta qualificada, sensível e fundamentada nas diretrizes políticas.

A Lei Maria da Penha se aplicada de modo consistente e efetivo, com o fortalecimento e ampliação da rede de proteção à mulher vítima de violência pode reduzir a incidência de violência contra a mulher.

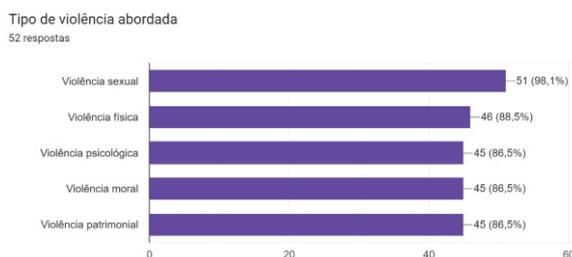
As falas das mulheres entrevistadas mostram o aspecto contraditório do trabalho na vida das mulheres. Por um lado, pode tornar-se meio para a independência financeira (com possibilidade de saída do meio violento). Por outro, pode tornar-se "motivo" de justificativa para o exercício da violência contra as mulheres, por parte de seus companheiros ou ex-companheiros.

Denunciar o agressor foi considerado positivo tanto para os representantes como as mulheres. O estudo verificou a predominância da violência contra a mulher no ambiente doméstico, seja violência física, psicológica ou sexual, percebeu-se que quase nunca as mulheres denunciam após uma primeira violência, porque até acontecer uma agressão física o processo já foi desencadeado por inúmeras violências psicológicas como humilhações, xingamentos, depreciação dentre outras.

FONTE: elaborada pelas autoras (2023).

Na última organização temática identificaram-se os tipos de violências abordadas nos estudos, verificou-se que 45 trabalhos abordam mais de um tipo de violência, conforme Gráfico 4.

GRÁFICO 4 – Tipos de violências abordadas nas teses e dissertações



FONTE: elaborada pelas autoras (2023).

Percebe-se que os tipos de violências pesquisadas se equiparam, não há uma predominância de algum tipo, 45 trabalhos investigaram abordam mais de um tipo de violência. A violência sexual apareceu em 51 trabalhos analisados, somente uma pesquisa não abordou este tipo de violência e teve como objeto a violência física. Trata-se de trabalho de tese na área do Direito, produzido no ano de 2017, que investigou a inclusão do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Identificou-se que 6 pesquisas, todas da área de Saúde investigaram somente violência sexual sem adentrar em outros tipos de violência, sendo 4 dissertações e 2 teses.

Por fim, os 52 trabalhos foram analisados por meio da análise descritiva, que possibilitou criar categorias e descrever as violências contra a mulher. Analisou-se a quem se atribui a causalidade da violência e as contribuições para possíveis formas de enfrentamento e prevenção. Procurou-se identificar, nas contribuições dos autores, porque a violência está acontecendo e acontece.

2.2 ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE O TEMA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

As teses e dissertações analisadas totalizam 52 pesquisas, sendo 43 (82,7%) trabalhos de dissertações e 9 (17%) trabalhos de tese dentro do recorte temporal de 2006

a 2021. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram somente trabalhos produzidos no período de 2013 a 2019.

As áreas de conhecimento selecionadas foram Educação, Direito, Saúde, Psicologia e Serviço Social, que de acordo com a Lei Maria da Penha constituem-se como áreas multidisciplinares para o enfrentamento da violência contra a mulher. Identificou-se que mais da metade das pesquisas (57,6%) foram realizadas pela área de Saúde (28,8%) e pelo Direito (28,8%), Serviço Social com a porcentagem de 9,2% trabalhos, a Educação com 13,5% das pesquisas e a Psicologia corresponde a 9,6% das teses e dissertações.

Percebe-se, que cada campo do conhecimento possui sua própria forma de conceber a realidade, analisar as pesquisas das áreas previstas na Lei Maria da Penha permite um panorama sobre a produção acadêmica nos Programas de Pós-Graduação em relação a temática violência contra a mulher, conforme mostram os Quadro 1, Quadro 2, Quadro 3, Quadro 4, Quadro 5, Quadro 6, Quadro 7 e Quadro 8, os quais foram agrupados por área de conhecimento, programas de pós-graduação e tipo do trabalho.

QUADRO 1 – Pesquisas de Dissertações sobre violência contra a mulher nos Programas de Pós-Graduação na área da Educação.

Tipo de trabalho	Autor e Título	Ano	Programa de Pós-Graduação	Objetivo investigado
Dissertação	CARVALHO, Íris de. Violência contra as mulheres: o educativo – formativo das matérias jornalísticas do website G1.	2019	Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.	Análise das matérias jornalísticas do website de notícias G1 abordaram o tema da violência contra a mulher durante o ano de 2016.
Dissertação	MIRANDA, Aquila Bruno. Ação educativa em saúde para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres: a experiência do grupo Despertar.	2018	Programa de Pós-Graduação em	Compreender em que medida as mulheres que participaram da experiência do grupo ‘Despertar’ construíram ou não resistências para o enfrentamento da violência de gênero em seus ambientes familiares.
Dissertação	SANTOS, Sherly Maclaine de Jesus. Pra não dizer que não falei das flores - narrativas das mulheres em situação de violência doméstica e familiar atendidas pelo ministério	2016	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas Instituição de Ensino: Fundação	As narrativas de vida das mulheres atendidas na Promotoria de Justiça da cidade de Timon-MA e descrever as mudanças percebidas pelas mulheres em suas vidas, após a aplicação

	público no município de Timon-MA.		Universidade Federal do Piauí – UFPI.	da medida protetiva de afastamento do agressor.
Dissertação	PEREIRA, Larissa Kuhl Izidoro. Lei Maria da Penha: análise dos livros de registros, referentes aos boletins de ocorrência da cidade de Maringá (2006-2007). o que a educação escolar tem a ver com isso?	2015	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá – UEM.	Como a escola pode contribuir para diminuir o número de registros de violência contra a mulher na cidade de Maringá.
Dissertação	FERREIRA, Josanne Cristina Ribeiro. Lei Maria da Penha e Poder Judiciário: entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher entre os anos de 2006 a 2013.	2014	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.	O entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão relacionado a apreciação de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher entre os anos de 2006 a 2013.
Dissertação	LUZ, Fernanda Pereira. As mulheres do tráfico e a violência de gênero'.	2014	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF	O cotidiano vivido por mulheres e ex mulheres de traficantes correlacionando com a violência de gênero.
Dissertação	SANTOS, Ana Pereira dos. Entre embaraços, performances e resistências: a construção da queixa de violência doméstica de mulheres em uma Delegacia.	2014	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa – UFV.	A construção da queixa de violência doméstica de mulheres à luz das novas normativas de proteção que tencionam o momento presente.

FONTE: elaborados pelas autoras com base nos dados bibliográficos (2023).

Os Programas de Programas de Pós-Graduação na área da Educação produziram 7 pesquisas de Dissertação e nenhuma pesquisa de Tese.

QUADRO 2 - Pesquisas de Teses sobre violência contra a mulher dos Programas de Pós-Graduação na área do Direito.

Tipo de trabalho	Autor e Título	Ano	Programa de Pós-Graduação	Objetivo investigado
Tese	MIGUENS, Marcela Siqueira. Femicídio: uma análise do direito penal como instrumento de proteção da mulher vítima de violências.	2017	Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.	A inclusão do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio como um dos instrumentos de tutela da mulher em situação de violência.
Tese	CALIL, Mario Lucio Garcez. Violência de gênero	2014	Programa de Pós-Graduação	A utilização isolada da tutela penal na proteção das vítimas

	e proteção suficiente: da necessidade de concretização conjunta das políticas criminais e das políticas sociais de proteção às vítimas de violência doméstica contra a mulher.		em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos do Centro Universitário de Bauru.	é insuficiente na proteção à mulher.
Tese	FERNANDES, Valeria Diez. Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade.	2013	Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.	A efetividade da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

FONTE: elaborados pelas autoras com base nos dados bibliográficos (2023).

QUADRO 3 - Pesquisas de Dissertações sobre violência contra a mulher dos Programas de Pós-Graduação na área do Direito.

Tipo de trabalho	Autor e Título	Ano	Programa de Pós-Graduação	Objetivo investigado
Dissertação	BARBOSA, Gabriella Sousa da Silva. Medidas Protetivas de Urgência e o Poder Judiciário Maranhense: avaliação da eficácia da prestação jurisdicional estatal nos julgamentos de Medidas Protetivas de Urgência através da análise de seus recursos entre os anos de 2012- 2016'	2018	Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.	A eficácia da prestação jurisdicional do Poder Judiciário do Maranhão no julgamento de Medidas Protetivas de Urgência.
Dissertação	FERNANDES, Fernanda Santos. Princípio da Vedação à Proteção Deficiente na Lei de Violência Doméstica.	2018	Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica De Petrópolis – UCP.	Possíveis falhas na proteção da vítima de violência doméstica, trazendo propostas protetivas, em consonância com o princípio da vedação a proteção deficiente das vítimas de violência doméstica.
Dissertação	SANTOS, Silvia Chakian de Toledo. A tutela penal da mulher: histórico, limites e exigências para uma proteção eficiente.	2018	Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.	A evolução da tutela penal da mulher, desde as primeiras fontes do direito, até os dias atuais, com vistas à identificação das exigências para a construção de um modelo de tutela penal contemporâneo.
Dissertação	PAULO, Bruno Giovannini de. Vitimização de mulheres nas delegacias de polícia de Minas Gerais: constatação e caminhos da superação.	2018	Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM.	A vitimização secundária nas delegacias de polícia.

Dissertação	SEIDLER, Jucelia Fatima. As lutas das mulheres contra a discriminação e violência para a construção de uma nova identidade e sua influência nas composições familiares.	2018	Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC.	Os conflitos que envolvem o processo formador de uma nova identidade da mulher, a partir da construção da sua autonomia privada decisória e o consequente empoderamento.
Dissertação	ARAÚJO, Antonia Cileide de. O impacto da judicialização de delitos provenientes da violência doméstica contra a mulher após a vigência da Lei Maria da Penha, no Cariri Cearense.	2017	Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.	O impacto da Lei Maria da Penha, enquanto política pública de inclusão social, no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher no Cariri.
Dissertação	PINTO, Raquel Cristiane Feistel. O enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil: as políticas públicas no século XXI e a violação dos direitos humanos.	2017	Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.	Quais as condicionantes sócio-jurídicas-culturais contribuíram para que as políticas públicas implementadas no Brasil, para a redução da violência contra a mulher, não fossem plenamente satisfatórias e, quais os enfoques podem ser dados às políticas públicas, a partir da perspectiva dos Direitos Humanos.
Dissertação	SANTOS, Natali Emily dos. A compreensão dos papéis de gênero e a finalidade da Lei nº1.340/2006.	2017	Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR.	A relevância dos papéis de gênero como origem da violência contra a mulher e base para a ineficiência de se alcançar a principal finalidade da Lei Maria da Penha.
Dissertação	SILVA, Gabrielle Saraiva. A dominação masculina, o patriarcado e a apropriação estatal de conflitos: contribuições da justiça restaurativa aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.	2017	Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV.	A resposta punitiva estatal aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
Dissertação	GIRALDI, Klariene Andrielly. Perspectivas feministas e de masculinidades: o papel do Poder Judiciário na desconstrução da violência contra a mulher.	2016	Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie.	Como tem sido realizado o enfrentamento à violência contra a mulher, o que será feito por meio de perspectivas feministas e de masculinidades, destacando o papel do Poder Judiciário, e apresentando os grupos de reflexão com autores de violência.
Dissertação	FILHO, Luiz Fernando Ferreira de Souza. Entre punir e conciliar - o interesse punitivo e a	2014	Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade	O perfil da mulher vítima de violência doméstica que procura os tribunais.

	vontade da mulher - a intervenção do estado nos processos de violência doméstica e familiar.		Católica de Petrópolis – UCP.	
Dissertação	SANTOS, Camilla Guedes Pereira Pitanga. A proteção a mulher segurada da Previdência Social: uma abordagem sobre as ações regressivas decorrentes de violência doméstica.	2014	Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba – UFPA.	A tutela jurídica conferida à mulher em situação de violência, através das ações regressivas em violência doméstica propostas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na Justiça Federal.

FONTE: elaborados pelas autoras com base nos dados bibliográficos (2023).

Os Programas de Programas de Pós-Graduação na área do Direito produziram 3 pesquisas de Teses e 12 Dissertações.

QUADRO 4 - Pesquisas de Teses sobre violência contra a mulher dos Programas de Pós-Graduação na área da Psicologia.

Tipo de trabalho	Autor e Título	Ano	Programa de Pós-Graduação	Objetivo investigado
Tese	BRASILINO, Jullyane Chagas Barboza. "Portas de entrada para a saída do inferno": a rede de serviços de atenção a mulheres em situação de violência.	2014	Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Social) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.	Em que medida as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres possibilitam (ou não) dar o apoio suficiente/necessário para que elas saiam da situação de violência.
Tese	SILVEIRA, Raquel Da Silva. Interseccionalidade gênero/raça/etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade.	2013	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social E Institucional Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.	Como a interseccionalidade gênero, raça e etnia emergem no discurso jurídico sobre as mulheres que acessam a justiça e como esta articulação caracteriza as relações de poder nas quais estão imersas.

FONTE: elaborados pelas autoras com base nos dados bibliográficos (2023).

QUADRO 5 - Pesquisas de Dissertações sobre violência contra a mulher dos Programas de Pós-Graduação na área da Psicologia.

Tipo de trabalho	Autor e Título	Ano	Programa de Pós-Graduação	Objetivo investigado
Dissertação	BERNARDES, Isabel Cristina Goncalves. O operador do Direito da Defensoria Pública do	2016	Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia	O atendimento prestado por Defensoras e Defensores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à questão da

	Estado de São Paulo no atendimento à violência contra a mulher.		Social) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.	violência contra a mulher que aparece na Triagem da instituição.
Dissertação	NASCIMENTO, Bruna da Silva. Atitudes frente à violência contra a mulher: o papel dos valores e da desumanização da mulher.	2015	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPA.	A relação entre os valores, a desumanização da mulher e as atitudes frente à violência contra a mulher.
Dissertação	MORAIS, Suzimar Wacton de. Violência contra a mulher, uma realidade velada no Bairro Vila Terezinha: participação comunitária para o fim dos conflitos.	2014	Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Social) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.	A predisposição dos moradores do bairro Vila Terezinha para atuarem como possíveis atores na diminuição das incidências de violência contra a mulher.

FONTE: elaborados pelas autoras com base nos dados bibliográficos (2023).

Os Programas de Programas de Pós-Graduação na área de Psicologia produziram 2 pesquisas de Teses e 3 Dissertações.

QUADRO 6 – Pesquisas de Teses sobre violência contra a mulher nas dos Programas de Pós-Graduação na área da Saúde.

Tipo de trabalho	Autor e Título	Ano	Programa de Pós-Graduação	Objetivo investigado
Tese	MOREIRA, Gracyelle Alves Remigio. Análise da atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual em Fortaleza, CE'.	2016	Programa de Pós-Graduação em Saúde Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará – UECE.	A atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual no município de Fortaleza, Ceará.
Tese	BRILHANTE, Aline Veras Moraes. Gênero, Sexualidade e Forró: um estudo histórico social no contexto nordestino.	2015	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará – UECE.	Os sentidos atribuídos à mulher, à sexualidade e às relações de gênero na cultura nordestina por meio do forró e sua relação com as vulnerabilidades às quais estas estão expostas.
Tese	LIMA, Claudia Araújo de. Redes de atenção para mulheres em situação de violência sexual: análise do	2014	Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da	Conhecer e analisar rede de atenção para mulheres em situação de violência sexual em Campo Grande, Mato

	caso de Campo Grande/Mato Grosso do Sul a partir das representações sociais de seus gestores.		Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.	Grosso do Sul no que concerne à composição, funcionamento e seus os mecanismos de sustentabilidade.
Tese	FREITAS, Waglania De Mendonca Faustino e. Processo de trabalho e violência de gênero: a perspectiva dos profissionais da Estratégia Saúde da Família.	2013	Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.	O saber de gênero no processo de trabalho na atenção à mulher em situação de violência doméstica.

FONTE: elaborados pelas autoras com base nos dados bibliográficos (2023).

QUADRO 7 – Pesquisas de Dissertações sobre violência contra a mulher dos Programas de Pós-Graduação na área da Saúde.

Tipo de trabalho	Autor e Título	Ano	Programa de Pós-Graduação	Objetivo investigado
Dissertação	LEITE, Adriana Miranda Ferreira. Violência doméstica contra a mulher: representações e práticas do agente comunitário de saúde.	2018	Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP.	As representações do agente comunitário de saúde - ACS sobre a violência doméstica contra a mulher.
Dissertação	SAAD, Maria Amelia Pedro. A trama das mulheres invisíveis: análise da abordagem de feminicídio íntimo no jornalismo popular'.	2018	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza - UNIFOR.	As notícias sobre assassinatos e tentativas de assassinatos a mulheres, cujos autores ou acusados eram parceiros, ou ex-parceiros íntimos das vítimas.
Dissertação	LIMA, Maria Cristina Dias de. Abortamento legal: estudo de caso num hospital público do sul do país.	2017	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Paraná – UFPR.	A realidade objetiva dos casos de violência sexual contra mulheres que solicitaram o abortamento legal.
Dissertação	PIERINE, Andrea Silveira Machado. Mulheres que denunciaram a violência: questões de justiça e saúde.	2017	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP.	O perfil das mulheres que formalizaram ocorrência policial de violência por parceiro íntimo em uma Delegacia Especializada.
Dissertação	TAMBORIL, Bruna Caroline Rodrigues. Concepções dos profissionais da perícia forense do estado do Ceará sobre a violência sexual contra a mulher.	2017	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza – UNIFOR.	O perfil das mulheres que declararam ter sofrido e/ou perpetrado atos de violência interpessoal no município de Fortaleza, Ceará.
Dissertação	ASIN, Paola Isabel	2016	Programa de	Os determinantes sociais que

	Carrasco. Determinantes sociais dos feminicídios no Peru e no Brasil 2009 - 2014.		Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.	fazem parte do índice de desigualdade de gênero associadas à ocorrência dos feminicídios no Peru e no Brasil e construir as taxas padronizadas dos feminicídios no Peru e no Brasil.
Dissertação	OLIVEIRA, Caroline Schweitzer de. Violência sexual: mulheres atendidas em uma rede de atenção integral em uma capital do sul do Brasil.	2016	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.	O perfil das mulheres que sofreram violência sexual atendidas pela Rede de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual e descrever as circunstâncias da agressão.
Dissertação	VASCONCELLOS, Neiva Augusta Viegas. A violência contra a mulher.	2016	Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.	Os desdobramentos da denúncia realizada por mulheres vítimas de violência na cidade de Vitória no estado do Espírito Santo.
Dissertação	COSTA, Monalisa Abrante Mariano. Atuação profissional na atenção primária à saúde das mulheres em situação de violência sexual.	2015	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza – UNIFOR.	Atuação profissional na Atenção Primária em Saúde às mulheres em situação de violência sexual em seis Unidades de Atenção Primária à Saúde da Secretaria Executiva Regional VI, no Município de Fortaleza – CE.
Dissertação	BEZERRA, Juliana da Fonseca. Atuação dos profissionais de saúde na atenção a mulher em situação de violência sexual.	2014	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza – UNIFOR.	A atuação dos profissionais de saúde na atenção à mulher em situação de violência sexual nos serviços especializados do Município de Fortaleza, Ceará.
Dissertação	SILVA, Ana Cristina Feijó Da. Protocolos na atenção à saúde de mulheres em situação de violência sexual na perspectiva dos profissionais de saúde.	2014	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza - UNIFOR.	Compreender a percepção de profissionais sobre protocolos utilizados na atenção à saúde de mulheres em situação de violência sexual, nos serviços municipais de saúde, em Fortaleza, Ceará.

FONTE: elaborados pelas autoras com base nos dados bibliográficos (2023).

Os Programas de Programas de Pós-Graduação na área de Saúde produziram 4 pesquisas de Teses e 11 Dissertações.

QUADRO 8- Pesquisas de Dissertações sobre violência contra a mulher dos Programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social.

Tipo de trabalho	Autor e Título	Ano	Programa de Pós-Graduação e Estado	Objetivo investigado
Dissertação	BEZERRA, Floriza Soares.	2018	Programa de	A violência contra a mulher

	Nos bares, na lama, nos lares, na cama: uma análise ontológica da violência contra mulher em situação de rua no Brasil contemporâneo.		Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.	em situação de rua no atual contexto brasileiro, de modo a considerar as particularidades de gênero no fenômeno população em situação de rua na contemporaneidade.
Dissertação	SILVEIRA, Juceli Pansera. Enfrentamento à violência doméstica contra a mulher: a efetividade das políticas públicas no município de Cascavel/PR.	2018	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.	A efetividade das políticas públicas propostas para o Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher no Município de Cascavel Paraná.
Dissertação	PONTES, Kelem Rodrigues de Melo. Violência doméstica geracional em parintins: um olhar para os casos registrados na delegacia especializada.	2017	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.	Em que sentido a violência doméstica se estrutura num círculo vicioso geracional, envolvendo as gerações de mães e filhas, tornando naturalizado e cristalizado o fenômeno da violência contra a mulher na sociedade.
Dissertação	VASCONCELOS, Silvia Catarina Dourado. Violência de gênero: uma análise da rede de atendimento à mulher.	2016	Programa de Pós-Graduação em	a Rede de atendimento à mulher em situação de violência em Aracaju – SE.
Dissertação	COUTINHO, Ana Rita Costa. As experiências sociais das mulheres em situação de violência e as estratégias de enfrentamento'.	2015	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.	As experiências sociais das mulheres em situação de violência e suas estratégias de enfrentamento, na rede proteção especializada no município de Porto Alegre/RS, Centro de Referência de Atendimento à Mulher Márcia Calixto.
Dissertação	SILVA, Maria Nilda Conceicao da. Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia: um estudo sobre o processo de abrigamento de mulheres em situação de risco de morte na cidade de São Paulo.	2015	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Fundação Universidade Federal de Sergipe – UFS.	O processo de abrigamento e desabrigamento das mulheres em situação de risco e ameaça de morte atendidas pelo Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia.
Dissertação	SILVA, Eliana Pereira. Mulheres em situação de violência na favela de Paraisópolis: possibilidades de luta e resistência.	2014	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.	A violência como uma das expressões da questão social e sua inter-relação com as categorias Classe e Gênero e Raça, por meio do recorte do universo do cotidiano das mulheres moradoras da comunidade de Paraisópolis
Dissertação	ARAÚJO, Annamaria da Silva. Violência contra a	2013	Programa de Pós-Graduação	As dificuldades das mulheres acessarem a “rede” de

	mulher: expressões da opressão às mulheres sob a égide do capitalismo e do patriarcado		em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.	atendimento à mulher em situação de violência no município de Natal/RN.
Dissertação	SANTOS, Teresa Cristina Melo Dos. Lei Maria da Penha: avaliação dos seis anos de implantação em Belém/PA.	2013	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará - UFPA	Aprofundar o conhecimento sobre a violência doméstica e familiar da mulher e das relações de gênero.

FONTE: elaborados pelas autoras com base nos dados bibliográficos (2023).

Os Programas de Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social produziram 9 pesquisas de Dissertação e nenhuma pesquisa de Tese.

O levantamento das teses e dissertações com os seus respectivos objetivos permitiu um mapeamento multidisciplinar das preocupações e contribuições de cada área, bem como, um panorama das políticas públicas emanadas das diretrizes da Lei Maria da Penha e o pensar nas necessidades concretas das mulheres para o rompimento da violência.

Identificou-se que as temáticas que mais aparecem relacionadas a violência contra a mulher são rede de atendimento as mulheres vítimas de violência nas áreas de saúde, assistencialismo social e Poder Judiciário. Quatro pesquisas estudam o atendimento processual judicial de violência contra a mulher, atendimentos realizados por defensores públicos, delegacia de polícia e promotoria de justiça. A Figura 9, a seguir, mostra uma síntese dos principais temas pesquisados nas teses e dissertações.

FIGURA 9 – Temas encontrados nas teses e dissertações.



FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados coletados (2022).

Extrai-se que os objetos pesquisados nas teses e dissertações abordam o perfil das mulheres vítimas de violência, atenção à saúde, rede de atendimento, vitimização da mulher, efetividade da lei, políticas públicas e experiências de socais e em grupo.

A partir da ilustração dos objetos pesquisados, passa-se a descrever as contribuições dos estudos realizados sobre violência contra a mulher. Com base no universo pesquisado, o perfil das mulheres vítimas de violências são mulheres jovens com idade entre 12 a 29 anos, a raça/cor branca, escolaridade Ensino Fundamental incompleto. Em relação ao vínculo com o agressor identificou-se que os homens possuem a confiança das vítimas, sendo que quanto mais nova a vítima, mais estreito era o vínculo.

Sobre a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, a autora Brasilino (2014) relata que as políticas públicas pelo fim da violência são insuficientes, pois não basta a judicialização do fenômeno e causas. A punição e a proteção contra futuras agressões são insuficientes para o rompimento da violência. Para a Brasilino (2014) as mulheres não se percebem como sujeito de direitos, o que torna necessárias políticas públicas de fortalecimento dos direitos a não violência e a promoção da equidade de gênero.

Vasconcelos (2016) em sua pesquisa analisou a rede que envolvia os serviços das políticas de Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Justiça. Na dissertação a autora observou que as estratégias de enfrentamento e superação da violência ocorrem no plano macro de atuação, não há uma abrangência ou intersetorialidade nos serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. As eventuais parcerias restringem-se a campanhas ou projetos, além de contatos informais, como encaminhamentos escritos, ligações telefônicas e visitas institucionais. Vasconcelos (2016) pontua que o funcionamento da rede de atendimento depende do desenvolvimento conjunto de ações e sujeitos com vistas a possibilitar a integralidade de todos os condicionantes do processo da violência.

Lima (2014) ao investigar as redes de atenção para mulheres em situação de violência sexual, percebeu atendimentos multiprofissionais e humanizados, em contrapartida identificou a ausência de mecanismos institucionais oficiais. Segundo a autora as mulheres são revitimizadas nos atendimentos quando são questionadas sobre a

violência sofrida. Na percepção da autora os próprios integrantes das equipes de atendimento desconhecem, que o Boletim de Ocorrência é imprescindível para uma mulher ser acolhida nos serviços de saúde.

A revitimização sofrida pelas mulheres nos atendimentos em órgãos relacionados à justiça e segurança pública foi objeto de estudo de Paulo (2018), a autora concluiu que a vitimização secundária ocorre devido as deficiências no atendimento das mulheres vítimas nas repartições policiais, especificamente nas delegacias de polícia.

Costa (2015) identificou a necessidade de investir na qualificação dos profissionais, por meio de processos de educação permanente no plano institucional, para que os profissionais saibam abordar o problema da violência dentro das instituições e órgãos públicos. Isso porque, a formação educacional pode contribuir com o entendimento humanizado e diminuir o medo da mulher relatar a violência sofrida.

Neste sentido, Santos (2014) ao estudar a construção da queixa de violência doméstica de mulheres à luz das novas normativas de proteção, observou em um primeiro momento que Lei Maria da Penha é orientada por instituições com valores masculinos. O fato de ser mulher apresenta-se como um processo sustentado por normas sociais instituídas sob a lógica da dominação e da submissão.

No campo jurídico, as pesquisas revelam a dificuldade de atendimentos especializados por falta de formação ou desestrutura das instituições quanto a sua própria organização. Para Araujo (2016) a violência contra a mulher precisa ser analisada na área jurídica como uma relação complexa que envolve a vítima e o agressor. Deste modo, a autora ao investigar grupos de reflexão promovidos pelo judiciário verificou, que os grupos ampliam a visão da violência contra a mulher, para além da própria mulher e envolvem o homem na desconstrução e construção de novas relações sociais, não tomadas pela desigualdade de gênero. Pois, as discussões sobre a igualdade de gênero com homens agressores envolvem a busca de uma transformação social.

Todavia, no tocante as decisões dos tribunais de justiça e entendimentos jurisprudenciais, as pesquisas de dissertações e teses revelam um equívoco na interpretação e enquadramento da violência contra a mulher como violência de gênero. Verificou-se que a violência contra a mulher, cuja possui legislação específica com punição mais gravosa, muitas vezes é enquadrada na legislação geral com penas mais

brandas (FERREIRA, 2014). No estudo sobre Medidas Protetivas de Urgência, Barbosa (2018) verificou que as tutelas protetivas e cautelares ainda são pouco exploradas pela doutrina e jurisprudência, pois há indefinição sobre a natureza jurídica das medidas e desconhecimento do alcance do rol exemplificativo trazido pelo legislador.

Para Santos (2014) quando as mulheres se arriscam e assumem a forma prevista na Lei, ou seja, a de alguém decidida e dona de si, elas precisam, a partir da astúcia, criar meios de resistência que driblem e negociem com o poder e com o despreparo policial. Foi identificado que as mulheres quando pedem atendimento policial esperam uma abordagem educativa com os companheiros agressores e não uma prisão ou uma coerção policial. Percebeu-se o desejo das mulheres em manterem suas histórias amorosas e a proteção dos filhos, assim as solicitações e demandas policiais são de reeducação dos homens, por meio de uma atuação informal da polícia com linguagem relacional que não passe pela violência. (SANTOS, 2014).

Sobre a temática perfil das mulheres vítimas de violência, Pontes (2017) realizou um estudo na Delegacia Especializada da Mulher no Município de Parintins. Constatou, que a violência geracional tem raízes no ambiente de violência existente nas famílias, algo que vai passando de geração a geração. Ou seja, o mesmo ciclo de violência vivido pela mãe praticado por seu companheiro, é vivenciado pelas filhas.

Observa-se que os trabalhos no campo da Educação tiveram como objeto investigado os espaços de denúncias e os recursos de proteção à violência. As pesquisas do Direito se debruçaram a investigar a efetividade e a eficácia das tutelas jurídicas às mulheres vítimas de violência. As teses e dissertações na área da Saúde a preocupação reside na atuação profissional na rede de atenção e atendimento de mulheres em situação de violência.

As pesquisas na área de Psicologia investigaram temáticas como: a participação de moradores na diminuição da violência contra a mulher no bairro onde residem; interseccionalidade gênero, raça e etnia no discurso jurídico das mulheres que acessam a justiça; o atendimento prestado por Defensoras e Defensores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; a relação entre os valores, a desumanização da mulher e as atitudes frente à violência contra a mulher; políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e o apoio suficiente/necessário para que as mulheres saiam da situação de violência.

As principais causas e fatores apresentados como responsáveis pela violência contra a mulher são a desigualdade de gênero, cultura machista, dominação masculina e dependência financeira, conforme Figura 10.

A cultura patriarcal e da dominação masculina, reforçam a desigualdade e legitimam a violência. Percebe-se, que os símbolos culturais contribuem para a construção de subjetividades calcadas nos princípios do patriarcado e das relações desiguais de gênero, conseqüentemente desencadeiam uma naturalização do que não é natural, mas uma criação humana e uma relação de poder.

FIGURA 10 – Fatores identificados nas pesquisas como responsáveis pela violência contra a mulher.



FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados coletados (2022).

Os fatores identificados como responsáveis para que a violência ocorra estão relacionados às categorias construídas pelo compartilhamento de valores e cultura, como por exemplo a desigualdade de gênero e dominação masculina. Aparecem como fatores relacionados ao dever do Estado, como por exemplo, educação, política e lei. A dependência financeira pode ser interpretada como uma categoria integrante às políticas de igualdade.

Depreende-se dos estudos, que a igualdade de gênero e o fim da violência contra a mulher não dependem, exclusivamente do Direito Penal ou da efetividade da Lei Maria da Penha. Também é verdadeiro que não há como se pensar em combater a violência sem pensar em prevenção, assistência e garantia dos direitos fundamentais. Quando há distanciamento dos paradigmas dos direitos humanos, tudo que a punição por meio da legislação oferece é uma proteção insuficiente.

A judicialização do fenômeno da violência possibilita a punição do autor do crime e a proteção contra futuros episódios de agressão. Entretanto, mostra-se

insuficiente para que as mulheres deixem de vivenciar situações de violência. As mulheres em tal situação por vezes não se entendem enquanto sujeito de direitos, como tendo direito a uma vida sem violência.

O objetivo da Lei Maria da Penha e das políticas públicas dela decorrentes consistem em universalizar o acesso à justiça por contingentes da população historicamente excluídos de direitos. Pensar no enfrentamento à violência e ter como instrumento a coercitividade do direito penal, tradicionalmente patriarcal e utilizado como mecanismo de controle, associado às mais diversas formas de opressão de minorias, mostra-se incapaz de preservar direitos das mulheres vítimas de violência. Um direito estruturado e fundamentado no patriarcado e no poder, torna-se insuficiente para atender o fim a que se destina a Lei Maria da Penha. (OLIVEIRA, 2014; PINTO, 2017)

A revitimização que ocorre - quando as mulheres, vítimas de violência do agressor, novamente sofrem violência moral ou psicológica nos atendimentos jurídicos ou na área de saúde ao serem responsabilizadas pela violência sofrida - também intensifica a violência. A omissão do Estado perdura e a ausência de educação profissional daqueles que atendem mulheres vítimas de violência, ainda não é percebida como uma questão de caráter público, que exige estratégias de enfrentamento também presentes no campo de políticas públicas (PAULO, 2018; SANTOS, 2014).

Denota-se uma dupla vitimização da mulher, primeiro pelo agressor e depois pelo Estado, que vilipendia a vontade da mulher como diretamente interessada no conflito. Superar a banalização da violência contra a mulher nos atendimentos requer investimento educacional aos profissionais, que trabalham com situações de violência a mulher. Essa providência é a mais citada nas pesquisas levantadas na área do direito e saúde, que investigaram o atendimento adequado às mulheres vítimas de violência.

No estudo de Silva (2017) mostrou-se que as mulheres quando são acometidas pelo sentimento de culpa e insegurança, a relação com o agressor piora após o ingresso de ação judicial. Assim, a judicialização não se mostra como efetiva no combate e na prevenção do fenômeno, tendo, inclusive, banalizado a violência doméstica contra a mulher de várias formas, em especial no que tange aos direitos sociais das vítimas.

No aspecto econômico as teses e dissertações apontam o trabalho como contraditório na vida das mulheres. Por um lado, pode ser um meio para a

independência financeira (com possibilidade de saída do meio violento). Por outro, pode se tornar motivo justificador para o exercício da violência por parte dos companheiros.

Entende-se, necessária uma transformação da cultura, principalmente no tocante às representações de gênero. Nos atendimentos às mulheres deve ser priorizado e acolhido as questões psicossociais, históricas e culturais de cada mulher. Para tanto, requer-se formação aos profissionais que trabalham com a violência, um olhar pautado na educação pode ressignificar o enfrentamento da violência com resoluções, que não sejam meramente punitivas, mas uma demanda de saúde pública coletiva voltada à solução do problema, com foco na sua causa.

O cotidiano vivenciado por mulheres causa questionamentos, embaraços e podem, como mostra as pesquisas de teses e dissertações, lançar futuras tensões que promovam uma crise da compreensão tão necessária para o efetivo entendimento das nuances que envolvem a violência contra a mulher.

Os estudos analisados mostram que as estratégias das mulheres para buscarem seus direitos são permeadas de contradições e ambivalências. O processo de tomada de decisão de romper com relacionamento violento perpassa pela desnaturalização da violência, redefinição de papéis de gênero socialmente construídos, fatores esses que ainda contribuem para a subalternidade das mulheres.

As mulheres relatam utilizarem diversas estratégias de enfrentamento para rompimento da violência doméstica, como submeter-se às vontades do companheiro para evitar novas situações de violência e até mesmo esconder armas de fogo. Os estudos mostram que as mulheres permanecem durante anos em situação de violência, até buscarem apoio na rede de proteção. Fatores como o medo, a vergonha, a culpa, isolamento social, falta de apoio familiar e fatores emocionais, como a depressão, afetam a procura por ajuda. Entre os fatores mobilizadores para a busca de apoio, evidenciou-se, o suporte aos filhos, aumento da violência com risco de morte, episódios de violência com os filhos realizados pelo companheiro.

2.3 CONTRIBUIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA.

A partir das análises das teses e dissertações verifica-se que os avanços de políticas públicas foram significativos, mas ainda insuficientes para a redução dos

índices de violência, resultado este, que pode estar na priorização dos atendimentos às vítimas e a responsabilização dos agressores. Para os pesquisadores das teses e dissertações há pouco desenvolvimento de ações preventivas, além da permanência da cultura do patriarcado, esses dois fatores omissivo e comissivo podem ser desconstruídos por meio da educação.

A exemplo da pesquisa de Moraes (2013) que, ao investigar a violência contra a mulher no Bairro Vila Terezinha e a participação comunitária para o enfrentamento, percebeu, que embora os moradores tenham vontade de se organizar e pensar estratégias de combate à violência, ainda permanece a crença do não envolvimento pois o assunto é privado e diz respeito somente a vítima.

As práticas cotidianas de mulheres no enfrentamento à violência ainda são as estratégias mais utilizadas, vez que, as políticas públicas ainda estão distantes das vivências e necessidades. A cultura do masculino irrigada pelo patriarcado e as relações de poder também parecerem ser um grande obstáculo para as prevenções e enfrentamento. As pesquisas de teses e dissertações demonstram uma deficiência não só na prevenção e combate à violência contra a mulher, mas após a violência ocorre revitimização nos atendimentos.

O Quadro 9, apresenta uma síntese dos resultados das teses e dissertações estudadas e as possíveis contribuições para entender o que se sabe sobre a violência contra a mulher.

QUADRO 9 – Síntese dos resultados e contribuições das teses e dissertações sobre o enfrentamento da violência contra a mulher.

Autores e trabalhos	Resultados e contribuições para o enfrentamento da violência
Silva, Ana Cristina Feijó Da. Protocolos na atenção à saúde de mulheres em situação de violência sexual na perspectiva dos profissionais de saúde.	As Norma Técnica para Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes são pouco conhecidas pelos profissionais. A assistência as vítimas são fragmentadas, com prioridade para os sinais e os sintomas apresentados por essas mulheres, em detrimento de escuta qualificada, sensível e fundamentada nas diretrizes políticas.
SANTOS, Teresa Cristina Melo Dos. Lei Maria da Penha: avaliação dos seis anos de implantação em Belém/PA	A Lei Maria da Penha se aplicada de modo consistente e efetivo, com o fortalecimento e ampliação da rede de proteção à mulher vítima de violência pode reduzir a incidência de violência contra a mulher.
ARAÚJO, Anna Maria da Silva. Violência contra a mulher: expressões da opressão às mulheres sob a égide do capitalismo e do patriarcado	As falas das mulheres entrevistadas mostram o aspecto contraditório do trabalho na vida das mulheres. Por um lado, pode tornar-se meio para a independência financeira (com possibilidade de saída do meio violento). Por outro, pode tornar-se “motivo” de justificativa para o exercício da violência contra as mulheres, por parte de seus companheiros ou ex-companheiros.

<p>VASCONCELLOS, Neiva Augusta Viegas. A violência contra a mulher.</p>	<p>Denunciar o agressor foi considerado positivo tanto para os representantes como as mulheres. O estudo verificou a predominância da violência contra a mulher no ambiente doméstico, seja violência física, psicológica ou sexual, percebeu-se que quase nunca as mulheres denunciam após uma primeira violência, porque até acontecer uma agressão física o processo já foi desencadeado por inúmeras violências psicológicas como humilhações, xingamentos, depreciação dentre outras.</p>
<p>MIRANDA, Aquila Bruno. Ação educativa em saúde para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres: a experiência do grupo Despertar.</p>	<p>O grupo Despertar é compreendido como espaço seguro de fala, escuta, aprendizagem e desconstrução dos papéis gênero que naturalizam a opressão contra as mulheres. As estratégias criadas pelas mulheres para resistir ao ciclo da violência que se relacionam com o Despertar. O acesso a produtos, hábitos, serviços e direitos sociais permitem que as mulheres resistam a violência doméstica, mas também corrobora para a manutenção da colonialidade. O estudo apresenta as estratégias que as mulheres criaram para romper e/ou amenizar os efeitos das violências que não se relaciona com o grupo. O estudo faz discussão analítica e problematiza sobre os alcances e limites da religiosidade para o enfrentamento da violência contra a mulher.</p>
<p>MIGUENS, Marcela Siqueira. Femicídio: uma análise do direito penal como instrumento de proteção da mulher vítima de violências.</p>	<p>Discute os elementos necessários à caracterização do feminicídio e como melhor defini-lo para que ele possa abranger os mais variados matizes e, ao mesmo tempo, estar adstrito às situações de vulnerabilidade relacionadas ao gênero da vítima.</p>
<p>SILVEIRA, Raquel Da Silva. Interseccionalidade gênero/raça/etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade.</p>	<p>Os resultados apontam que as mulheres negras que procuraram a Delegacia da Mulher e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), em comparação com as mulheres brancas, apresentaram menor escolaridade nos níveis fundamental e superior, e, conseqüentemente, reflexos dessa desvantagem nos rendimentos inferiores e postos de trabalho menos qualificados. Foi identificada uma diferença de percentuais na representatividade das mulheres negras que acessaram a Lei Maria da Penha, sendo que na amostra com maior número de mulheres, houve uma sobre representação das mulheres negras, assim como nos boletins de ocorrência investigados.</p>
<p>FREITAS, Waglania De Mendonca Faustino e. Processo de trabalho e violência de gênero: a perspectiva dos profissionais da Estratégia Saúde da Família.</p>	<p>Os processos de trabalho ainda permanecem ancorados em concepções biologicistas do modelo de saúde pública tradicional, divergindo no âmbito das intenções da política de saúde da mulher vigente, de modo que a emancipação da opressão de gênero, enquanto direito humano ainda se apresenta na perspectiva de conquista de necessidades sociais de saúde ainda não alcançadas</p>
<p>LIMA, Claudia Araújo de. Redes de atenção para mulheres em situação de violência sexual: análise do caso de Campo Grande/Mato Grosso do Sul a partir das representações sociais de seus gestores.</p>	<p>O conjunto das instituições que compõem a rede local é positivo naquilo que se propõe como intersetorialidade que busca a melhor forma de humanizar e adequar o atendimento multiprofissional para a mulher em situação de violência sexual. Os gestores reconhecem que ainda é frágil a constituição das redes pela ausência de mecanismos institucionais oficiais, que as mulheres continuam a sofrer preconceitos e questionamentos pela violência sofrida.</p>
<p>BRILHANTE, Aline Veras Moraes. Gênero, Sexualidade e Forró: um estudo histórico social no contexto nordestino.</p>	<p>Apesar de a estrutura patriarcal compor a identidade regional do nordestino desde o período colonial, fazendo parte da cultura regional, ela não é algo natural, não sendo uma realidade imutável. O estudo permitiu compreender como os símbolos culturais contribuem para a construção de subjetividades calcadas nos princípios do patriarcado e das relações desiguais de gênero, levando a uma legitimação da violência contra a mulher, de tal forma imbrincada no inconsciente coletivo, que enfraquece os avanços legais que vem tentando reduzir as</p>

	desigualdades baseadas no gênero.
COSTA, Monalisa Abrante Mariano. Atuação profissional na atenção primária à saúde das mulheres em situação de violência sexual.	A violência como agressões na esfera sexual ou qualquer investida relacionada ao gênero, e, por outro lado, exibem um conceito amplo de violência em razão de sua magnitude e problema social e de saúde, apresentando-se como um fenômeno difícil e penoso não somente para a usuária do serviço, mas também aos profissionais que a assistem. Apresentam como principal causa a cultura machista e de dominação masculina, além das baixas condições socioeconômicas. Problemas psicológicos, de saúde física e problemas sociais são expressos como as repercussões da violência. Apesar de uma gama diversificada de possibilidades de intervenções profissionais, percebe-se que a atuação profissional, o manejo e seguimento diante de casos de violência sexual ainda são restritos aos saberes biologicistas e à interferência dos valores históricos e culturais de formação profissional.
COUTINHO, Ana Rita Costa. As experiências sociais das mulheres em situação de violência e as estratégias de enfrentamento’.	As mulheres utilizam diversas estratégias de enfrentamento para rompimento da violência doméstica, como submeter-se às vontades do companheiro para evitar novas situações de violência e até mesmo esconder armas de fogo. Observou-se que as mulheres permanecem durante anos em situação de violência, até a buscarem apoio na rede de proteção. Entre os fatores obstaculizadores da rota crítica estão: o medo, a vergonha, a culpa, isolamento social, falta de apoio familiar e fatores emocionais, como a depressão. Entre os fatores mobilizadores para a busca de apoio, evidenciou-se, o suporte dos filhos, aumento da violência, saturação da mulher e a busca em defender os filhos do companheiro. Os serviços de saúde são os primeiros lugares procurados pelas mulheres. A Delegacia da Mulher vem em segundo lugar. Neste percurso, as mulheres sofrem diversas violações de direitos, desde o não de acolhimento e/ou inadequado, demora nos trâmites legais, entre outros.
BERNARDES, Isabel Cristina Gonçalves. O operador do Direito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo no atendimento à violência contra a mulher.	A identificação e o encaminhamento de demandas que envolvem violência contra a mulher são grandes dificuldades para os profissionais da instituição, em especial quando essa violência subjaz a outras demandas jurídicas. Essa dificuldade se deve também à própria organização da Defensoria e se soma à organização e ao atendimento prestado por outras instituições e serviços a essa questão.
ASIN, Paola Isabel Carrasco. Determinantes sociais dos feminicídios no Peru e no Brasil 2009 – 2014.	Os determinantes sociais que constituem parte do IDG não se mostram associados à ocorrência dos feminicídios no Peru, podendo-se formular a hipótese que uma possível subestimação de dados não permite determinar a existência da associação das determinantes sócias com os feminicídios. No caso de Brasil o nível de educação é inversamente proporcional à ocorrência de morte das mulheres por agressão, observando que quanto maior é o nível de educação da mulher a incidência das mortes destas por agressão diminui.
GIRALDI, Klariene Andrielly. Perspectivas feministas e de masculinidades: o papel do Poder Judiciário na desconstrução da violência contra a mulher.	A sociedade tem avançado na concepção a respeito das mulheres, principalmente por meio da luta do movimento feminista, porém além da compreensão quanto à condição feminina, é importante considerar o olhar sobre as masculinidades, entendendo que a violência contra a mulher precisa ser analisada como uma relação complexa que envolve vítima e agressor, ou melhor dizendo, mulher em situação de violência e homem autor de violência. A atuação com homens autores de violência é reflexo de uma mudança de paradigma, que decorre das discussões sobre a igualdade de gênero, e que envolve a busca de uma transformação social.
TAMBORIL, Bruna Caroline Rodrigues. Concepções dos profissionais da perícia forense do estado do Ceará	Enquanto a desigualdade de gênero for uma realidade na sociedade brasileira, a violência contra a mulher continuará se fazendo presente, e a finalidade da Lei 11.340/2006 continuará a ter dificuldades em se concretizar.

sobre a violência sexual contra a mulher.	
SANTOS, Natali Emilym dos. A compreensão dos papéis de gênero e a finalidade da Lei nº1.340/2006.	Os avanços em políticas públicas foram significativos, mas não suficientes para a redução dos índices de violência, resultado este, que pode estar na priorização do atendimento às vítimas e a responsabilização dos agressores, restando pouco desenvolvimento em ações preventivas.
PINTO, Raquel Cristiane Feistel. O enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil: as políticas públicas no século XXI e a violação dos direitos humanos.	As mulheres que são expostas à violência vivem nessa situação por depender financeiramente ou emocionalmente do agressor. Essas mulheres têm a tendência de sofrer e/ou praticar a violência psicológica por ser um ato que não deixa marcas visíveis no corpo. É a mais praticada e que, por falta de conhecimento da agressora e da vítima, acreditam que não existe punição.
SILVA, Eliana Pereira. Mulheres em situação de violência na favela de Paraisópolis: possibilidades de luta e resistência.	Por meio de entrevistas e a construção das narrativas orais, o estudo se aproximou da voz e percepção dos sujeitos, de como elaboram sua própria experiência na vida cotidiana e possibilidades de resistência. São mulheres que, a despeito de todas as dificuldades, constroem, a partir do seu cotidiano, estratégias de sobrevivência, resistências, formas de vida. Subvertem o seu cotidiano e se reconhecem como sujeitos por meio da inserção em ações e atividades coletivas, redes de solidariedade e na construção de várias estratégias de sobrevivência.
MORAIS, Suzimar Wacton de. Violência contra a mulher, uma realidade velada no Bairro Vila Terezinha: participação comunitária para o fim dos conflitos.	A ausência do Estado, de discussão sobre o despreparo dos profissionais que recebem as denúncias sobre a prática da violência contra a mulher. As discussões também se deram sobre a violência no dia-a-dia dos (as) moradores (as) e o quanto esses (as) moradores (as) vão criando estratégias para lidar com essa violência no cotidiano.
BEZERRA, Juliana da Fonseca. Atuação dos profissionais de saúde na atenção a mulher em situação de violência sexual.	A atuação dos profissionais de saúde no atendimento às mulheres em situação de violência sexual ainda evolui lentamente no que se refere aos objetivos das políticas públicas. O atendimento é voltado, prioritariamente, à solução os sintomas clínicos das mulheres, e o atendimento à violência sexual resume-se em encaminhamentos, principalmente nas unidades que não têm serviço de Ginecologia e Obstetrícia.
MOREIRA, Gracyelle Alves Remigio. Análise da atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual em Fortaleza, CE'.	A violência sexual assume uma posição marginal como objeto de intervenção da saúde e não é incorporada na construção do processo de trabalho das instituições. Notou-se que a implementação das ações ainda apresenta fragilidades, exigindo esforços de articulação política e técnica para a estruturação e a manutenção dos serviços.
OLIVEIRA, Caroline Schweitzer de. Violência sexual: mulheres atendidas em uma rede de atenção integral em uma capital do sul do Brasil.	O perfil caracterizou-se por uma maioria de mulheres jovens; 83,5% tinham entre 12 a 29 anos, sendo 48,7% entre 12 a 17 anos. No que diz respeito à raça/cor, observou-se que as mulheres brancas corresponderam a 74,0%; quanto à escolaridade é possível observar que 40,5% das vítimas tinham o Ensino Fundamental incompleto. Em relação ao vínculo com o agressor observou-se que os conhecidos foram aqueles que mais estupraram (50,3%), sendo que quanto mais nova a vítima, mais estreito era o vínculo. Quanto ao local da abordagem, em 45,8% dos casos ela ocorreu na residência da vítima ou do agressor, em todos os horários, sendo que 49,1% das vítimas sofreram penetração vaginal, associada com alguma forma de agressão verbal ou física.
LEITE, Adriana Miranda Ferreira. Violência doméstica contra a mulher: representações e práticas do agente comunitário de saúde.	As representações dos agentes comunitários quanto ao aspecto privado e particular das relações, bem como a responsabilização da mulher pela compreensão de sua autonomia para romper com o ciclo de violência, despontaram como aspectos desfavoráveis para a reflexão nas questões de gênero, assim como para a elaboração das ações pelos serviços de saúde. A confusão entre notificação e denúncia, o descrédito na Lei

	<p>Maria da Penha, o medo de exposição e retaliação na pós-denúncia, a insegurança quanto ao sigilo e a ética dos profissionais de Segurança Pública produziram nos agentes comunitários o desinteresse pela notificação compulsória e a resistência tanto à realização da denúncia, bem como à orientação da mulher a fazer o boletim de ocorrência</p>
<p>SAAD, Maria Amelia Pedro. A trama das mulheres invisíveis: análise da abordagem de feminicídio íntimo no jornalismo popular’.</p>	<p>As fontes e a mídia auxiliam na perpetração da “dominação masculina”, através de um discurso que legitima – ou naturaliza – o feminicídio íntimo, não o reconhecendo como um crime de gênero, bem como fortalecendo estereótipos dos atores sociais envolvidos.</p>
<p>PEREIRA, Larissa Kuhl Izidoro. Lei Maria da Penha: análise dos livros de registros, referentes aos boletins de ocorrência da cidade de Maringá (2006-2007). O que a educação escolar tem a ver com isso?</p>	<p>Os estudos não foram conclusivos e nem cessam as possibilidades investigativas sobre a temática, nesse sentido.</p>
<p>PIERINE, Andrea Silveira Machado. Mulheres que denunciaram a violência: questões de justiça e saúde.</p>	<p>As mulheres que realizam denúncias na DDM são mulheres jovens em idade ativa e reprodutiva variando entre 30 a 34 anos (23,18%), possuem ensino fundamental completo (40,45%), estão ativas no mercado de trabalho. Em relação ao perfil das ocorrências a violência psicológica foi a mais denunciada com 50,10%, o ambiente doméstico se confirmou como sendo o local de maior ocorrência dos episódios de violência com 81,84% dos casos, destaca-se a situação conjugal no momento da denúncia sendo que em 55,11% dos casos a mulher encontrava-se separada do companheiro, em relação ao tempo de separação os primeiros meses (30 a 150 dias) mostrou-se o mais arriscado para as mulheres com 23,48% dos casos.</p>
<p>LIMA, Maria Cristina Dias de. Abortamento legal: estudo de caso num hospital público do sul do país.</p>	<p>91% das mulheres possuíam menos de 35 anos, 75% eram brancas, 52% solteiras. Em 42% dos casos a violência ocorreu no período das 19 às 23h, 51% das violências em via pública e em 75% dos casos o agressor era desconhecido. As formas fortuitas de abordagem desses agressores, as ameaças perpetradas e a não procura destas mulheres por qualquer espécie de ajuda após a violência, demonstram o grande poder destes homens agressores, impactando nas decisões e encaminhamentos de tais situações.</p>
<p>PAULO, Bruno Giovannini de. Vitimização de mulheres nas delegacias de polícia de Minas Gerais: constatação e caminhos da superação.</p>	<p>Pelo conceito de vitimização secundária e pela constatação desta nas delegacias de polícia, a pesquisa deságua na verificação das possíveis causas da ocorrência deste fenômeno e tenta apontar possíveis caminhos de superação, no Estado de Minas Gerais, partindo, principalmente, da Academia de Polícia.</p>
<p>NASCIMENTO, Bruna da Silva. Atitudes frente à violência contra a mulher: o papel dos valores e da desumanização da mulher.</p>	<p>Não se constatou associação entre a objetificação da mulher e as atitudes. Quanto aos valores, verificou-se que os normativos e de realização estão relacionados às atitudes de suporte à violência conjugal e sexual. Os resultados demonstraram que quando a mulher prioriza valores de realização, ela tende a ser culpabilizada em maior medida pela violência do que quando é descrita endossando existência. Adicionalmente, construiu-se um modelo explicativo das atitudes tomando-se os valores e o traço agressivo dos respondentes.</p>
<p>SANTOS, Ana Pereira dos. Entre embaraços, performances e resistências: a construção da queixa de violência doméstica de mulheres em uma Delegacia.</p>	<p>Lidar com a violência e com a própria queixa, para as mulheres, em sua maioria, é transitar pelos mesmos marcadores de gênero que há tanto as controlam. No entanto, quando se arriscam a assumir a performance do feminino que está prevista na Lei Maria da Penha, precisam lançar mão da astúcia e de uma atenta e firme posição de decisão para conseguirem negociar e burlar o poder policial.</p>
<p>BRASILINO, Jullyane</p>	<p>A judicialização do fenômeno da violência possibilita a punição do</p>

Chagas Barboza. “Portas de entrada para a saída do inferno”: a rede de serviços de atenção a mulheres em situação de violência.	autor do crime e a proteção contra futuros episódios de agressão, porém mostra-se insuficiente para que as mulheres rompam com a situação de violência. As mulheres em tal situação por vezes não se entendem enquanto sujeito de direitos, isto é, como tendo direito a uma vida sem violência.
ARAÚJO, Antonia Cileide de. O impacto da judicialização de delitos provenientes da violência doméstica contra a mulher após a vigência da Lei Maria da Penha, no Cariri Cearense.	Demonstra-se que a partir da vigência da Lei Maria da Penha ocorreu um aumento significativo na notificação dos casos na região.
LUZ, Fernanda Pereira. As mulheres do tráfico e a violência de gênero’.	Apesar de a maioria conhecer a respeito da Lei Maria da Penha, tal lei somente foi mencionada em nossas conversas porque fazia parte do roteiro. Em momento algum dos relatos houve menção de uma possível “ajuda” dos órgãos públicos. O fato de essas mulheres estarem segurando “uma arma”, isso não as livra da violência de gênero. Como são complexos esses papéis: em um momento a mulher está com a arma na mão – exercendo um suposto poder – em outro momento, é a arma que está em sua cabeça – sujeitando-a ao poder de outra pessoa.
FERNANDES, Valeria Diez. Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade.	O processo de proteção e o processo criminal previstos na Lei Maria da Penha são dotados de efetividade para enfrentar a violência desde que exista compreensão multidisciplinar da violência pelos aplicadores do Direito.
FERREIRA, Josanne Cristina Ribeiro. Lei Maria da Penha e Poder Judiciário: entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher entre os anos de 2006 a 2013.	As divergentes decisões proferidas pelas três Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Maranhão, que se equivocam quanto à interpretação e enquadramento da violência contra a mulher enquanto violência de gênero.
SILVEIRA, Juceli Pansera. Enfrentamento à violência doméstica contra a mulher: a efetividade das políticas públicas no município de Cascavel/PR.	O Estado do Paraná aderiu ao Pacto de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher em 2007 recebendo recursos federais por meio da Secretaria de Política para Mulheres (SPM), para desenvolver ações voltadas para o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. O Município de Cascavel aderiu ao Pacto em 2013 após cumprir todas as exigências previstas nele, no entanto, cumprir todas as exigências previstas não significou propiciar maior proteção e segurança às mulheres.
SANTOS, Sherly Maclaine de Jesus. Pra não dizer que não falei das flores – narrativas das mulheres em situação de violência doméstica e familiar atendidas pelo ministério público no município de Timon-MA.	A presença da cultura patriarcal e da dominação masculina, que reforça a desigualdade e legitima a violência. No âmbito da instituição investigada, as denunciadas são atendidas em tempo hábil e as medidas protetivas de afastamento do agressor são requeridas, conforme preconiza a legislação; entretanto, esse atendimento não é suficiente para garantir o rompimento com o ciclo de violência doméstica no qual estas mulheres estão inseridas, assim como não se percebeu relevantes mudanças em suas vidas após a aplicação da medida.
PONTES, Kelem Rodrigues de Melo. Violência doméstica geracional em 81 Parintins: um olhar para os casos registrados na delegacia especializada.	Existe um círculo vicioso da violência doméstica geracional em Parintins que emergem na relação conjugal, proliferando na geração das filhas do casal. Constatamos, outrossim, que a violência geracional tem raízes no ambiente de violência existente nas famílias, algo que vai passando de geração a geração. Ou seja, o mesmo ciclo de violência vivido pela mãe praticado por seu companheiro, é vivenciado pelas

	filhas.
SANTOS, Camilla Guedes Pereira Pitanga. A proteção a mulher segurada da Previdência Social: uma abordagem sobre as ações regressivas decorrentes de violência doméstica.	O INSS, através das recentes proposituras das ações regressivas acidentárias, busca o ressarcimento aos cofres públicos dos benefícios previdenciários concedidos por decorrência de atos ilícitos praticados por terceiros contra as mulheres seguradas da Previdência, bem como visa contribuir com o caráter punitivo-pedagógico pela formação de uma cultura da não violência.
CALIL, Mario Lucio Garcez. Violência de gênero e proteção suficiente: da necessidade de concretização conjunta das políticas criminais e das políticas sociais de proteção às vítimas de violência doméstica contra a mulher.	O Direito não se tem mostrado efetivo no combate e na prevenção do fenômeno, tendo, inclusive, banalizado a violência doméstica contra a mulher de várias formas, em especial no que tange aos direitos sociais das vítimas.
BEZERRA, Floriza Soares. Nos bares, na lama, nos lares, na cama: uma análise ontológica da violência contra mulher em situação de rua no Brasil contemporâneo.	A ausência de dados e estudos sobre a temática em tela reflete o lugar onde as mulheres foram historicamente situadas na sociedade capitalista, logo, a violência contra as mulheres em situação de rua, trata-se de um fenômeno inerente a sociedade vigente, agravado pelas particularidades de gênero.
VASCONCELOS, Silvia Catarina Dourado. Violência de gênero: uma análise da rede de atendimento à mulher.	As estratégias utilizadas para articular as ações interventivas, em prol do enfrentamento e superação da violência de gênero, são decorrentes de iniciativas desenvolvidas no espaço micro de atuação, no interior de cada serviço entre as equipes de trabalho, individualmente, sem, contudo, alcançar maior abrangência, seguindo a premissa da intersetorialidade. As estratégias buscadas tratam do estabelecimento de parcerias eventuais, as quais se dão em campanhas, na operacionalização de projetos em comunidades específicas, além de contatos informais com profissionais, mediante encaminhamentos escritos, ligações telefônicas e visitas institucionais.
SILVA, Maria Nilda Conceicao da. Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia: um estudo sobre o processo de abrigamento de mulheres em situação de risco de morte na cidade de São Paulo.	Os motivos que levaram ao abrigamento e a decisão de ingressar no abrigo. A permanência no abrigo, quando se evidenciaram as dificuldades de observância das regras e a convivência interpessoal dentro do abrigo. O desabrigamento, com foco nos motivos do desabrigamento, analisando os riscos e possibilidades postas nessa situação em relação à garantia da integridade física e emocional dessas mulheres.
FERNANDES, Fernanda Santos. Princípio da Vedação à Proteção Deficiente na Lei de Violência Doméstica.	A vítima é a parte hipossuficiente e vulnerável da relação, motivo pelo qual foi editada a Lei Maria da Penha como ação afirmativa, a fim de proteger de forma mais eficiente as mulheres e evitar a perpetuação da cultura machista e patriarcal, como forma de enfrentamento da violência doméstica e familiar, em consonância com os tratados internacionais sobre o tema, merecendo, assim, ter um atendimento técnico e especializado de um advogado ou da Defensoria Pública, desde a fase policial, que deverá prestar assistência jurídica integral e gratuita, utilizando os meios jurídicos existentes para a defesa das mulheres em situação de violência, como forma de promover o acesso das mulheres à justiça.
BARBOSA, Gabriella Sousa da Silva. Medidas Protetivas de Urgência e o Poder Judiciário Maranhense: avaliação da eficácia da	A ineficácia da prestação jurisdicional estadual para garantia dos direitos das mulheres, especialmente por desconhecimento da norma, ausência de conhecimentos transdisciplinares e de gênero, assim como erros materiais das varas.

<p>prestação jurisdicional estatal nos julgamentos de Medidas Protetivas de Urgência através da análise de seus recursos entre os anos de 2012- 2016'</p>	
<p>OLIVEIRA, Maria de Fatima Silva. Permanências e mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência de Tobias Barreto/SE</p>	<p>Aumento de denúncias de violência doméstica, maus-tratos entre casais que fazem parte das estratégias de dominação da mulher pelo homem, personagem socialmente reconhecido e legitimado como o sexo forte, detentor do poder nas relações conjugais. O que guia e possibilita a naturalização dos maus-tratos no casal, é a compreensão da violência como derivada das relações entre macho e fêmea.</p>
<p>SILVA, Gabrielle Saraiva. A dominação masculina, o patriarcado e a apropriação estatal de conflitos: contribuições da justiça restaurativa aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.</p>	<p>As mulheres não necessariamente almejam a punição do agressor com a prisão quando acionam o Estado. Presente o fenômeno da “dupla vitimização da mulher”, primeiro pelo agressor e depois pelo Estado que vilipendia sua vontade como diretamente interessada no conflito. Presente o sentimento de insegurança e culpa nas vítimas. A relação entre agressor e vítima piora após o ingresso com o processo.</p>
<p>FILHO, Luiz Fernando Ferreira de Souza. Entre punir e conciliar – o interesse punitivo e a vontade da mulher – a intervenção do estado nos processos de violência doméstica e familiar.</p>	<p>De um lado, está aquela mulher que pretende e ainda acredita na preservação de sua família com a recuperação do homem agressor e de seus filhos; e, de outro lado, aquela mulher já indiferente aos rumos do processo, visto que já restabelecida, de alguma forma, sua vida individual longe do agressor. Claro, há aquelas que pretendem uma solução mais rigorosa, que ainda se mostram amedrontadas, inseguras e submetidas aos riscos do processo, com ou sem filhos. Para estas, nem mesmo a prisão do agressor lhes seria solução, isso porque esse agressor retorna em algum momento e pode voltar a delinquir. Finalmente, há aquelas que fazem do processo um instrumento de punição e vingança, com reflexos em discussões de pensão, visitação, alienação parental e partilha de bens.</p>
<p>SANTOS, Silvia Chakian de Toledo. A tutela penal da mulher: histórico, limites e exigências para uma proteção eficiente.</p>	<p>A igualdade de gênero e o fim da violência contra a mulher não depende exclusivamente do Direito Penal, também é verdadeiro que não há como se pensar em combate sem pensar em prevenção, assistência e garantia dos direitos fundamentais, quando por se distanciar dos paradigmas feministas, tudo que ele oferece é uma proteção insuficiente.</p>
<p>SEIDLER, Jucelia Fatima. As lutas das mulheres contra a discriminação e violência para a construção de uma nova identidade e sua influência nas composições familiares.</p>	<p>Partindo de uma realidade comum vivenciada nos âmbitos privados, as mulheres reúnem-se para, por meio de lutas, movimentos sociais e feministas serem inseridas no trabalho, na política, na educação e em todos os setores sociais e desta forma alterar as legislações e proteções constitucionais dos direitos inerentes à personalidade em situação de igualdade entre homens e mulheres, cujas transformações afetariam as estruturas familiares.</p>
<p>ÍRIS, Carvalho de. Violência contra as mulheres: o educativo – formativo das matérias jornalísticas do website GI</p>	<p>Identificou-se que o medo e a solidão são aspectos desencorajadores das mulheres que pretendem fazer a denúncia, que a maioria das abordagens apresentou um caráter policial, concentrando-se em reproduzir as informações das autoridades, reforçando estereótipos e discriminações contra as mulheres, bem como naturalizando a violência de gênero.</p>

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados bibliográficos (2022).

A partir das informações colhidas junto a esses estudos, pode-se dizer que o fenômeno da violência contra a mulher não pode ser compreendido de maneira isolada, e muito menos deveria ser explicado por posicionamentos acrílicos com visões descontextualizadas da dinâmica intrafamiliar e/ou doméstica na qual a violência tem acontecido.

Compreender, as historicidades sobre a violência contra a mulher e como elas estão sustentadas nos grupos sociais é condição para a proposição de uma educação emancipatória. Investigar a violência contra a mulher para além das características individuais das mulheres como reflexos de um processo instituído de forma coletiva se faz relevante. Denota-se dos resultados apresentados nas teses e dissertações, que às estratégias de enfrentamento à violência utilizadas pelas mulheres são práticas cotidianas como não confrontar seu companheiro para evitar novos episódios de violência e o silêncio quanto as agressões, dormir de roupa para evitar o estupro e esconder arma de fogo.

Os resultados do levantamento mostram que as mulheres quando buscam atendimento junto ao Estado não possuem soluções para as suas demandas e continuam em situação de risco. O ensejo das mulheres vítimas de violência não reside na punição do companheiro/agressor, mas na mudança cultural do machismo e da desigualdade de gênero. Deste modo, considerar os conflitos nas necessidades das mulheres e as demandas cotidianas pode ser um caminho para se pensar práticas de enfrentamento à violência.

Assim, como esta análise repousa na perspectiva da PSC, buscou-se extrair das teses e dissertações as interações entre o pesquisador e os pesquisados em relação as práticas ou intervenções recomendadas para o enfrentamento da violência contra a mulher. Isso porque, comunidade é o espaço onde a vida cotidiana é vivida, é o lugar onde a consciência se faz e refaz e, portanto, é o *locus* em que, de forma emancipada, o indivíduo por ser elevado à condição de sujeito. (CAMPOS, 2013).

Neste sentido, o Quadro 10 apresenta as reflexões e/ou propostas dos pesquisadores para o enfrentamento da violência contra a mulher.

QUADRO 10 – Proposições e reflexões levantadas nas teses e dissertações.

Autores	Proposição-Reflexão realizada pelos autores
SILVA, Ana Cristina Feijo Da. Protocolos na atenção à	Proposta de adoção de estratégias que favoreçam a implementação da política de atenção às mulheres, no enfrentamento da violência sexual,

saúde de mulheres em situação de violência sexual na perspectiva dos profissionais de saúde.	promovendo uma reestruturação da rede e em especial dos serviços de saúde, visando atendimento integral.
SANTOS, Teresa Cristina Melo Dos. Lei Maria da Penha: avaliação dos seis anos de implantação em Belém/PA	O objetivo da Lei Maria da Penha deve ser perseguido, o qual consiste em universalizar o acesso à justiça por contingentes da população historicamente excluídos de direitos e principalmente o mérito do reconhecimento da violência doméstica e familiar contra a mulher, em suas diferentes modalidades, como problema público e social, passível de inferência das forças do Estado.
ARAÚJO, Annamaria da Silva. Eu não tenho apoio de nada”: as dificuldades das mulheres no acesso à “rede” de enfrentamento a violência contra a mulher’.	Apesar dos avanços legais, não há a implementação efetiva das políticas voltadas às mulheres. O movimento feminista, assim como o movimento social da classe trabalhadora, deve buscar a emancipação das mulheres, através da luta pelo fim de todas as formas de opressão, exploração e dominação entre os seres humanos.
VASCONCELLOS, Neiva Augusta Viegas. A violência contra a mulher.	A violência contra a mulher foi vista por alguns representantes, como um problema de ordem pessoal e não como um fenômeno histórico, social e de gênero. Para as mulheres, o acesso à justiça pela denúncia e o apoio da Rede Atendimento fazem delas protagonistas de suas histórias, mesmo que seja um acesso e apoios frágeis que as revitimizam.
MIRANDA, Aquila Bruno. Ação educativa em saúde para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres: a experiência do grupo Despertar.	O grupo Despertar, como prática educativa, possibilita a construção de fraturas nos modos de ser e saber impostos pela colonialidade. O grupo também promove a construção de estratégias de resistência aos papéis de gênero e a naturalização da violência e seus múltiplos aportes.
MIGUENS, Marcela Siqueira. Femicídio: uma análise do direito penal como instrumento de proteção da mulher vítima de violências.	Pensar como o direito penal, tradicionalmente patriarcal e utilizado como mecanismo de controle e associado às mais diversas formas de opressão de minorias pode ser convertido em uma estrutura capaz de preservar direitos das mulheres vítimas de violência.
SILVEIRA, Raquel Da Silva. Interseccionalidade gênero/raça/etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade.	No acesso à justiça, em seus níveis iniciais dos trâmites burocráticos, as mulheres negras parecem buscar de forma mais intensa esses recursos. Nas falas dos/as juizes/as entrevistados/as, a interseccionalidade gênero-raça e etnia não é reconhecida como elemento que interfira no acesso à justiça, tanto em Porto Alegre como em Sevilha. Prevalece uma concepção do sujeito de direitos universal, em que não só a raça é deixada de lado, como também outros marcadores sociais importantes, como a classe e a idade, também não são abordados.
FREITAS, Waglania De Mendonca Faustino e. Processo de trabalho e violência de gênero: a perspectiva dos profissionais da Estratégia Saúde da Família.	A superação do modelo biologicista de atenção à mulher em situação de violência carece de rever criticamente, à luz do enfoque de gênero, os processos de trabalho na Estratégia Saúde da Família com fins a contemplar a superação da violência de gênero no campo da saúde.
LIMA, Claudia Araujo de. Redes de atenção para mulheres em situação de violência sexual: análise do caso de Campo Grande/Mato Grosso do Sul a partir das representações	O acesso as redes de proteção ser facilitado com informações mais qualificadas dirigidas à população; o horário de funcionamento dos serviços necessita ser ampliado para que o atendimento seja ofertado 24 horas por dia. Todos os integrantes das redes de atenção à violência precisam compreender que nenhuma mulher necessita apresentar um Boletim de Ocorrência Policial, para ser acolhida nos serviços de saúde, devendo ser estimulada a denunciar quem cometeu a agressão.

sociais de seus gestores.	
BRILHANTE, Aline Veras Moraes. Gênero, Sexualidade e Forró: um estudo histórico social no contexto nordestino.	Faz-se necessário compreender os discursos nas letras das músicas de forró enquanto tecnologias de gênero, que os descortinemos, que os analisemos criticamente e divulguemos seus sentidos ocultos, para que através de uma educação crítica, possamos alcançar progressos sustentáveis.
COSTA, Monalisa Abrante Mariano. Atuação profissional na atenção primária à saúde das mulheres em situação de violência sexual.	Investir na qualificação dos profissionais da Atenção Primária em Saúde, em abordar o problema da violência dentro das instituições e órgãos formadores de profissionais em saúde, além de processos de educação permanente no plano institucional em que o profissional está atuando, como forma de ir ao encontro da atual Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher viabilizando um atendimento integral e interdisciplinar.
COUTINHO, Ana Rita Costa. As experiências sociais das mulheres em situação de violência e as estratégias de enfrentamento'.	Necessidade de políticas públicas intersectoriais que deem conta das necessidades concretas das mulheres, destacando principalmente, a rede de atendimento especializada, essencial para o rompimento da violência. Conclui-se que as estratégias das mulheres para acessarem seus direitos são permeadas de contradições e ambivalências. Os processos de tomada de decisão de romper com relacionamentos violentos perpassam pela desnaturalização da violência, redefinição de papéis de gênero socialmente construídos, fatores esses que ainda contribuem para a subalternidade das mulheres.
BERNARDES, Isabel Cristina Goncalves. O operador do Direito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo no atendimento à violência contra a mulher.	Superar a banalização das formas com que essa modalidade de violência se manifesta é um caminho possível para que sua averiguação passe a ser uma etapa de trabalho e o atendimento dessa população seja aperfeiçoado. A formação a respeito do assunto é a providência mais citada pelos defensores para um atendimento adequados as mulheres vítimas de violência.
ASIN, Paola Isabel Carrasco. Determinantes sociais dos feminicídios no Peru e no Brasil 2009 - 2014.	Investimento da educação.
GIRALDI, Klariene Andrielly. Perspectivas feministas e de masculinidades: o papel do Poder Judiciário na desconstrução da violência contra a mulher.	Os grupos de reflexão ampliam a visão da violência contra a mulher, para além da própria mulher, também envolvendo o homem na desconstrução e construção de novas relações sociais, não tomadas pela desigualdade de gênero.
TAMBORIL, Bruna Caroline Rodrigues. Concepções dos profissionais da perícia forense do estado do Ceará sobre a violência sexual contra a mulher.	Fortalecer a igualdade de gênero para uma efetivação da Lei Maria da Penha.
SANTOS, Natali Emily dos. A compreensão dos papéis de gênero e a finalidade da Lei nº1.340/2006.	Desenvolvimento de ações preventivas à violência contra a mulher.
PINTO, Raquel Cristiane Feistel. O enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil: as políticas públicas	O estudo retrata a continuidade da violência interpessoal em mulheres, o que demanda a ressignificação de práticas sociais dialógicas e ações que fortaleçam a mediação de conflitos, envolvendo mulheres que sofreram e/ou praticaram atos violentos no convívio familiar e social.

no século XXI e a violação dos direitos humanos.	
SILVA, Eliana Pereira. Mulheres em situação de violência na favela de Paraisópolis: possibilidades de luta e resistência.	O estudo explora a percepção e vivência das mulheres do bairro de Paraisópolis, bem como as maneiras como forjam as estratégias de sobrevivência e possibilidades de resistência, suas condições, e determinações concretas da realidade social. Uma aproximação com o cotidiano e estratégias que emergem das vivências.
MORAIS, Suzimar Wacton de. Violência contra a mulher, uma realidade velada no Bairro Vila Terezinha: participação comunitária para o fim dos conflitos.	Preparo de profissionais para atender situações de violência contra a mulher e as estratégias que a própria comunidade adota por não ter respaldo do Estado.
BEZERRA, Juliana da Fonseca. Atuação dos profissionais de saúde na atenção a mulher em situação de violência sexual.	Os gestores e profissionais da saúde sensibilizem-se para a problemática e elaborem medidas efetivas para cumprir o preconizado pelas políticas públicas nos serviços de saúde.
MOREIRA, Gracyelle Alves Remigio. Análise da atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual em Fortaleza, CE'.	Sugere-se investimento na formação e instrumentação dos gestores e profissionais, incorporação de protocolos e fluxos, ampliação da oferta da anticoncepção de emergência, das profilaxias das DST e do aborto legal; articulação e fortalecimento da rede de atendimento a violência contra a mulher.
OLIVEIRA, Caroline Schweitzer de. Violência sexual: mulheres atendidas em uma rede de atenção integral em uma capital do sul do Brasil.	Aumento de políticas de atenção às mulheres vítimas de violência sexual e ajudem na otimização do cuidado e na minimização do sofrimento acarretado por esse evento.
LEITE, Adriana Miranda Ferreira. Violência doméstica contra a mulher: representações e práticas do agente comunitário de saúde.	a capacitação dos agentes comunitários e demais profissionais da equipe de saúde em uma perspectiva direcionada à abordagem das violências. O engajamento da Saúde na transformação da cultura, principalmente o que concerne às representações de gênero. A saúde poderá contribuir para práticas transformadoras, viabilizando a discussão em articulação com os movimentos sociais e a sociedade sobre essa possibilidade de mudança.
SAAD, Maria Amelia Pedro. A trama das mulheres invisíveis: análise da abordagem de feminicídio íntimo no jornalismo popular'.	Existem lacunas substanciais na cobertura do feminicídio íntimo na mídia por isso faz-se necessário um maior debate sobre o tema em diversas esferas sociais.
PEREIRA, Larissa Kuhl Izidoro. Lei Maria da Penha: análise dos livros de registros, referentes aos boletins de ocorrência da cidade de Maringá (2006-2007). o que a educação escolar tem a ver com isso?	Colaboração em relacionar a educação de Maringá com os casos de violência contra a mulher na cidade, ou seja, em como a escola pode ajudar a não disseminar a violência contra a mulher.
PIERINE, Andrea Silveira Machado. Mulheres que denunciaram a violência: questões de justiça e saúde.	Conhecer o perfil das mulheres e das ocorrências policiais propicia aos serviços da rede de atendimento uma visibilidade da problemática e a possibilidade de reorganização de suas práticas, construção de estratégias de detecção e acompanhamento das mulheres, a articulação da rede de serviços e a elaboração de protocolos de atendimento.
LIMA, Maria Cristina Dias	Cabe aos profissionais de saúde o acolhimento, bem como o cuidado

de. Abortamento legal: estudo de caso num hospital público do sul do país.	em não revitimizar as mulheres atendidas, por meio de condutas baseadas em suas percepções pessoais. O respeito por tais histórias e a prestação imediata da assistência como um todo nestes casos, é fundamental para minimizar as sequelas da violência.
PAULO, Bruno Giovannini de. Vitimização de mulheres nas delegacias de polícia de Minas Gerais: constatação e caminhos da superação.	Como garantir que o Estado proteja quem mais precisa de proteção, ou seja, a vítima.
NASCIMENTO, Bruna da Silva. Atitudes frente à violência contra a mulher: o papel dos valores e da desumanização da mulher.	Conhecer evidências de validade da Escala de Atitudes frente à Violência Conjugal Contra a Mulher (EAVCM) e da Escala de Atitudes frente à Violência Sexual contra a mulher (EAVSM), além de verificar se as atitudes variam em função dos valores das vítimas. Dois estudos foram conduzidos.
SANTOS, Ana Pereira dos. Entre embaraços, performances e resistências: a construção da queixa de violência doméstica de mulheres em uma Delegacia.	O cotidiano vivenciado com as mulheres causa questionamentos, embaraços e podem, como mostra a pesquisa, lançar futuras tensões que promovam a crise de compreensão tão necessária para o efetivo entendimento da violência contra a mulher.
BRASILINO, Jullyane Chagas Barboza. "Portas de entrada para a saída do inferno": a rede de serviços de atenção a mulheres em situação de violência.	A rede de serviços que atende mulheres em situação de violência cumpre um papel fundamental para desenvolver e difundir o entendimento dessas mulheres enquanto sujeito de direitos e por isso deve ser objeto de investimento e fortalecimento por políticas públicas, as quais visem promover a equidade de gênero.
ARAÚJO, Antonia Cileide de. O impacto da judicialização de delitos provenientes da violência doméstica contra a mulher após a vigência da Lei Maria da Penha, no Cariri Cearense.	Abordar a violação de Direitos Humanos no contexto da contemporaneidade, utilizando-se como fonte os principais documentos internacionais de Direitos Humanos e de proteção aos direitos da mulher.
LUZ, Fernanda Pereira. As mulheres do tráfico e a violência de gênero'.	A necessidade de reforço às ações previstas na Lei Maria da Penha. Primeiro é preciso ter delegacias especializadas em todo o país, com funcionamento todos os dias, vinte e quatro horas. Além disso, a adoção de outras medidas voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher, como maior agilidade do judiciário em avaliar esses casos, o que pode gerar uma sensação de impunidade ao agressor, ou seja, que haja efetiva proteção das vítimas e à redução das desigualdades de gênero no Brasil.
FERNANDES, Valeria Diez. Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade.	Faz-se necessário um enfoque multidisciplinar, necessário para dotar de efetividade o processo protetivo e o processo criminal de violência
FERREIRA, Josanne Cristina Ribeiro. Lei Maria da Penha e Poder Judiciário: entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher entre os anos de 2006 a 2013.	Necessidade de unificação de entendimento sobre a violência contra a mulher no sentido de dar proteção e amparo legal aos direitos humanos das mulheres.

SILVEIRA, Juceli Pansera. Enfrentamento à violência doméstica contra a mulher: a efetividade das políticas públicas no município de Cascavel/PR.	Para que a proteção e a segurança da mulher sejam concretas é necessária uma mudança de comportamento de toda a sociedade, tanto de homens quanto das mulheres, superando a dicotomia nas relações de gênero que se encontram imbricadas nas concepções e execução das políticas públicas, assim, estas precisam ser explicitadas e tratadas adequadamente.
SANTOS, Sherly Maclaine de Jesus. Pra não dizer que não falei das flores - narrativas das mulheres em situação de violência doméstica e familiar atendidas pelo ministério público no município de Timon-MA.	As medidas protetivas de afastamento terão efetividade quando os órgãos integrantes da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica atuarem de forma integrada, garantindo a proteção integral das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
PONTES, Kelem Rodrigues de Melo. Violência doméstica geracional em parintins: um olhar para os casos registrados na delegacia especializada.	Pensar medidas de rompimento do círculo vicioso geracional de mães e filhas.
SANTOS, Camilla Guedes Pereira Pitanga. A proteção a mulher segura da Previdência Social: uma abordagem sobre as ações regressivas decorrentes de violência doméstica.	No Brasil, embora a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) tenha representado um marco nesta proteção, a atuação estatal ainda tem se estruturado para atender as necessidades dessa minoria.
CALIL, Mario Lucio Garcez. Violência de gênero e proteção suficiente: da necessidade de concretização conjunta das políticas criminais e das políticas sociais de proteção às vítimas de violência doméstica contra a mulher.	A interpretação do diploma legal tem enfatizado a punição dos agressores ao invés de se focar em medidas sociais interventivas, estas indispensáveis à construção da dignidade, da autonomia e da “identidade de gênero” das vítimas. Além disso, sob a perspectiva constitucional, todos os direitos fundamentais das mulheres devem ser concretizados de maneira proporcional, de forma que a proteção dada a cada um deles deve ser suficiente, de modo que a ausência de concretização dos direitos sociais das vítimas representa uma omissão inconstitucional.
BEZERRA, Floriza Soares. Nos bares, na lama, nos lares, na cama: uma análise ontológica da violência contra mulher em situação de rua no Brasil contemporâneo.	Não se trata de um fenômeno isolado, as contradições que perpassam a vida dos sujeitos/as em situação de rua, especialmente das mulheres, a apreender os direitos, as políticas, bem como o movimento de organização dessa população. Pensar em políticas coerentes com a realidade dessas mulheres.
VASCONCELOS, Silvia Catarina Dourado. Violência de gênero: uma análise da rede de atendimento à mulher.	A ausência de comunicação entre os integrantes da Rede foi citada como uma das limitações para a atuação nesse contexto e, quando vinculada a ausência de qualificação profissional permite verificar que o funcionamento da Rede de atendimento depende do desenvolvimento de um conjunto de ações e sujeitos. Portanto, para a oferta do atendimento à mulher na integralidade se faz necessário verificar todos os condicionantes do processo.
SILVA, Maria Nilda Conceicao da. Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia: um estudo sobre o processo de abrigamento de mulheres em situação de	Apesar dos avanços em relação ao marco legal e serviços de atenção à violência doméstica contra a mulher, ainda perdura a omissão do Estado, na medida em que esta expressão da questão social ainda não é percebida como questão de caráter público, que exige estratégias de enfrentamento também públicas.

risco de morte na cidade de São Paulo.	
FERNANDES, Fernanda Santos. Princípio da Vedação à Proteção Deficiente na Lei de Violência Doméstica.	A mediação penal funcionaria muito bem se aplicada aos conflitos familiares, já que nestes crimes, diferentemente dos crimes comuns, há especificidades a serem consideradas de cunho psicossocial, histórico e cultural, merecendo um novo olhar sobre sua resolução, que não meramente punitiva, mas sim por meio de uma intervenção estatal multidisciplinar voltada à solução do problema, com foco na sua causa.
BARBOSA, Gabriella Sousa da Silva. Medidas Protetivas de Urgência e o Poder Judiciário Maranhense: avaliação da eficácia da prestação jurisdicional estatal nos julgamentos de Medidas Protetivas de Urgência através da análise de seus recursos entre os anos de 2012- 2016.	Formação jurídica que propicie conhecimentos transdisciplinares e de gênero.
OLIVEIRA, Maria de Fatima Silva. Permanências e mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência de Tobias Barreto/SE	A fragilidade da formação/capacitação dos profissionais prestadores/operadores para a implementação da LMP, reflexo cultural da própria sociedade com base em uma mentalidade patriarcal e machista. Este constitui um dos maiores desafios para a efetividade da LMP no que diz respeito à consolidação de um processo de mudança na cultura e nas mentalidades dos profissionais/operadores da lei, com relação às ações de assistência à mulher em situação de violência no contexto estudado. Acrescido a estes aspectos, destaca-se a necessidade de maiores investimentos em termos orçamentários, consolidação da intersectorialidade entre as políticas públicas para redução das desigualdades de gênero e a construção de uma sociedade mais fraterna, igualitária e justa.
SILVA, Gabrielle Saraiva. A dominação masculina, o patriarcado e a apropriação estatal de conflitos: contribuições da justiça restaurativa aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.	O sistema de justiça criminal disciplinado especificamente na Lei Maria da Penha como resposta à violência doméstica e familiar contra a mulher, não apresenta respostas satisfatórias. Conclui-se ainda que o modelo de Justiça Restaurativa é mais adequado ao problema, sobretudo, pela participação ativa dos diretamente afetados no conflito, com a possibilidade de ressignificações da relação afetiva e familiar e desconstrução da ideia naturalizada de superioridade masculina que legitima socialmente a violência contra a mulher como algo aceitável e culturalmente construído.
FILHO, Luiz Fernando Ferreira de Souza. Entre punir e conciliar - o interesse punitivo e a vontade da mulher - a intervenção do estado nos processos de violência doméstica e familiar.	A ação penal incondicionada, nos delitos de lesões corporais, até mesmo quando condicionada à representação em outros, por si somente não preenchem de forma plena o conceito de acesso à justiça. Não se mostra viável fomentar a conciliação, a mediação e outros processos alternativos de composição sem que esta mulher efetivamente participe concretamente. São graves as interferências que o Poder Judiciário gera na relação familiar quando persegue apenas o interesse estatal, notadamente quando contraria a vontade da mulher que mesmo após o início da ação penal se mostra determinada na reconciliação.
SANTOS, Silvia Chakian de Toledo. A tutela penal da mulher: histórico, limites e exigências para uma proteção eficiente.	A busca por diretrizes para a construção de um modelo de proteção eficiente é orientada pela noção de ciência penal total, o que, defende-se, exige a contribuição de uma criminologia feminista (ou de perspectiva feminista), bem como a adoção de outras estratégias, para além da chancela penal, com destaque para o trabalho em rede e a

	incorporação da perspectiva de gênero na aplicação do Direito. A Lei Maria da Penha é um ponto de partida importante para a transformação social, ainda que com suas limitações, o Direito Penal parece cumprir com sua função.
SEIDLER, Jucelia Fatima. As lutas das mulheres contra a discriminação e violência para a construção de uma nova identidade e sua influência nas composições familiares.	Propostas conjuntamente no STF, com o intuito de acabar com interpretações divergentes quanto a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) no julgamento de casos de violência contra a mulher no ambiente doméstico e familiar, cuja decisão tratou a violência doméstica como sendo de natureza incondicionada da ação penal, pouco importando sua extensão.
ÍRIS, Carvalho de. Violência contra as mulheres: o educativo – formativo das matérias jornalísticas do website gl	Desenvolvimento da mídia como uma importante função educativa.

FONTE: Elaborado pelas autoras com base nos dados bibliográficos (2022).

A partir das reflexões e propostas inseridas nas teses e dissertações, percebe-se que uma das razões para a violência aconteça não são somente aspectos da cultura patriarcal, que legitimam a opressão de homens sobre as mulheres, mas também há um somatório com outros determinantes da vida social e cultural que contribuem para constituições e dinâmicas específicas a cada ambiente familiar onde a violência acontece (ARAÚJO, 2013).

Percebe-se que as contradições e os impedimentos de uma vivência emancipatória no enfrentamento da violência contra a mulher, são frutos das próprias contradições e hierarquias sociais da vida em sociedade, que podem estar naturalizando formas de opressão e poder. As reflexões e propostas de intervenções apresentadas nas teses e dissertações sugerem que o enfrentamento jamais deve ocorrer fora do espaço coletivo. Isso porque, a violência não surge no âmbito particular ou privado. Para Pinto (2017, p. 70) “cabe ao Estado intervir quando há violência contra a mulher no âmbito público, mas também, no privado”. No mesmo sentido, Lopes (2005) afirma que a violência contra a mulher ganhou visibilidade através de um debate público, sendo também o espaço público um lugar de rompimento do silêncio sobre as vivências que acontecem no privado.

As teses e dissertações apontam para o problema de saúde pública e a violação dos direitos humanos como campos que merecem atenção no enfrentamento da violência, assim como a rede de proteção. Segundo Rosa et. al (2008) há a dificuldade de se precisar a amplitude da violência, pois a relação conjugal ainda são considerados

aspectos privados e particulares, que naturalizam e banalizam a violência contra a mulher no cotidiano.

Portanto, o enfrentamento da violência contra a mulher, por meio da educação, parece um caminho preventivo e não curativo. As pesquisas que relataram intervenções com homens autores de violência, assim como grupos de conversas com mulheres vítimas, demonstram que embora não sejam únicos caminhos para combater a violência, apresentam resultados positivos especialmente quando integradas com outras ações centralizadas na mulher.

As pesquisas de teses e dissertações levantadas mostram, que quando o motivo da violência é atribuído a mulher os seguintes comportamentos aparecem como inadequados: domínio da mulher sobre o companheiro e resposta da mulher à agressão física, verbal ou psicológica praticada pelo companheiro. Já os motivos relacionados aos homens aparecem o hábito da ingestão de bebida alcoólica e situação financeira.

Para Rosa *et. al* (2008) faz-se necessário que o homem autor da violência não se configure unicamente como caso de polícia, que a Lei Maria da Penha seja efetivamente implementada nos estados e municípios, para que os envolvidos em situações de violência sejam institucionalmente acolhidos. Além disso, cabe à sociedade a não tolerância da violência e assegurar à pessoa agredida segurança e dignidade, uma vez que, sozinha a mulher, não possui instrumentos capazes de romper com essa realidade.

Por isso, a PSC se mostra como um ramo que contempla o desafio educacional, pois traz a compreensão crítica de todas as formas de opressão e abusos instituídos na cultura de cada grupo social. Com base nos estudos de Montero (1994) e Freitas (2002), a PSC oferece condições para um entendimento da violência contra a mulher, pois considera categorias conceituais como consciência, identidade, atividade-trabalho, afetividade-emoção, grupo e poder; entende que para a construção da cidadania da comunidade, não basta observar e descrever a realidade, mas é necessário intervir; e reconhece o caráter ativo dos seres humanos como produtores da história.

A PSC como perspectiva significa apreender a historicidade das produções humanas, inseridas em um processo constante de mudanças, numa proposta de superação da dicotomia sujeito-objeto. Na concepção materialista sujeito e objeto têm existência objetiva e real e, na visão dialética, formam uma unidade de contrários,

agindo um sobre o outro. Esta é a relação dialética que se deve estabelecer entre pesquisador e comunidade (MONTERO, 2003; FREITAS, 2005; 2015) cujo conhecimento produzido é ao mesmo tempo qualitativo e orientado pela realidade concreta.

Conforme Góis (2004), todo indivíduo é uma realidade sócio-histórica e não é possível compreendê-lo amplamente isolando-o desta realidade. Sua consciência é formada e pertence ao lugar e aos grupos comunitários de onde vêm. É neles que se constrói sua identidade (LANE, 2013). Deste modo, a perspectiva da PSC encontra-se comprometida com as melhores condições de cidadania dos grupos estudados/transformados (CAMPOS, 2013).

As pesquisas que buscam uma compreensão da origem histórico social da violência contra a mulher contribuem para o pensar práticas condizentes com as demandas cotidianas. Esses resultados de pesquisas teses e dissertações podem contribuir para reflexões a respeito de possibilidades voltadas para a construção de redes mais solidárias e colaborativas no enfrentamento da violência.

2.4 ALGUNS SUBSÍDIOS DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

A Psicologia social comunitária no Brasil surgiu em meados da década de 1960 e desde seu início pretende aproximar-se dos setores populacionais, o que vai indicando uma postura de deselitizar a profissão e se aproximar das problemáticas vividas (CAMPOS, 2013).

Pode-se dizer que na primeira década do século XXI as práticas psicossociais de intervenções em comunidade foram dirigidas a enfrentar problemas concretos e vividos por pessoas. (FREITAS, 2015, 2013; CAMPOS, 2013).

A PSC, como toda prática científica, não é imune às influências dos movimentos sociais e também não é estática em relação aos contextos sociais e políticos (CAMPOS, 2013). Desta forma, a PSC impulsionada pelas metodologias de pesquisa e intervenção comprometida com a realidade das pessoas, surgiu também como uma forma de resistência e reação à opressão política, dominação econômica e ideológica do período militar.

Entende-se que a PSC se preocupa com o modo de vida do lugar/comunidade, seu sistema de relações e representações, identidade, consciência e pertinência dos indivíduos ao lugar e aos grupos comunitários. Para tanto, os estudos perpassam a organização e o desenvolvimento dos grupos e da comunidade, mas sempre voltada para a construção do sujeito da comunidade. (GÓIS 1994; LANE, 2013).

Desta forma, é na relação com o outro, em grupo que os conteúdos da consciência são construídos. Sendo nestas relações sociais que as atividades se desenvolvem e também sofrem influências das emoções individuais. Logo, a atividade e identidade são formadas por conteúdos conscientes e inconscientes do indivíduo em suas relações. Para Freitas (2018, p. 97) no campo da PSC faz-se uso dos processos de naturalização e desideologização da vida cotidiana, “como processos de consciência que revelam formas e concepções fatalistas e conformistas no enfrentamento da realidade e de seus problemas, impedindo avanços para formas de participação que levem a transformações”.

A PSC estuda as condições da vida comunitária (internas e externas à pessoa) que impedem o indivíduo de ser sujeito e as condições que o fazem sujeito na comunidade, ao mesmo tempo que, no ato de conviver e compreender, trabalhar com ele a partir dessas condições, na construção de sua identidade e de uma nova realidade socioambiental para o lugar. (GÓIS, 1994).

O conhecimento na PSC se produz na interação entre o pesquisador ou profissional. Conseqüentemente pesquisar a realidade e as condições sócio-históricas requer metodologias participantes, o pesquisador e os sujeitos da pesquisa devem trabalhar juntos na investigação dos problemas colocados na busca por melhores condições de cidadania, democracia e igualdade (CAMPOS, 2013).

Para Guareschi (2013, p. 78-79) as relações comunitárias são um caminho de condução para uma sociedade mais igualitária e democrática:

país somente será democrático se houver, em sua base, uma rede de comunidades, onde os cidadãos exercitam seus direitos de participação e são respeitados como pessoas. É nesse nível básico que acontece a vida e a vivência democrática. Se não houver democracia em nível comunitário, não poderá haver democracia em nenhum outro nível, seja municipal, estadual ou nacional.

As relações comunitárias implicam que todos sejam respeitados nas singularidades e diferenças, em uma dimensão afetiva. Para Freitas (2015) a metodologia de investigação (pesquisa) e intervenção (ação) na PSC devem estar comprometidos com dois aspectos centrais, com a compreensão política da realidade e como isto afeta o cotidiano de relações vividas pelas pessoas. (FREITAS, 2002; 2005). No aspecto ontológico da natureza do ser, da existência e da realidade, a PSC considera o sujeito como detentor de potencialidades e recursos para o enfrentamento das adversidades. (AZEVEDO; GIESEL, 2019). As ações dos sujeitos são direcionadas pelo contexto histórico e cultural na interação social comunitária, a PSC integra a dimensão ontológica materialista dialética, considera as relações entre o sujeito, o mundo e a realidade. (MONTERO, 1994). Segundo Azevêdo e Giesel (2019, p. 28) para a PSC a existência do sujeito no mundo é repleta de significações “nas esferas sociais, políticas e comunitárias, isso apresenta repercussões psicossociais na vida cotidiana e na forma de interpretar os eventos da vida”.

No tocante a natureza epistemológica, a PSC é proveniente das perspectivas críticas (social e comunitária), práticas comunitárias da educação conscientizadora de Paulo Freire e de libertação social de Martin-Baró.

Neste sentido, Montero (2004, p. 22) explica sobre a transformação social e a relação com os direitos individuais e coletivos:

transformación social definida por y desde las personas que la necesitan y dirigida a beneficiar a las comunidades o a otros grupos sociales, en la medida en que permite su acceso a los bienes sociales y a la generación de los mismos, disfrutando del nivel de beneficios considerado como deseable entre las sociedades humanas y teniendo la capacidad para elevarlo. En esta posición se incluye las acciones y reflexiones destinadas a combatir las formas desiguales del poder y a eliminar las expresiones de injusticia y de opresión, respecto de las cuales se busca liberar a los grupos e individuos sometidos a ellas. Esto a su vez, supone una posición ética en cuanto al *respeto del otro* aceptado en su diversidad; epistemológica, en el sentido de reconocer a ese otro como un productor de conocimientos, y política, por cuanto se deben reconocer los derechos individuales y colectivos de las personas con las cuales se trabaja y a quienes se estudia.

Assim, compreender os aspectos psicossociais relativos ao que acontece no dia a dia de quem sofre violência, que significados emergem do cotidiano é uma das reflexões da psicologia social comunitária. Para tanto, faz-se necessário apropriar-se do conhecimento histórico sobre a vida social dos diferentes grupos e comunidades, o que requer leitura sensível da vida dessas pessoas, seja nos seus problemas cotidianos, seja

nas suas possibilidades de enfrentamento, para a construção de ações coletivas e comunitárias (FLORES OSORIO, 2014; FREITAS, 2018).

De acordo com Minayo, (1994, p.7) a violência:

Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade. Portanto, para entendê-la, há que se apelar para a especificidade histórica. Daí se conclui, também, que na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do Direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual (MINAYO, 1994, p. 7).

Desta forma, a violência na vida cotidiana pode ser compreendida como fenômeno psicossocial, que tem como espaço de criação e desenvolvimento as relações intergrupais e interpessoais da vida cotidiana, sendo imprescindível para sua compreensão à contextualização sócio-histórica.

Para Guzzo, Mezzalira Moreira (2014, p. 2020) compreender a violência a partir de aspectos psicossociais, “requer uma compreensão contextualizada em seus processos psicológicos e sociais, dos sujeitos envolvidos, das situações existentes no qual considerem-se as contradições e potencialidades da realidade concreta e real vivenciada”. Deste modo, para se discutir as dimensões psicossociais presentes na violência faz-se necessário entender o contexto onde a violência é produzida e isso requer um olhar sobre a formação e compreensão do homem, conforme explica Lane (2004, p.83):

O indivíduo, na sua relação com o ambiente social, interioriza o mundo como realidade concreta, subjetiva, na medida em que é pertinente ao indivíduo em questão, e que por sua vez se exterioriza em seus comportamentos. Esta interiorização-exteriorização obedece a uma dialética em que a percepção do mundo se faz de acordo com o que já foi interiorizado, e a exteriorização do sujeito no mundo se faz conforme sua percepção das coisas existentes.

Assim a capacidade de resposta do homem decorre de sua adaptação ao meio no qual ele se insere, sendo que as atividades tendem a se repetir quando os resultados são positivos para o indivíduo, fazendo com que estas atividades se tornem habituais.

Todos os processos de formação de hábitos antecedem a institucionalização dos membros, esta ocorrendo sempre quando as atividades tomadas hábitos se amoldam em tipos de ações que são executadas por determinados indivíduos.

Neste sentido, não se pode dissociar a violência do contexto de sua produção, que por sua vez está concatenada ao indivíduo e sua relação social, como o homem interioriza a noção de mundo e exterioriza em forma de comportamento. Para Martín-Baró (1968) uma situação pode ser considerada violenta, quando, na relação entre as

peças ou grupos, uma das partes nega à outra algum aspecto de sua realidade humana, instalando, assim, uma situação de injustiça social.

A violência contra a mulher pode se manifestar em qualquer grupo social, sem distinção de classe, étnica, idade e gênero. Para Montero (2020, p 15):

a violencia trasciende de lo físico, psicológico, sexual o patrimonial, llegando a marcos simbólicos que aseguran su permanencia, en donde se reconoce la existencia de inequidad entre géneros, pero se asume como 'normal' debido a la aceptación social que posee es esa actitud de dominante frente al dominado, un tema profundo sobre la reproducción social que aborda el sociólogo francés Pierre Bourdieu.

A autora Freitas (2005, p. 52) destaca três aspectos essenciais em relação as investigações na perspectiva da PSC:

- a) Ver na vida cotidiana as repercussões psicossociais das diferentes formas de opressão e fatalismo que se editam e reeditam a cada momento. Trata-se de identificar os impactos psicossociais sobre a vida cotidiana, assim como captar os significados, para as pessoas, sobre viver só ou viver em comunidade, percebendo em que medida isto afeta o desenvolvimento das práticas comunitárias;
- b) Construir uma Relação Dialética na produção de conhecimento, no estabelecimento dos objetivos, na implementação das estratégias de ação comunitária e na formação dos núcleos orgânicos de trabalho;
- c) Explicitação de um Compromisso político e adoção de práticas psicossociais voltadas para intervenções coletivas com propostas de construção de atores coletivos. Compreensão dos reflexos e repercussões macro estruturais na vida cotidiana dos diferentes atores, em termos de favorecer ou dificultar a construção de relações solidárias e cooperativas.

Freitas (2018, p. 94) assevera ainda, que os trabalhos da PSC têm como compromisso o fato de que as populações e os grupos comunitários devem se mobilizar e organizar para garantirem seus direitos básicos: “a fim de construir uma vida mais digna e justa, considera-se importante, que sejam analisados os aspectos que estão presentes na vida das pessoas, e que podem impactar, de modo diferenciado as suas possibilidades de atuação e mudança no mundo comunitário.

Logo, pode-se dizer que uma das noções mais importantes no campo da psicossocial comunitário é o fortalecimento.

Por fortalecimiento entiendo el proceso mediante el cual los miembros de una comunidad (individuos interesados y grupos organizados) desarrollan conjuntamente capacidades y recursos para controlar su situación de vida, actuando de manera comprometida, consciente y crítica, para lograr la transformación de su entorno según sus necesidades y aspiraciones, transformándose al mismo tiempo a si mismos (MONTERO, 2003, p.7).

Nos pressupostos psicossociais comunitários dois elementos estão presentes o compromisso e a afetividade. O desenvolvimento comunitário supõe o fortalecimento da sociedade civil, com a conscientização de seus direitos e deveres cidadãos. Nesse sentido, a PSC enfrenta as assimetrias de poder e assume poder trazer saberes que aportam às comunidades para a solução de problemas, assim como podem com elas aprender. (CAMARGO; PELACANI; FARIA; MIRANDA; COSTA, 2021).

Parece importante reconhecer a produção e a reprodução das ações e relações que perpassam o cotidiano das mulheres vítimas de violência. Para (LANE, 2004, p. 41) o indivíduo nas suas interações “enquanto produto histórico, traz representações, significados e valores existentes em um grupo social, e como tal é veículo da ideologia do grupo; enquanto para o indivíduo é também condição necessária para o desenvolvimento do seu pensamento”.

Partindo do empírico, detectar como são estabelecidas as relações que nos levam a conhecer o indivíduo como manifestação de uma totalidade, permite conhecer as repercussões psicossociais presentes em um determinado contexto. Freitas (2010, p.91) aponta a necessidade de apreendermos nos trabalhos psicossociais, “uma visão da totalidade histórica sobre os determinantes dos problemas nos quais vive a população e sobre como sua dinâmica psicossocial é (des) construída”.

Assim, as dimensões psicossociais que norteiam a vida cotidiana podem refletir a realidade da violência, a que estão expostas as mulheres diariamente e com a possibilidade de pensar caminhos para o enfrentamento a partir da análise das queixas. Os aspectos psicossociais para a PSC não separam o indivíduo de seu contexto de vivência e tanta compreender os fenômenos em sua totalidade com base no que é possível captar de maneira sensível.

3. CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO: QUEIXAS REGISTRADAS NO CRAM POR MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Este capítulo expõe a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa documental. Primeiramente, apresenta-se algumas considerações epistemológicas e ontológicas. Na sequência, elucida-se os caminhos percorridos para a consecução do objetivo da tese.

3.1 CAMINHOS EPISTEMOLÓGICOS

A preocupação metodológica das pesquisadoras recai na responsabilidade de lidarem com fenômenos sociais sem reduzir a natural complexidade. Desta forma, algumas inquietações foram suscitadas para que fosse possível realizar a construção metodológica: qual método utilizar para analisar os relatos de mulheres vítimas de violência doméstica, documentados nos atendimentos pelo CRAM? Como nos aproximar das dimensões psicossociais emergem das queixas de mulheres vítimas de violência? Qual opção metodológica ou estratégia de investigação científica sustenta os argumentos teóricos?

Deste modo, antes de adentrar nos caminhos percorridos para a realização do estudo documental, faz-se e necessário explicitar a posição ontológica e epistemológica e conseqüentemente o paradigma adotado. Isso porque, a posição assumida influencia na escolha das bases teóricas, no método de pesquisa, na técnica de coleta de dados e na análise de dados.

A visão de mundo ou a forma como as pesquisadoras percebem a realidade social, constitui um guia para a construção da investigação científica. (GODOI; BANDEIRA-DE-MELO; SILVA, 2010). Entende-se que um mesmo fenômeno pode ser compreendido por diferentes concepções ontológicas e epistemológicas, bem como a lente de cada perspectiva, paradigma ou abordagem implica visão do mundo. Rampazo (2009) acrescenta que evidenciar a posição perante o aparato teórico-técnico da pesquisa é inserir o ponto de vista do pesquisador.

Intimamente ligada às preocupações metodológicas, poderíamos apontar a necessidade de explicitação de uma posição ontológica que, para Grix (2002), consiste na forma como o fenômeno social é concebido e atribuída sua origem. No caso desta pesquisa poderia estar apoiada na resposta para a pergunta: qual a natureza da realidade social e política investigada? E, neste caso, apoia-se nas queixas de mulheres sobre a violência sofrida e documentadas pelo CRAM.

Neste contexto, ontologia é sobre o que se pode saber, a epistemologia é sobre como chegamos a conhecer o que se sabe (GRIX, 2002). Aqui, o posicionamento epistemológico assumido, ou seja, o tipo de conhecimento utilizado para compreender a realidade social, é a perspectiva dialética, o conhecimento produzido a partir da inter-

relação teoria-prática e subjetividade-objetividade, como unidades dialéticas da vida social e material dos seres humanos. Desta forma, buscou-se estudar as queixas das mulheres que sofrem violência e relataram ao CRAM no município de Guarapuava.

Após as considerações sobre a visão de mundo que norteia a pesquisa, bem como posições ontológicas e epistemológicas, cumpre tecer sobre a abordagem metodológica e os métodos escolhidos. O como foi feito para adquirir a compreensão e o conhecimento proposto, quais procedimentos foram adotados e quais dados integram a pesquisa documental.

3.2 PESQUISA QUALITATIVA DOCUMENTAL

No tocante ao método, elegeu-se um estudo qualitativo descritivo e exploratório com interesse na particularidade das queixas das mulheres que sofrem violência.

Segundo Godoi, Bandeira-de-Melo e Silva (2010), a pesquisa qualitativa descritiva busca ilustrar a complexidade da situação e os aspectos nela envolvidos. Apresenta um relato detalhado da configuração, estrutura, atividade, mudanças e relacionamentos com outros fenômenos. Deste modo, a pesquisa descritiva, foi utilizada com a finalidade de delinear os aspectos que estão presentes nas queixas das mulheres, com o objetivo de analisar os relatos de mulheres vítimas de violência doméstica, documentados nos atendimentos realizados pelo CRAM.

Fez-se uso da pesquisa qualitativa, pois procurou-se descrever e aprofundar os significados relatados nas queixas e as dimensões psicossociais que emergiram. Trabalhou-se com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes presentes nas queixas. Processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2011).

Desta forma, a investigação recaiu em uma pesquisa documental das queixas de mulheres vítimas de violência relatadas ao CRAM (autorização de pesquisa no Apêndice B). O CRAM vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres de Guarapuava, foi criado pela Lei 2741/2017 e iniciou os atendimentos em 8 de março de 2018, com a intenção de prestar atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica. No período de 2018 até julho de 2021 os registros dos atendimentos eram realizados em fichas físicas, continham informações como nome da mulher, dados

familiares, observação do profissional que realizava o atendimento e relato resumido da violência.

A partir de julho de 2021 o CRAM implantou um sistema digital denominado de Sistema Unificado de Atendimento à Mulher – SUAM, que consta os dados pessoais da mulher atendida, informações como prontuário (onde consta a descrição da violência sofrida), fatos da violência (identificação dos tipos de violência e estratégias adotadas) e um formulário de avaliação de risco FRIDA (Anexo 1)⁶

A pesquisa documental abrangeu as queixas de violência doméstica relatadas nos atendimentos do CRAM, no período de julho de 2021 a dezembro de 2022. A escolha deste período deu-se devido a disponibilização do relatório com as queixas extraídas do sistema digital. O documento com as queixas não possui os dados sigilosos e nem informações pessoais das mulheres.

Garantiu-se o sigilo das identidades e informações das mulheres, os casos foram denominados ficticiamente como caso 1, caso 2, caso 3, sucessivamente. Nenhuma informação foi disponibilizada a outras pessoas. Na divulgação dos resultados desse estudo nenhum nome foi citado.

3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

A técnica utilizada para análise de dados foi descritiva, realizou-se a sistematização e a descrição de alguns eixos categorias, que foram criados *a posteriori* a partir da identificação de categorias de atendimentos do CRAM

Assim, esta pesquisa documental foi dividida em cinco fases:

- 1) Coleta das queixas por meio de relatório extraído do sistema digital SUAM, disponibilizado pela diretora do CRAM: recorte horizontal no período de julho de 2021 a dezembro de 2022, casos classificados como não sigilosos;

⁶ Formulário de avaliação de risco FRIDA: um instrumento para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. O documento foi desenvolvido pelo Conselho Nacional do Ministério Público no ano de 2019 e tem como objetivo a construção de um documento técnico para a avaliação de risco em situações de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

- 2) Preparação e “unitarização” das informações, de tal modo que cada caso foi considerado como uma unidade, os dados foram organizados manualmente por ano, modalidade de atendimento e área profissional;
- 3) Classificação das unidades em categorias e subcategorias: Os conteúdos foram lidos um a um e, manualmente identificados pelo tipo de atendimento/intervenção, teor da queixa, ameaça sofrida, envolvidos, continuidade da denúncia e denúncia anterior;
- 4) Descrição dos resultados das categorias: As categorias gerais estão apresentadas com a descrição dos resultados encontrados nos documentos. A descrição dos conteúdos das categorias foi organizada pelas pesquisadoras de forma que pudesse ser identificado o conteúdo principal;
- 5) Interpretação e compreensão dos resultados: os dados foram descritos, interpretados e compreendidos com base na perspectiva da Psicologia Social Comunitária.

4. QUEIXAS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: PROCESSO DE APROXIMAÇÃO AO CAMPO E COLETA DE INFORMAÇÕES

Acesso aos registros e conteúdo do relatório-planilha do CRAM

Os dados documentais que integram esta pesquisa são os registrados no Sistema Unificado de Atendimento à Mulher – SUAM. A disponibilização das queixas deu-se mediante autorização prévia da Secretária de Políticas Públicas para Mulheres, Sra. Priscila Sharan de Lima, assim como autorização da diretora do Centro de Referência de Atendimento à Mulher – Thalyta Forquim Buco, responsável pelo registro dos documentos no CRAM. A autorização deu-se por meio de termo formal de anuência e apontamento dos cuidados éticos para realização da pesquisa.

Desde julho de 2021, as queixas das mulheres relatadas junto ao CRAM são registradas por um profissional integrante da equipe de maneira eletrônica no SUAM. Anterior a esse período, novembro de 2017 a junho de 2021, as queixas eram registradas manualmente em fichas de atendimento.

O acesso e a obtenção dos dados, assim como as informações técnicas sobre os procedimentos de contato, acolhimento e atendimento das mulheres que buscam os

serviços do CRAM, tornaram-se possíveis devido à imprescindível colaboração e dedicação da diretora Thalyta Forquim Buco. Inicialmente a diretora se disponibilizou em fazer um levantamento manual das queixas, que acabou sendo substituído pela disponibilização de um relatório (no formato de uma planilha) com as queixas atendidas pelo CRAM, por meio do SUAM.

O documento relatório com as queixas atende aos parâmetros do código de ética, de modo que não é possível identificar as mulheres ou as pessoas envolvidas. As pesquisadoras não tiveram acesso a nenhuma informação passível de localizar as mulheres, em toda a coleta de dados houve preservação das informações confidenciais e que pudessem incorrer em identificação. As identidades das mulheres foram mantidas em sigilo para fins de garantir a segurança física, emocional e psicológica.

Relatório-Planilha

O relatório-planilha com as queixas das mulheres, fornecido pelo CRAM, encontra-se estruturado em sete colunas, apresentando 4931 linhas, em que cada uma das linhas corresponde a uma queixa registrada no período abrangido pela pesquisa.

A primeira coluna com o símbolo # enumera o número do caso, no total são 4931. A segunda coluna denominada de Código possui uma numeração variável e não sequencial correspondente ao atendimento realizado, esta classificação aleatória permitiu garantir o sigilo e confidencialidade, pois o Código não coincide com a ordem cronológica do número do atendimento realizado pelo CRAM. A terceira coluna, Data de Atendimento, possui a informação sobre quando foi realizado o atendimento, no relatório a data também não se encontra organizada de maneira cronológica, por exemplo, o # 1 está datado como 01/01/2019 e o # 2 01/01/21.

A quarta coluna denominada de Intervenção, refere-se ao tipo de acolhimento ou atendimento realizado à mulher em situação de violência. Nesta coluna consta qual foi o profissional ou equipe, que fez o registro da queixa. As intervenções realizadas pelo CRAM podem ser de dez formas: busca ativa, diagnóstico inicial, atendimento aprofundado, contato sem intervenção, boletim de ocorrência, intervenção em grupo, visita domiciliar, encaminhamento para a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e acompanhamento junto a Rede.

A quinta coluna corresponde ao tipo de intervenção, ou seja, o contexto em que a queixa foi coletada: atendimento presencial, remoto ou externo. O atendimento presencial acontece quando a equipe do CRAM vai até o local onde a mulher se encontra. O atendimento é denominado remoto quando ocorre por telefone ou por aplicativo instantâneo de mensagem WhatsApp. O atendimento externo é assim denominado quando a queixa foi realizada por alguém, que não integra o CRAM e ao mesmo tempo foi de modo remoto. Por exemplo, a assistente social do sistema prisional telefona para o CRAM e registra uma queixa sobre uma ameaça, que teve conhecimento durante um atendimento dentro da penitenciária.

A sexta coluna Funcionário, destina-se a identificar qual foi o profissional que realizou o atendimento. Entretanto, no relatório-planilha as linhas estão em branco, pois a informação já foi inserida pela equipe técnica junto com o campo intervenção. A sétima coluna contém a descrição da queixa realizada pela mulher e registrada pelo profissional, que realizou atendimento naquele momento, conforme Figura 11 a seguir:

FIGURA 11- Relatório-Planilha das queixas, das mulheres vítimas de violência, registradas no CRAM.

 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA SUAM - Sistema Unificado de Atendimento a Mulher Atendimento Especializado no Período de 01/07/2021 a 31/12/2022						
#	Código	Data de atendimento	Intervenção	Tipo de intervenção	Funcionário	Descrição não sigilosa
1	3192	01/01/2019	Psicologia - Busca Ativa	Presencial		No local em contato com a solicitante relatou para equipe que seu irmão a pessoa de [redacted] tentou agredi-la com uma faca, fato que não ocorreu porque familiares intervieram para contê-lo. [redacted] não teve interesse na representação, pediu apoio da equipe policial para que [redacted] retratasse do local. Na presença da equipe ele ameaçou [redacted] falando que "vai ter volta vamos nos acertar depois". [redacted] ainda falou que [redacted] a agrediu verbalmente utilizando palavras de baixo calão, mesmo assim [redacted] não quis representar pelo fato dele estar embriagado.
2	2970	01/01/2021	Serviço Social - Busca Ativa	Externo		Fomos acionados pelo enfermeiro [redacted] da UBS Bonsucesso, o qual informou que uma gestante havia sido agredida pelo ex-marido. Fomos até a UBS e [redacted] confirmou a violência praticada pelo Sr. Jorge. Diz que ele não a deixa ver a filha [redacted] e quando ela via até a casa ele bate nela. Faz três dias que ele a agrediu fisicamente. Ela diz ter visto marcas roxas nas costas da filha, ficou em observação. Acordamos de no dia seguinte acompanhá-la para solicitação de MPU. O qual o fizemos. 20/01/2021- Recebemos a MPU de [redacted] no e-mail.
3	1194	01/02/2021	Serviço Social - Diagnóstico Inicial	Presencial		Relata que desde que os filhos nasceram sofre violência do marido. Residiam em Guarapuava há 2 anos mudaram para [redacted] desde 18 de Outubro ela retornou com os dois filhos a Guarapuava. Estão separados desde Setembro. Ele mantém contato somente com os filhos. Esta pagando R\$ 300,00 de pensão e disse que quer a metade da casa. O terreno foi cedido pela prefeitura e não pode vender. Informada sobre os serviços no CRAM, cumprimento da MPU, cuidados de segurança, encaminhada para CRAS e agência do trabalhador, atendimento psicológico

FONTE: CRAM, 2023.

Modalidades de atendimento registrados:

Entre as modalidades de atendimento que foram encontradas nos inúmeros casos registrados, identificou-se dez tipos, a saber: busca ativa, diagnóstico inicial, atendimento aprofundado, contato sem intervenção, boletim de ocorrência, intervenção em grupo, visita domiciliar, encaminhamento para a Rede de Enfrentamento à Violência contra a mulher e acompanhamento junto a Rede.

A Busca Ativa ocorre quando o CRAM recebe denúncia de mulher em situação de violência ou por meio de ações nos bairros com comunicação ao CRAM, por exemplo, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, durante a prestação de serviço ao tomar conhecimento da violência contra a mulher comunica o CRAM. Na busca ativa, o atendimento é realizado por uma equipe do CRAM, que se desloca até o local onde a mulher se encontra, colhe a queixa, oferece os serviços e explica a possibilidade de boletim de ocorrência e medida protetiva.

No Diagnóstico Inicial a procura da mulher pelos serviços do CRAM e o relato da queixa é voluntário ou oriundo de encaminhamento pela Rede. Por exemplo, a UPA ao atender uma mulher vítima de violência comunica o CRAM para realizar o acompanhamento e o atendimento, caso a mulher deseje. Nesta intervenção o registro da queixa é realizado pelo profissional que está disponível. Tanto na busca ativa quanto no diagnóstico inicial, a equipe do CRAM verifica se há situação de risco de vida da mulher, caso esteja, ela é encaminhada para a casa abrigo com o apoio da rede de enfrentamento.

No Atendimento Aprofundado verifica-se previamente a necessidade da queixa ser colida por uma área profissional especializada que compõe o CRAM, como por exemplo se o caso requer intervenção da assistente social, psicóloga ou advogada a depender da complexidade e natureza da queixa.

Já o Contato sem Intervenção, o CRAM via ligação ou mensagem faz contato com a mulher para realizar agendamentos para diagnóstico inicial, atendimento aprofundado ou para comunicar encaminhamento para a Rede de enfrentamento. Também ocorre Contato sem intervenção, quando algum integrante de Rede solicita atendimento ao CRAM. Portanto, o contato sem intervenção é utilizado para realizar agendamentos ou solicitação de acompanhamento de mulher em situação de violência.

O Boletim de Ocorrência, dá-se quando o a polícia militar faz o registro de uma denúncia e comunica o CRAM para ciência e intervenção caso necessário.

A Intervenção em Grupo, por sua vez, configura quando um profissional do CRAM ao realizar atendimento necessita de informações de outro profissional, por exemplo, a assistente social faz o atendimento à mulher e na queixa há necessidade de informações sobre processo judicial já em andamento, neste caso solicita-se a participação da advogada no atendimento.

A Visita Domiciliar é realizada para obter informações sobre a situação da mulher já atendida pelo CRAM. As visitas podem ocorrer nas seguintes hipóteses: o CRAM não consegue contato telefônico; a mulher precisa de acompanhamento porque permanece na mesma residência que o agressor; necessidade de sensibilizar a mulher a continuar com os atendimentos aprofundados ou em grupo; e, levar cesta básica ou vale gás.

No Encaminhamento para a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, o CRAM identifica a necessidade da mulher ser atendida por algum órgão integrante da Rede e faz o encaminhamento por meio de agendamento. Por exemplo, a mulher manifestou interesse em realizar o divórcio, o CRAM faz contato com o NUMAPE para atendimento, ou a mulher necessita de atendimento médico, realiza-se agendamento em uma unidade de saúde.

Já no Acompanhamento junto à Rede de Enfrentamento, o CRAM acompanha a mulher até o local onde ela necessita de atendimento, por exemplo, acompanhamento até a delegacia da mulher para registro de boletim de ocorrência e medida protetiva de urgência (MPU).

A Intervenção Casa abrigo, significa que a mulher está com risco de vida e recebe acolhimento em abrigo. Caso ela tenha filhos, eles também recebem proteção. A Casa abrigo é um lugar sigiloso e há poucas informações sobre os atendimentos e intervenções realizadas no local. Segundo informações da equipe técnica do CRAM, as mulheres durante o abrigamento recebem atendimentos, terapias, formação e fortalecimento de acordo com a violência sofrida.

A partir do Relatório-Planilha: Processo de sistematização das informações

Em razão das variáveis das colunas Código e Data do atendimento não serem sequenciais, isso dificultou a organização dos dados e demandou de uma sistematização manual. Primeiro, realizou-se a impressão do relatório com as informações das queixas, constantes nas 907 páginas do documento.

Manualmente os dados foram organizados por ano, percorreu-se todas as páginas e agruparam-se as informações em dois quadros: o primeiro com a intervenção (busca ativa, diagnóstico inicial, atendimento aprofundado, contato sem intervenção, boletim de ocorrência, intervenção em grupo, visita domiciliar, encaminhamento para a rede de enfrentamento à violência contra a mulher e acompanhamento junto a rede), estas categorias compuseram as linhas do quadro. Nas colunas inseriu-se a área do profissional que realizou o atendimento (direito, psicologia, serviço social e polícia militar). O outro quadro foi elaborado com as linhas intervenção e nas colunas a modalidade do atendimento (remoto, presencial ou externo). Para cada categoria encontrada por ano realizou-se um traço até formar um quadrado com um risco no meio para posterior contagem de cinco em cinco.

Ao iniciar a organização manual dos dados percebeu-se a presença de queixas registradas antes da implantação do sistema SUAM, período de 2016 a junho de 2021. O aparecimento desses períodos, justifica-se porque alguns atendimentos registrados em fichas manuais foram digitalizados no sistema. Desta forma, optou-se por apresentar o panorama de todos os períodos encontrados.

Após isso, os dados manuais foram tabulados no Excel, o que permitiu identificar como as queixas foram colhidas e os contextos que elas aconteceram. Os períodos de 2016 a 2020 foram agrupados em uma única tabela, devido ao baixo número de casos que foram digitalizados no sistema SUAM, enquanto os dados de 2021 e 2022 foram organizados individualmente.

Nas colunas foram inseridas as áreas profissionais da equipe do CRAM, Psicologia, Direito e Serviço Social, para os casos de não identificação inseriu-se uma coluna denominada não informado. Nas linhas foram inseridas as intervenções encontradas na organização manual dos dados: BUSCA ATIVA, DIAGNÓSTICO INICIAL, ATENDIMENTO APROFUNDADO, CONTATO SEM INTERVENÇÃO,

BOLETIM DE OCORRÊNCIA, INTERVENÇÃO EM GRUPO, VISITA DOMICILIAR, ENCAMINHAMENTO PARA A REDE, CASA ABRIGO E ACOMPANHAMENTO JUNTO A REDE. Os casos encontrados sem a informações da intervenção foram contabilizados como RELATOS SEM INFORMAÇÕES SUFICIENTES. Em continuidade, para que fosse possível compreender o contexto que as queixas aconteceram, realizou-se uma tabela com as intervenções inseridas nas linhas e o tipo de intervenção nas colunas: PRESENCIAL, REMOTO e EXTERNO, bem como registros NÃO INFORMADOS.

Na primeira tabela, que engloba os cinco primeiros anos do período, percebe-se que foram realizados poucos lançamentos, tratam-se de informações que foram registradas em fichas físicas, anteriores ao sistema SUAM, mas com inserções motivadas por alguma demanda. Este período (2016 a 2020) corresponde a menos de 6% de todos os dados coletados (281 registros), Tabela 2 a seguir:

TABELA 2 - Distribuição das modalidades de atendimento realizadas, por áreas profissionais (Psicologia, Direito e Serviço Social) e tipo de atendimento no período 2016 a 2020.

2016 a 2020						
	PSICOLOGIA	DIREITO	SERVIÇO SOCIAL	NÃO INFORMADO	totais	%
BUSCA ATIVA	10	2	82		94	35,6
DIAGNÓSTICO INICIAL	2	10	42		54	20,5
ATENDIMENTO APROFUNDADO	24	32	26		82	31,1
CONTATO SEM INTERVENÇÃO					0	0,0
BOLETIM DE OCORRÊNCIA					0	0,0
INTERVENÇÃO EM GRUPO					0	0,0
VISITA DOMICILIAR			8		8	3,0
ENCAMINHAMENTO PARA A REDE		6	8		14	5,3
CASA ABRIGO					0	0,0
ACOMPANHAMENTO PELA REDE		4	8		12	4,5
totais	36	54	174	0	264	100,0
%	13,6	20,5	65,9	0,00	100,0	
RELATOS SEM INFORMAÇÕES SUFICIENTES						17
TOTAL GERAL DE CASOS						281
	PRESENCIAL	REMOTO	EXTERNO	NÃO INFORMADO	totais	%
BUSCA ATIVA	26	50	10	8	94	35,6
DIAGNÓSTICO INICIAL	46	8			54	20,5
ATENDIMENTO APROFUNDADO	62	4		16	82	31,1
CONTATO SEM INTERVENÇÃO					0	0,0
BOLETIM DE OCORRÊNCIA					0	0,0
INTERVENÇÃO EM GRUPO					0	0,0
VISITA DOMICILIAR	4		4		8	3,0
ENCAMINHAMENTO PARA A REDE	12	2			14	5,3
CASA ABRIGO					0	0,0
ACOMPANHAMENTO PELA REDE			12		12	4,5
totais	150	64	26	24	264	100,0
%	56,8	24,2	9,8	9,09	100,0	
RELATOS SEM INFORMAÇÕES SUFICIENTES						17
TOTAL GERAL DE CASOS						281

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados documentais (2023).

A segunda tabela, reúne os dados lançados em 2021. As informações lançadas apenas neste ano correspondem a mais que o dobro das informações dos cinco anos anteriores, chegando no total de um pouco mais de 15% dos dados informados, que totalizaram 808 registros.

TABELA 3 - Distribuição das modalidades de atendimento realizadas, por áreas profissionais (Psicologia, Direito e Serviço Social) e tipo de atendimento no período de 2021.

2021						
	PSICOLOGIA	DIREITO	SERVIÇO SOCIAL	NÃO INFORMADO	totais	%
BUSCA ATIVA	34	4	222		260	33,8
DIAGNÓSTICO INICIAL	40	36	106		182	23,6
ATENDIMENTO APROFUNDADO	98	52	34		184	23,9
CONTATO SEM INTERVENÇÃO	4			26	30	3,9
BOLETIM DE OCORRÊNCIA					0	0,0
INTERVENÇÃO EM GRUPO	2	2	4		8	1,0
VISITA DOMICILIAR			34		34	4,4
ENCAMINHAMENTO PARA A REDE	12	2	24		38	4,9
CASA ABRIGO	14				14	1,8
ACOMPANHAMENTO JUNTO A REDE	4	14	2		20	2,6
totais	208	110	426	26	770	100,0
%	27,0	14,3	55,3	3,38	100,0	
RELATOS SEM INFORMAÇÕES SUFICIENTES					38	
TOTAL GERAL DE CASOS						808
	PRESENCIAL	REMOTO	EXTERNO	NÃO INFORMADO	totais	%
BUSCA ATIVA	48	158	14	40	260	33,8
DIAGNÓSTICO INICIAL	134	38	4	6	182	23,6
ATENDIMENTO APROFUNDADO	110	40	4	30	184	23,9
CONTATO SEM INTERVENÇÃO		22		8	30	3,9
BOLETIM DE OCORRÊNCIA					0	0,0
INTERVENÇÃO EM GRUPO	6	2			8	1,0
VISITA DOMICILIAR	20	2	8	4	34	4,4
ENCAMINHAMENTO PARA A REDE	14	16	2	6	38	4,9
CASA ABRIGO			6	8	14	1,8
ACOMPANHAMENTO PELA REDE	6		8	6	20	2,6
totais	338	278	46	108	770	100,0
%	43,9	36,1	6,0	14,03	100,0	
RELATOS SEM INFORMAÇÕES SUFICIENTES					38	
TOTAL GERAL DE CASOS						808

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados documentais (2023).

A terceira tabela, correspondente ao ano de 2022, e detêm sozinha quase 80% de todos os dados levantados (3842 registros). Não se pode afirmar que no ano de 2022 houve um aumento no número de queixas, pois deve ser considerado, que sistema

SUAM foi implantado em meados de 2021 e talvez isto tenha facilitado o registro das queixas.

TABELA 4 - Distribuição das modalidades de atendimento realizadas, por áreas profissionais (Psicologia, Direito e Serviço Social) e tipo de atendimento no período de 2022.

2022						
	PSICOLOGIA	DIREITO	SERVIÇO SOCIAL	NÃO INFORMADO	totais	%
BUSCA ATIVA	390	68	732	22	1212	32,2
DIAGNÓSTICO INICIAL	350	344	376	56	1126	29,9
ATENDIMENTO APROFUNDADO	132	330	224	31	717	19,1
CONTATO SEM INTERVENÇÃO				212	212	5,6
BOLETIM DE OCORRÊNCIA				54	54	1,4
INTERVENÇÃO EM GRUPO	40	4		24	68	1,8
VISITA DOMICILIAR	26		28		54	1,4
ENCAMINHAMENTO PARA A REDE	78	4	60	36	178	4,7
CASA ABRIGO	24	2	2		28	0,7
ACOMPANHAMENTO JUNTO A REDE	58	42	12	2	114	3,0
totais	1098	794	1434	437	3763	100,0
%	29,2	21,1	38,1	11,61	100,0	
RELATOS SEM INFORMAÇÕES SUFICIENTES					79	
TOTAL GERAL DE CASOS						3842
	PRESENCIAL	REMOTO	EXTERNO	NÃO INFORMADO	totais	%
BUSCA ATIVA	354	745	67	46	1212	32,2
DIAGNÓSTICO INICIAL	874	184	37	31	1126	29,9
ATENDIMENTO APROFUNDADO	488	119	27	83	717	19,1
CONTATO SEM INTERVENÇÃO	32	108	2	70	212	5,6
BOLETIM DE OCORRÊNCIA		34		20	54	1,4
INTERVENÇÃO EM GRUPO	51	17			68	1,8
VISITA DOMICILIAR	24		30		54	1,4
ENCAMINHAMENTO PARA A REDE	30	125	12	11	178	4,7
CASA ABRIGO	6		22		28	0,7
ACOMPANHAMENTO JUNTO A REDE	18	62	34		114	3,0
totais	1877	1394	231	261	3763	100,0
%	49,9	37,0	6,1	6,94	100,0	
RELATOS SEM INFORMAÇÕES SUFICIENTES					79	
TOTAL GERAL DE CASOS						3842

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados documentais (2023).

Dentre as 10 (dez) modalidades de intervenções/atendimentos identificados, percebe-se que as queixas foram colhidas, com prevalência, nos atendimentos de busca ativa, atendimento aprofundado e diagnóstico inicial, que juntas, somam mais de 80% em todos os anos.

A busca ativa foi a mais utilizada, variando entre 32% e 35% dos atendimentos, seguida de perto pelo atendimento aprofundado que só foi superado pelo diagnóstico inicial no último ano, no de 2022.

O contato sem intervenção, a intervenção em grupo e a casa abrigo só vão aparecer nos registros a partir de 2021, e boletim de ocorrência apenas em 2022. O contato sem intervenção é o mais utilizado deles, mas sempre abaixo de 6% (seis por cento). A possível causa para o pouco aparecimento dessas modalidades coincide com a data de implantação do SUAM.

A visita domiciliar, o encaminhamento para a rede e o acompanhamento junto a rede aparecem com registros em todos os anos do período analisado, mas juntos nunca passam de 10% (dez por cento) de todos os casos registrados.

Quanto às equipes de atendimento, Serviço Social lidera os números em todos os quadros, mas se observa um certo crescimento da Psicologia com o passar dos anos. Se no primeiro quadro o Serviço Social correspondeu a mais de 65% dos atendimentos, no último não chega nos 40%, momento em que há um crescimento dos atendimentos da Psicologia que passou dos 13% para quase 30%. O Direito permaneceu em todos os períodos entre 14% e 20% dos atendimentos.

Quanto ao modo de atendimento, relativo ao contexto no qual a queixa foi colhida, o presencial foi o mais utilizado em todo o período. Contudo, nos cinco primeiros anos correspondeu a 56%, sofrendo queda significativa abaixo dos 50% em 2021 e 2022. Coincide com esta variação o crescimento dos dados informados no sistema, momento em que a utilização das Tecnologias da Informação e a Internet passam a ser utilizados com maior frequência, especialmente durante o período de pandemia do COVID-19 e o sistema SUAM. O remoto passou de 24% para 37% e o externo diminuiu, por consequência, dos 10% para 6% a queda por ser explicada devido a modalidade de Encaminhamento pela rede, a qual não é considerada como externa por integrar a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Quais queixas são essas

Para que fosse possível identificar quais são as queixas das mulheres vítimas de violências relatadas junto ao CRAM, estabeleceu-se como amostra o ano de 2021,

período com 808 queixas registradas. Elaborou-se um recorte de 8 (oito) casos para cada uma das categorias denominadas de intervenção: Busca ativa, Diagnóstico inicial, Atendimento aprofundado, Contato sem intervenção, Intervenção em grupo, Visita domiciliar, Encaminhamento para a Rede, Casa abrigo e Acompanhamento Junto a Rede, com exceção do Boletim de ocorrência por não possuir nenhum registro no ano analisado. O critério de utilizar 8 queixas em cada uma das modalidades deu-se em razão da categoria Intervenção em Grupo possuir apenas 8 (oito) registros, e por isso buscou-se um número igual de queixas a serem consideradas em cada uma das modalidades. Dessa forma, para cada modalidade foram selecionadas as queixas que estivessem com maior número de informações, normalmente apresentando uma queixa mais extensa e de maior descrição no relatório-planilha.

Desta forma, nesta sessão encontram-se apresentadas 8 (oito) queixas em cada uma das 9 (nove) modalidades ou categorias de intervenção encontradas. No período de 2021, a intervenção Busca ativa possui 260 registros, o Diagnóstico inicial 182, o Atendimento aprofundado 184, o Contato sem intervenção 30, a Intervenção em grupo 8 (oito), a Visita domiciliar 34, o Encaminhamento para a Rede 38 a Casa abrigo 14 e o Acompanhamento junto a Rede 20. O critério de escolha para se chegar em 8 (oito) casos de cada uma das modalidades de intervenção foram as queixas com o maior número de informações e descrições da situação em que aconteceu a violência contra a mulher.

Após a seleção das 8 (oito) queixas nas 9 (nove) modalidades de intervenção com casos registrados, elaborou-se um quadro para cada categoria com 7 (sete) colunas Quadros de 13 a 21, na seguinte ordem: Número, Queixa Registrada, Teor da Queixa, Ameaça sofrida, Envolvidos, Dar continuidade à queixa e Houve denúncia anterior. Por conseguinte 8 (oito) linhas para cada caso da modalidade de intervenção. A primeira coluna, identificada com o título número, corresponde à ordem numérica que aparece no relatório-planilha matriz com as queixas, ele foi inserido para que fosse possível consultar os dados de origem.

As demais colunas referem-se às características e conteúdo da dinâmica das queixas. A Queixa Registrada é o conteúdo na íntegra do relato da violência registrado junto ao CRAM. Todavia, algumas informações como nomes, lugares e datas foram

omitidos e substituídos por letras como XY ou X, para preservar dados que pudessem acarretar na identificação da mulher.

O Teor da Queixa refere-se à caracterização do episódio ou acontecimento da queixa, qual o contexto ou enredo ela aconteceu. A Ameaça é a especificação destacada na queixa, os Envolvidos são as pessoas identificadas nas queixas como participantes do(s) episódio(s) de violência(s). Dar continuidade à queixa, contempla informações sobre o prosseguimento da queixa em denúncia ou outra medida que a mulher tenha desejado no aspecto de judicialização do caso. Por fim, a categoria Houve denúncia anterior, abrange a situação pretérita judicial.

No decorrer da apresentação das queixas nos quadros aparecem várias siglas, sendo necessário elucidá-las ou retomar para fins de compreensão: Boletim de Ocorrência - B.O; Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM; Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; Conselho Tutela – CT; Medida Protetiva de Urgência (MPU); Formulário de Avaliação de Risco – FRIDA; Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude – NEDDIJ; Núcleo Maria da Penha – NUMAPE; Polícia Militar – PM; e 14.^a SUBDIVISÃO POLICIAL DE GUARAPUAVA - 14 SDP.

Na categoria intervenção Busca ativa, percebe-se que as queixas são oriundas de uma solicitação de apoio ou ajuda de uma pessoa que toma ciência da violência sem estar diretamente envolvida, como por exemplo, vizinho ou assistente social de algum centro de referenciamento. Por se tratar de contato com o CRAM por terceira pessoa, que teve conhecimento da violência porque viu, ouviu ou percebeu, os reflexos da violência ainda estão latentes porque ela acabou de acontecer.

Na Busca ativa, conforme Quadro 11, as queixas estão relacionadas aos conflitos por tentativas de separação do marido ou insistência na manutenção do relacionamento, ingestão de álcool e uso de drogas, controle ou monitoramento da mulher como celular, roupas e lugares frequentados. Em dois casos os relacionamentos foram iniciados quando o marido possuía outra relação conjugal e a violência acentuou quando a convivência primária encerrou. Nota-se também, relatos de aumento da violência durante a gestação ou após o nascimento dos filhos.

Em todas as queixas na Busca ativa aparecem violências psicológica, agressões físicas e verbais. Sendo que 7 (sete) queixas possuem relatos de ameaças de morte verbalizadas concomitante a tentativas de homicídio com o uso de pedras, tiros e machado. Elementos como corda pendurada na casa, faca em regiões letais do corpo, gritos e violência sexual após agressão física também aparecem como ameaças e intimidações. Chantagens como tirar a própria vida, aparecem como violência psicológica e tentativas de manutenção do casamento.

Em relação aos envolvidos, verifica-se que na Busca ativa há participação da vítima, marido ou ex-companheiro, filhos e familiares do agressor como mãe, irmão e irmã. Aparece a mãe da vítima obrigando a mulher a manter o relacionamento e apoio ao agressor ou a família do marido proferindo ameaças e contribuição com a violência. Os filhos aparecem como barganha nas ameaças proferidas pelo marido ou ex-companheiro ou como tentativa da vítima mãe sensibilizar o marido para que a violência seja cessada. Todavia, as estratégias de proteção são ineficazes, pois extrai-se das queixas situações como “em uma ocasião ele foi dar um soco nela e ela colocou o bebê na frente e ele acertou a filha, diz que jorrou sangue”. Os filhos nas queixas de Busca ativa sofrem violência junto com a mãe de maneira direta ou indireta.

No tocante a Dar continuidade à denúncia, em 3 (três) casos não é possível saber se há ou não essa intenção, outros 3 (três) há manifestação de seguimento somente em relação às questões de partilhas de bens e divórcio. Apenas uma queixa explícita desejo de continuar por meio de medida protetiva e outra manifesta não continuar por medo. Em 4 (quatro) situações não foi possível saber se houve denúncia anterior e em outras quatro denota-se que já aconteceu registro de boletim de ocorrência e/ou medida protetiva, conforme Quadro 11.

QUADRO 11 - Queixas registadas na Busca ativa

Nº	Queixa Registrada	Teor da Queixa	Ameaça sofrida	Envolvidos	Dar continuidade de à queixa	Houve denúncia anterior
Busca ativa						
19	Atendimento realizado no CRAS. Recebemos denúncia anônima de que a pessoa XY sofre violência constantes por parte do marido. Enviado msg via	Violência psicológica. Grita muito. Tem tentado	Violência psicológica.	Vítima e marido.	Não se sabe.	Não se sabe.

	<p>WhatsApp e agendado atendimento no CRAS. A pessoa XY confirmou que sofre violência psicológica constantemente e que ele grita muito, não faz questão que os vizinhos não ouçam. Que tem tentado se separar desde dezembro, porém o marido não aceita, fala que ela não tem direito a [â⁷] casa. Relatou que iniciaram o relacionamento há anos, quando ele ainda era casado. Relata que ele monitora o celular dela, não permite que ela saia de casa e quando sai "vira um inferno". Informou que fazia anos que não ia ao centro da cidade porque ele não a deixa em paz se ela sai, diz que ela o está traindo. Informada sobre os serviços do CRAM; MPU; Cuidados de segurança. Relata que ele viu a mensagem nossa e que ficou tentando descobrir do que se tratava e falou para ela não ficar contando as coisas, ela disse que contaria tudo.</p>	<p>separar e o marido não aceita. Fala que não tem direito a casa. Monitora o celular. Não permite que saia de casa.</p>				
1371	<p>Atendimento realizado por telefone. Foi preenchido o restante dos dados que faltava. Ela mencionou que durante o relacionamento sofria violência: física, psicológica, moral, e que todas as violências ocorreram quando havia ingerido álcool, mas também relatou que o uso da substância era diário. Relata que no dia do B.O houve uma discussão e ele pegou uma faca direcionando no seu pescoço. Relata que após esse episódio eles se separaram, mas ele fica tentando manipular falando que vai se matar, se não voltar com ele (obs: ele já teve tentativas de suicídio anteriormente). Atualmente não tem MPU e tem interesse sobre orientação a respeito da divisão de bens e pensão. E tem interesse também, em ser inclusa nos programas habitacionais, e ser encaminhada para agência do trabalhador. Deste modo, foi inclusa na lista de espera do serviço social, e jurídico. Em relação psicológico ela responde "acho que sim"(sic), sendo inclusa [incluída] na lista de espera, e explicado sobre a possibilidade de demora para entrar em contato.</p>	<p>Violências quando o ex-marido ingeria álcool e substância.</p>	<p>Violência, física, psicológica, moral. Ameaça com faca. Ameaça que vai se matar. O ex-marido já tentou suicídio.</p>	<p>Vítima e ex-marido.</p>	<p>Divisão de bens e pensão.</p>	<p>Boletim de ocorrência.</p>

⁷ Os colchetes que aparecem nas colunas Queixas registradas, significam ajustes para garantir a clareza ou correção do texto.

1444	<p>Entrou em contato a assistente social da Penitenciária Estadual (PEG), informando que um dos custodiados estaria muito revoltado após receber uma carta da ex-companheira. Ela informou que ele estaria para ser solto da cadeia no dia X, e ameaçou que sairia de lá para matar a ex-mulher. No mesmo dia realizamos busca ativa, em conversa com a pessoa XY (ex-mulher) relatou que ele estava preso há 5 anos, e que fazia 1 ano que não ia mais visitar ele e atualmente está em outro relacionamento. Ao saber que ele seria solto a pessoa XY (ex-esposa) ficou muito alterada, nervosa e começou a chorar e tremer. Relatou que desde que estavam juntos sempre sofreu violência e que agora queria dar um basta e não queria mais nada com ele.</p>	<p>Custodiado seria solto. Ameaçou matar a ex-companheira. Nervosa, alterada e choro. Sempre sofreu violência.</p>	<p>Ameaça de morte.</p>	<p>Assistente social da PEG. Vítima e ex-companheiro.</p>	<p>Não se sabe.</p>	<p>Não se sabe.</p>
1481	<p>Relata que conheceu a pessoa XY há 4 anos ou 5 anos, se conheceram no [...] e frequentaram a mesma igreja. Que desde o mês do ano X ele começou a insistir em um relacionamento com ela, mandando flores, perfumes etc. Que tudo piorou quando sua esposa faleceu no fim do mês no ano X. Que ele apresenta comportamento depressivo. Que no dia dd/mm/aaaa ele tentou mata lá [matá-la] a tiros e precisa de medida protetiva.</p>	<p>Tenta insistir no relacionamento. Mandando presentes. Comportamento depressivo.</p>	<p>Tentou matar a vítima a tiros.</p>	<p>Vítima e companheiro.</p>	<p>Interesse em medida protetiva.</p>	<p>Não se sabe.</p>
1558	<p>A pessoa XY relatou que hoje está residindo com a irmã no município do X, porém, quer voltar para casa, pois é dela. Disse que seu companheiro falou que iria lhe acertar com uma pedra e queria que ela deixasse o filho com ele. O bebê é [...]. Disse que conseguiu fugir no momento em que ele foi ao mercado comprar pinga. Disse ainda, que ele não sabe onde está. Conforme relato de uma vizinha que passou para ela, ele havia vendido seus pertences e havia ido embora, foi visto na rodoviária com uma mochila, mas ela não sabe para onde ele foi. Verbalizou que sua casa é herança da sua mãe. Disse que virá a cidade X na companhia de sua irmã e vai na delegacia solicitar a MPU. Quanto aos</p>	<p>Acertar com uma pedra. Queria o filho bebê. Conseguiu fugir. Vendeu seus pertences.</p>	<p>Ameaça com pedra. Venda de objetos pessoais.</p>	<p>Vítima. Companheiro. Irmã da vítima. Vizinha.</p>	<p>Orientação jurídica.</p>	<p>Medida protetiva.</p>

	serviços do CRAM aceitou orientação psicológica e jurídica.					
2368	<p>A pessoa XY (vítima) se envolveu com a pessoa XY (companheiro) quando ele tinha 16 anos, e a genitora a obrigou morar junto com ele, ficaram somente 8 meses, pois ele a controlava, não podia usar legue porque mostrava demais, controlava até o comportamento dela, não podendo sorrir para nenhuma pessoa, a afastou até dos amigos. Ela rompeu o relacionamento porque em um [uma] certa noite, ele a agrediu uma noite e um dia inteiro, com chutes nas costelas e socos na cabeça ao ponto de deixa-la [deixa-la] desacordada ainda a violentou sexualmente. Na ida para casa de sua mãe ele foi até lá forçando que retornasse com ele, pegou o celular dela e arremessou ao [no] chão. E desde então a vem perseguindo, indo até sua faculdade, na casa da mãe dela, aparecendo na janela do quarto para ver se tem alguém com ela, cria perfis falso e envia solicitações e mensagens ameaçando-a, passava com carro na rua [...] gritando, que irá matá-la. Em audiência, o juiz defendeu a pessoa XY (companheiro) dizendo que se continuar com as acusações irá estragar a vida da pessoa XY (companheiro) e se dirigiu à mãe que respondia pelo filho que na época era menor. É importante relatar que a pessoa XY (companheiro) tem outros B.Os de outras agressões a mulheres e faz uso de álcool. Em uma das ameaças da pessoa XY (companheiro), ela chamou a polícia, ao virem fizeram pouco caso (sic), onde lhe proferiram palavras desaforosas, que ele estava fazendo isso porque ela o estava provocando. Solicitou atendimento jurídico, pois a medida protetiva inspirou e ele continua perseguindo-a.</p>	<p>Controlava as roupas. Não podia sorrir. Afastou dos amigos. Chutes nas costelas e socos na cabeça. Desacordada sofreu violência sexual. Arremessar o celular no chão. Perseguição. Cria perfis falsos e envia mensagens de ameaça. Uso de álcool.</p>	<p>Faz ameaça com perfil falso. Grita que vai matar. Violência física. Violência sexual após desmaio.</p>	<p>Vítima. Companheiro. Mãe do companheiro.</p>	<p>Atendimento jurídico.</p>	<p>Medida protetiva e outros boletins de ocorrência</p>
4258	<p>Em atendimento a pessoa XY disse que seu ex-companheiro não a procurou mais. Disse que a família do companheiro "armou" sic para que eles brigassem. Tem medo de levar</p>	<p>Família do companheiro armou a briga. Sente</p>	<p>Medo da família. Medo de denunciar e</p>	<p>Vítima. Família do companheiro.</p>	<p>Não quer, pois sente medo.</p>	<p>Não se sabe.</p>

	<p>pra frente e acontecer alguma coisa com ela. Já fez tratamento no CAPS, com atendimento psicológico, porém teve alta. Disse mais de uma vez que tem medo da família. A pessoa XY informou que reside em uma casa nos fundos da [...]. Não foi possível terminar a entrevista, pois caiu a ligação e depois ela não atendeu. Foram oferecidos os serviços do CRAM, porém ela diz [disse] não querer no momento, que prefere esperar. Em todo tempo perguntava se iria de alguma forma ir de atrás [ir atrás] de seu ex-companheiro, foi explicado que não, mesmo assim permaneceu receosa. A pessoa XY disse ainda, que está procurando emprego e como é muito recente a separação não recebe pensão e falou que neste momento não quer requerer, somente se ele voltar a incomodar. Não foi possível perguntar se gostaria que a encaminhasse para os serviços dos CRAS (cesta básica, cursos) e para a Agência do Trabalhador.</p>	<p>medo de denunciar. Fez tratamento com psicológico. Medo da família.</p>	<p>acontecer algo.</p>	<p>Companheiro.</p>		
4719	<p>Relata que é casada há 30 anos e que ele sempre controlou tudo o que ela faz. Diz "se você procurar teus direitos eu vou te matar", "Da cadeia um dia eu saio e você do cemitério não sai". Quando estava grávida ele agredia. Ele atropelava ela [a atropelava] de casa com as crianças pequenas e acolhia outras mulheres, mas estas não aceitavam as agressões. Cuida de uma pessoa desde no ano X e é a única renda familiar. Há dois dias saiu do lugar que residia com o marido e está em uma casa de sua posse em que os filhos estavam residindo. Na data de hoje o marido foi até a casa e queria levar o a pessoa cuidada. Relata que tem intenção de ir para a cidade X, tem uma irmã lá. Há 26 anos teve tentativa de assassinato, ele tentou acertar nela [ela] com um machado e cortou o cabelo dela. Nessa ocasião ele pendurou uma corda na casa e disse que iria matá-la. Em uma ocasião ele foi dar um soco nela e ela colocou o bebê na frente e ele acertou a filha, diz que jorrou sangue. Relatou problemas de memória devido a toda a situação de violência que sofre. Há um ano</p>	<p>Ameaça de morte se for procurar os direitos. Agressão na gravidez. Tirava de casa com os filhos e colocava outra mulher. Tentativa de homicídio. Problemas de memória devido às violências. A vítima já tentou suicídio. Sente medo de ser morta. Controla a vida.</p>	<p>Tentativa de homicídio com um machado. Cortou o cabelo. Violência física. Ameaça no hospital. Ameaça com corda pendurada.</p>	<p>Vítima. Marido. Filhos. Sobrinho.</p>	<p>Não se sabe.</p>	<p>Não se sabe.</p>

<p>tentou suicídio, tomou vários comprimidos de diazepam, precisou fazer lavagem estomacal na UPA, relata que ele ficava "em cima" lá na urgência para evitar de ela falar sobre a violência. Relata que na infância quando morava na cidade X viu um homem matar uma mulher. Ela tem muito medo de ele [dele] matá-la. É possessivo, machista, controla minha vida como se controla um objeto, por puro prazer. Até quando ela está dando risada, ele controla, "parece que ele tem prazer em me ver para baixo". Nunca teve um gesto de carinho. Acredita que o filho mais novo foi trocado na maternidade, porque ele tem a aparência diferente da que foi apresentado [apresentada] inicialmente pra [para] ela. Ela diz que ele odeia ela [a odeia]. Sempre trabalhou na roça. Ele não tirou minha vida todos esses anos, por eu fazer a [à] vontade dele. Toda vez que ela ia receber o salário do BPC da pessoa X ele ia junto e controlava o dinheiro.</p>	<p>Acredita que o filho foi trocado na maternidade. Controla o dinheiro.</p>				
--	--	--	--	--	--

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados documentais (2023).

O Diagnóstico inicial caracteriza-se pela busca voluntária da mulher por apoio do CRAM. As queixas foram registradas pelo profissional que realizou o primeiro atendimento da mulher. Desta forma, as queixas no Diagnóstico inicial caracterizaram-se pelo desejo da mulher em receber auxílio do CRAM, como ajuda para retirar os pertences pessoais da casa e atendimento psicológico.

Estão presentes no Diagnóstico Inicial conflitos materiais, como por exemplo, a renda da mulher ser superior à do marido ou dependência financeira da mulher. Contextos de traição, seja da mulher ou do homem, envolvimento da mãe do marido no relacionamento e dificuldade em reconhecer que sofre violência, inclusive manifestando sentimento de culpa e responsabilidade pelo ocorrido, também estão presentes nas queixas colhidas no Diagnóstico inicial.

Em um caso houve ameaça explícita de morte, com uso de faca e tentativa de homicídio com o ato de colocar fogo na casa enquanto a mulher dormia. Em 5 (cinco) queixas, o casal possui filhos, eles sofrem agressões físicas e as ameaças são em relação à guarda e deixar o filho passar fome. Por exemplo: “chorou dizendo que estava dando apenas pão para o filho, e que teve um dia que criança chorou para ela que estava com

fome” e “a filha dela terá uma vida miserável igual ela”. Observa-se em 7 (sete) queixas a presença de ameaças com palavras, por exemplo: “bater eu não te bato, mas vou te torturar agora” e “vai bater nela tanto, para [até] ela parar no hospital”. As agressões sofridas pelas mulheres são físicas, além de humilhações e várias ofensas.

No Diagnóstico Inicial há a participação de familiares no fortalecimento e/ou perpetuação da violência, como: a mãe do marido servir comida com “bicho” à mulher durante o período do pós-parto, a mãe do marido ser conivente com a violência e dizer que a mulher precisa aguentar porque é normal, ou como no caso de violência realizada pelos irmãos à irmã, e a mãe manifestar apoio a eles. Os envolvidos são a vítima, o marido ou companheiro, irmão do marido, mãe do marido, filhos e irmãos da mulher.

Sobre dar continuidade à queixa, em 2 (dois) casos não se sabe, dois não vão dar continuidade por medo e dois darão continuidade com comparecimento em audiência, boletim de ocorrência e medida protetiva. Uma mulher relata não dar continuidade, pois permanece no relacionamento com o marido. Em relação se houve denúncia anterior, em 4 (quatro) queixas não foi possível saber, em 3 (três) casos o agressor já foi denunciado por violência ou possui antecedentes criminais, conforme Quadro 12 a seguir:

QUADRO 12 - Queixas registradas no Diagnóstico inicial.

Nº	QUEIXA REGISTRADA	Teor da Queixa	Ameaça sofrida	Envolvidos	Dar continuidade à queixa	Houve denúncia anterior
Diagnóstico inicial						
426	Relata que estava em um relacionamento há 1 ano, e logo após ter engravidado intensificou as violências, e que sofreu violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual, e durante a gestação foi realizado [foram realizadas] os 5 tipos de violência. Hoje a sua filha está com 5 meses, por ter nascido prematura, ainda está internada. O fato que proporcionou ela sair do relacionamento foi a mãe dele ter dado comida "com bicho"(sic), diante disso ficou [teve] intoxicação alimentar, mas foi proibida de sair de casa e ir no médico. Depois de uns dias, o irmão dela a buscou, e aconselhou sair de casa, e desde essa data foi morar junto com irmão. Hoje tem medo do que ele pode	As violências foram intensificadas durante a gravidez. Sofreu os 5 tipos de violência. Comida com bichos. Proibida de	Ameaça ir na justiça para ter a guarda da filha. Violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. Ameaça de	Vítima, companheiro, mãe do companheiro, irmão da vítima	Boletim de ocorrência e medida protetiva.	Não sabe.

	fazer, relata que eles ameaçam ir na justiça para ficar com a menina, como maneira de intimidá-la, e ele a ameaça de morte. Em atendimento foi orientada a realizar o B.O. e a MPU, e ficou acordado da equipe da secretaria acompanhar ela na mesma data. Nota-se a necessidade de intervenção com assistente social, devido ela estar sem renda, e com um dependente. E orientação jurídica sobre a sua dúvida se a MPU se aplica a criança, ou não. Em próximo atendimento aprofundado, seja com psicóloga ou assistente social, é necessário dar início ao plano de segurança, e até o presente momento, foi orientado a não informar o seu novo endereço.	sair da casa.	morte.	a.		
448	A pessoa XY compareceu no CRAM, relatou que estão há 1 ano juntos, que brigaram a [há] algum tempo atrás entrando em vias de fato, ficou machucada, foi para médico. Não relatou a ocorrência. Na última briga ele deu mata leão nela, ela desmaiou, eles tinham discutido e começaram a brigar. A vizinha chamou a polícia. Estão morando juntos ainda após a briga, ela não tem intenção em terminar com ele. Acredita que ele vai mudar. Sofre muito com a violência psicológica. Diz que sentia vergonha de sair com ela por causa das roupas dela, deixou de fazer as coisas que gosta por causa dele, é ciumento e intimida ela. Ela tem muita dependência emocional dele. Já fez tratamento quando era menor no CAPS. Tem interesse em atendimento psicológico. Encaminhar para CAPS para atendimento.	Ficou machucada e foi ao médico. Desmaio após mata leão. Vizinha chamou a polícia. Estão morando juntos e não quer terminar o relacionamento. Ele sente vergonha das roupas dela. Deixou de fazer as coisas que gosta. Ciumento.	Intimidação. Violência física com desmaio.	Vítima, compenheiro. Vizinha.	Não deseja dar continuidade e estão juntos.	Não sabe.
151	Ela relata que "há 20 anos sofre calada", que já sofreu violência física pelo marido, mas depois de ter feito um boletim de ocorrência, ele não realiza mais por medo, mas as violências psicológicas e morais são constantes. Tanto é que a que ele fala para ela "bater eu não te bato, mas vou te torturar agora". Ela relata que junto com ela quem sofre é o filho de 7 anos, pois segundo ela, "parece que ele tem raiva do piá"(sic), o menino não tem liberdade para "brincar e para comer"(sic). Chorou dizendo que estava dando apenas pão para o filho, e que teve um dia que criança chorou para ela que estava com fome, ela esperou o marido dormir para poder ir na mercearia comprar um miojo para fazer para ele (dando para entender que está passando por	Violências psicológicas e morais constantes. Raiva do filho, não deixa brincar e nem comer. Compra comida escondida para o filho. O marido se agride e culpa	Torturas psicológicas. Filho tem medo de sair de casa e deixar a mãe sozinha.	Vítima, marido, filho e mãe da vítima.	Demonstrou resistência em realizar boletim de ocorrência e mediada	Já realizou boletim de ocorrência por violência física. Após o marido

	<p>violência patrimonial), e que a criança não deseja mais sair de casa, por medo de deixar a mãe sozinha com o pai. Assim como relatado para assistente social, menciona que ele começou a se agredir, e depois a culpabiliza [culpava] falando "olha só o que você fez", e que ela está preocupada que ele faça algo mais grave. Em atendimento ela falou que fazem 3 meses que ela saiu do trabalho, e devido a intensificação das violências, desde ontem ela está na casa da mãe dela. E em relação ao relacionamento mencionou que não tem o desejo de retornar. Em atendimento foi explicado sobre a importância do BO, e da MPU, mas ela demonstrou resistência em realizar. Assim como foi explicado brevemente sobre os serviços prestados relacionado ao divórcio e a divisão de bens, mas devido o filho morar na casa com o pai, ela ficou insegura sobre a divisão de bens, sendo informado que ela seria orientada sobre por advogada. Em relação ao atendimento social, percebe [percebe-se] a necessidade de inclusão nos cadastros de programas sociais, como bolsa família, e inclusão para retirada de cesta básica. Em atendimento foi combinado de realizar a retirada de pertences [pertences dela da casa]. E foi realizado brevemente o plano de segurança.</p>	da esposa.			protetiva.	o processo u as agressões, mas pratica a violência psicológica e moral.
557	<p>Realizado atendimento, usuária relata que estão há 16 anos juntos, que as brigas começaram no ano X quando ela descobriu que a pessoa XY (marido) a traiu e ele não admite que ela tenha descoberto isso. No ano X houve agressão, fez B.O e MPU, ele foi preso ficou 2 dias e foi solto, voltando pra [para a] casa. Relata que não está mais aguentando o relacionamento, porque ele não faz nada, ela sustenta a casa sozinha e a todo momento ele a ofende, acha que ela está traindo e ameaça de morte. Relata que ontem, ele a ameaçou de morte e tentou bater na filha de 14 anos, a xingando de "vagabunda". Relata que tem</p> <p>audiência para prosseguir com o processo contra ele. A pessoa XY (vítima) afirma ter depressão e usar medicação, tem ansiedade e apresenta um certo "pânico" de ficar no ônibus, em lugares cheios. Solicito avaliação psicológica.</p>	<p>Traição do marido, não admite ela saber.</p> <p>Sustenta casa. Ofensas. Xinga a filha. Ameaça de morte. Possui depressão, ansiedade e síndrome de pânico.</p>	<p>Ameaça de morte. Violência física. Tentou bater na filha.</p>	Vítima, marido e filha.	Vai comparecer à audiência e seguir com o processo	Boletim de ocorrência e medida protetiva. Ficou preso dois dias.
1701	Relata que não é agredida fisicamente pelos irmãos, somente psicológica (mas ela não reconhece que é violência). Disse que se caso a agredissem iria chamar	Violência psicológica realizada pelos	Ameaça psicológica.	Vítima, irmão	Não se	Um irmão preso

	<p>a polícia imediatamente. Não aceitou no momento nenhum atendimento. Em relação a [aos] seus irmãos, um está preso por violência doméstica. Verbalizou que se [caso] sofresse violência por parte de seus irmãos sua mãe ficaria ao lado deles e que chamaria a polícia caso acontecesse. Teve um AVC e ficou X anos como cadeirante.</p>	<p>irmãos e não reconhecida pela vítima.</p> <p>Caso agredida chamaria a polícia. Mãe fica do lado dos irmãos. Um irmão está preso por violência doméstica. Teve AVC e ficou cadeirante por dois anos.</p>		<p>s e mãe.</p>	<p>sabe.</p>	<p>por violência doméstica e os demais não se sabe.</p>
2878	<p>A pessoa XY compareceu ao [no] CRAM e relatou que no começo do ano que vem irá fazer 9 anos de relacionamento, não era tranquilo e [ele] se incomodava com o fato de ela ganhar mais que ele. Dizia que ia fazer de tudo para ficar acima dela. Gerava muita briga, uma única vez a empurrou no chão. Ela não achava que sofria algum tipo de violência, achava que não tinha paciência, no ano passado terminaram e ficaram 1 mês separados, nesse período ela se relacionou com outra pessoa. E quando ele descobriu, chamou ela em casa e quando ela chegou lá [lá] ele a jogou no chão e falou que não ia bater nela para não se sujar, e cuspiu nela. Ela achou que merecia aquilo por ter se envolvido com outra pessoa. Ela e ele pegaram COVID na mesma época, ele ofereceu para ela ficar na casa dele e ela aceitou, acabaram reatando o relacionamento. No começo desse ano decidiram que iriam [ir] morar juntos. Ela sustentava a casa e ele não ajudava com nada. Ela sempre gostou de se produzir e ele falou que ela estava se arrumando para outra pessoa. Semana passada ela foi fazer a unha na casa de uma amiga e ele passou com o carro na frente, quando chegou em casa ele estava muito alterado. Disse que nunca mais vai poder confiar nela, gritou com ela e disse que se arrependia de não ter feito algo a mais com ela e não só cuspidor. Saiu de casa e foi para a casa da mãe, pois estava muito assustada. Os amigos a apoiaram. Decidiu que não quer mais, e pediu para ele retirar as coisas dele da casa, ele disse que não queria. Ele ontem mandou mensagem questionando se ela queria mesmo sair de casa, que se ele tiver que sair de casa ele vai trancar a faculdade e tem medo de estar</p>	<p>Marido não aceita que renda da esposa seja maior.</p> <p>Empurrou no chão uma única vez. Achava que não sofria violência e só não tinha paciência. Separados ela se relacionou com outra pessoa. Cuspiu nela.</p> <p>Acha que merece. Reataram quando pegaram COVID. Ele a vigia quando sai. Pediu para ela excluir as redes sociais. Pensa ser a responsável. Já tentou</p>	<p>Arrependimento de não ter feito algo mais.</p>	<p>Vítima e marido.</p>	<p>Não se sabe.</p>	<p>Não se sabe.</p>

	errada e não ter paciência, de não ser violência e estar colocando coisas a mais, tem horas que consegue parar e pensar que separar dele é melhor para ela, porém ao mesmo tempo pensa diferente, chega a pensar se ela não é a responsável por tudo que acontece [aconteceu]. Ele pediu para ela excluir as redes sociais. Ela já tentou suicídio ano passado, faz tratamento psiquiátrico. Tem interesse em atendimento psicológico.	suicídio. Faz tratamento psicológico.				
3847	A pessoa XY compareceu no CRAM na data de hoje a qual foi encaminhada pelo serviço de delegacia após realizar o boletim de ocorrência e a MPU. A pessoa XY relata que estava em um relacionamento de 5 meses, e após 3 meses deu início as violências, ela sofreu violência física, sexual, moral, patrimonial e psicológica. Ela se separou há aproximadamente 1 mês, e relatou que após esse tempo ela teve que ficar se escondendo na casa da irmã, pois ele invadiu a casa que ela morava quebrando janelas e portas, e ameaçando com uma faca de morte, e de colocar fogo na casa. E desde desse episódio parte de seus filhos estão residindo com a avó paterna das crianças (que não são desse relacionamento), e os dois mais novos estão na casa de sua comadre Relata que faz uma semana que voltou a morar na sua casa (ela é dos programas habitacionais), mas por ele ter quebrado as janelas, colocou um “pauzinho” (sic) para tentar segurar, e se invadisse sua intenção era fazer barulho para acordar. Na noite de hoje, ela escutou um barulho, e quando levantou para ver ele estava botando fogo na casa, ela fingiu que estava ligando para um familiar, e ele saiu correndo, e ela pegou o filho de 4 meses, e de 4 anos e saiu de casa. Ela relatou que o fogo se estendeu para [por] toda a casa, e como começou em seu quarto, foi o local mais prejudicado. José faz uso diário de substâncias psicoativas, e ela relatou que tem antecedentes criminais relacionado a homicídio. Em relação à rede de apoio, relata que os lugares que ela tem para ficar hoje não são seguros, e que a qualquer momento ele pode entrar. Ela tem uma irmã em um Estado no sul do país, mas relatou que ela está sem emprego, e sua casa é muito pequena, então seria inviável ir para casa dela. Devido essa dificuldade de encontrar um local com segurança, e risco apresentado, foi repassado o caso para equipe realizar atendimento com ela, e repassar um plano de segurança. OBS: No momento do atendimento ela falou que não passou pelos serviços do CRAM, no mês X do ano X, foi realizado uma visita, mas ela não foi encontrada. E outro dia a assistente social tentou contato para fazer a	Violência física, sexual, moral, patrimonial e psicológica. Escondia-se na casa da irmã. Quebrou janelas e portas da casa. Filhos na casa da avó e outros na casa da comadre. Colocou um pauzinho na janela quebrada para segurar e fazer barulho. Colocou fogo na casa. Marido faz uso de drogas.	Ameaça de morte com faca. Colocou fogo na casa. Ameaça colocar fogo na casa.	Vítima, marido, irmã da vítima, filhos e comadre.	Encaminhada para a delegacia realizar ou boletim de ocorrência e medida protetiva.	Possui antecedentes criminais por homicídio.

	Busca ativa do caso, mas não teve sucesso sendo encaminhado para busca ativa presencial.					
4789	<p>A pessoa XY compareceu na secretaria a pedido de uma pessoa do seu local de trabalho. A pessoa XY está em um relacionamento abusivo por anos, e vivencia violência física, sexual, moral, psicológica, patrimonial. Sendo a violência psicológica e moral sendo a [as] mais recorrente. A pessoa XY nunca denunciou pelo fato dele possuir um cargo no judiciário e fazer ameaças. Eles moram juntos, e tem uma filha de 1 ano e 7 meses, em que ela desconfia que ele bate nela, por ela apontar os locais do corpo. Ela falou que tem um áudio dele guardado em no drive que ele não tem acesso, que ele fala para ela que vai bater nela tanto, para [até] ela parar no hospital. Relata também ele falar [fala] que pela mão dele, não vale apenas [a pena] ela morrer. Constantemente ele a humilha, insulta e diminui. Antes do nascimento da filha, ele falava que não era dele, e após o nascimento da filha, ele a utiliza como objeto de chantagem, e ameaça. Fala que vai ficar com a guarda dela, que vai deixar ela [deixá-la] sem dinheiro, que se ele perder o emprego a filha dela terá uma vida miserável igual ela. O que ele mais preza é a imagem dele. Mas, percebe-se [se percebe] em seus discursos, atitudes machistas, pois muitos de seus problemas estão relacionados com a "mulher", ele trata o pai de um modo, a mãe e [as] irmãs de outro. Sendo que o dia que ele bateu nela, a irmã dele tentou defender, e ele bateu nela também. Em relação à rede de apoio, ela só quis passar para amiga/comadre, pois a mãe, por exemplo, é conivente com as atitudes da pessoa XY (marido), por considerar sendo "normal de um relacionamento", e que ela tem que "aguentar". Em atendimento ela não apresentou interesse de fazer B.O., por medo. Mas, foi instruído sobre a MPU. E não aceitou ir para albergue, e nem outra possibilidade pensada no atendimento para sair da casa. Tendo em vista que ele utiliza os meios do trabalho para monitorar sua privacidade com o uso da 'internet', foi combinado que os atendimentos seriam agendados por intermédio dessa amiga. Agendado atendimento psicológico para de trabalhar o plano de segurança.</p>	<p>Relacionament o abusivo. Violência física, sexual, moral, psicológica e patrimonial.</p> <p>Violência psicológica e moral as mais recorrentes. Desconfia que bate na filha. Tem um áudio dele guardado no Drive.</p> <p>Pela mão dele não vai morrer.</p> <p>Humilhações e insultos. Usa a filha para fazer chantagem sobre a guarda. A irmã do marido apanhou por tentar defender a vítima. Usa os meios de trabalho para monitorar.</p>	<p>Ameaça por possuir um cargo no judiciário.</p> <p>Ameaça que vai bater tanto até parar no hospital.</p> <p>Pela mão dele não vai morrer.</p> <p>Ameaça deixar sem dinheiro.</p>	<p>Vítim a, marido, filha, irmã do marido, mãe do marido, diretora da escola, amiga .</p>	<p>Não quis fazer boletim de ocorrência, medida protetiva e não aceitou abrigo por medo .</p>	<p>Não se sabe.</p>

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados documentais (2023).

O Atendimento Aprofundado configura-se quando a queixa é colhida por profissional de alguma área especializada do CRAM, como por exemplo, assistente social, psicóloga ou advogada. A natureza da queixa está vinculada a alguma demanda que requer acolhimento ou esclarecimento de um profissional específico.

Nas queixas registradas no Atendimento Aprofundado, estão presentes relatos de ciúmes e controle sobre a mulher como proibições de contato com familiares, gravidez forçada pelo marido, inclusive conduta de esconder o anticoncepcional. A violência física aparece em todas as queixas, as agressões associadas aos ciúmes e ao uso de álcool e droga são mais acentuadas. Por exemplo, após uma briga o marido arrastou a mulher pela rua com o carro. As ameaças também são físicas e psicológicas em 6 (seis) queixas, como por exemplo, utilização da porta do guarda-roupa como anúncio de agressão e matar o animal de estimação da filha, conforme Quadro 13.

A violência sexual em uma das queixas é relatada como episódio que aconteceu há mais de dez anos no relacionamento, e houve o uso de tampa de objeto no ânus. Em outras queixas a violência sexual sofrida pela filha é negada pela mãe e também negada em relação à própria mulher, que em outro momento de atendimento pela rede confessou sofrer essa violência.

Embora a ameaça verbal de morte tenha sido verificada em 2 (dois) casos, o sentimento de medo aparece em todos os relatos. Além disso, verifica-se o envolvimento de familiares em apoio do autor da violência (marido ou ex-marido), e nos casos que envolvem os filhos, estes também são vítimas de violência física e psicológica.

Em 6 (seis) queixas não é possível saber se a mulher deseja dar continuidade à queixa. Nos outros 2 (dois) casos embora já exista registro de denúncia anterior, as mulheres manifestaram o desejo de não dar continuidade, sendo o motivo em uma das queixas a descrença na lei e no outro, não possuir familiares no mesmo Estado, onde reside, para poder se abrigar e\ou ter apoios.

QUADRO 13 - Queixas registradas no Atendimento aprofundado.

Nº	QUEIXA REGISTRADA	Teor da Queixa	Ameaça sofrida	Envolvidos	Dar continuidade à queixa	Houve denúncia anterior
Atendimento aprofundado						
4	<p>A pessoa XY relata que está no relacionamento há dois anos, após alguns meses, ele se demonstrou como muito ciumento [muito ciumento] e controlador, deste modo, realizando violência psicológica e moral, que se intensificam com o uso da [de] droga. No episódio do B.O, ela relatou que eles estavam em um bar, e voltaram para casa comer uma pizza, ao chegar lá tiveram discussão por um tênis, (também fez um BO contra ele), arrancou a porta dos [do] guarda-roupas [guarda-roupa], e a ameaçou. Ela relata que antes qualquer coisa era motivo de briga, e devido [a] alteração de seu comportamento com a [por uso de] droga, estava ficando com medo dele. Ela relata que após o episódio, o irmão dele pagou a fiança, e ele saiu de lá e foi direto para a casa, pedindo perdão e querendo entrar. Ela deixou as coisas dele em saco de lixo para fora de casa, e o tio dele depois passou lá pegar. Relata que vai voltar a trabalhar amanhã, pois desde o acontecido está de atestado (renite), mas está com medo de como vai ser, por ele saber de sua rotina. Diante da situação ela foi orientada sobre a MPU, e a quebra da mesma, e para ligar no 190. E orientada sobre plano de segurança em relação a expor a situação para vizinhos e no ambiente de trabalho para alguns colegas. Foi explicado brevemente a biografia da Maria da Penha, e sobre o ciclo da violência, o FRIDA foi aplicado constatando risco elevado. Em relação aos serviços do CRAM, ela tem interesse no atendimento psicológico, sendo inclusa [incluída] na lista de espera; e foi realizado o encaminhamento para o NUMAPE, sobre a divisão de bens, pois ela tem um carro financiado em seu nome, que ele está fazendo o uso.</p>	<p>Ciumento e controlador. Uso de drogas. Sente medo. Tirou as coisas dele da casa e colocou em saco de lixo. Atestado médico.</p>	<p>Violência psicológica e moral. Ameaça com porta do guarda-roupa.</p>	<p>Vítima, marido e Irmão do marido. Tio do marido.</p>	<p>Não se sabe.</p>	<p>Boletim de ocorrência e Medida protetiva.</p>
2010	<p>Afirma que reataram o relacionamento, ela relata que após passar o período da "lua-de-mel", houve</p>	<p>Novos episódios de</p>	<p>Violência física e</p>	<p>Vítima e</p>	<p>Possui</p>	<p>Houve denúncia</p>

	<p>novo episódio de agressão, crise de ciúme e violência patrimonial. Informa que à tarde terá audiência referente ao primeiro episódio de agressão ocorrido no mês x, diz que pensa em não prosseguir no [com o] processo, apresenta descrédito em relação aos efeitos da lei no comportamento do autor da violência e teme pela imagem profissional. Foram feitas intervenções.</p>	<p>violência. Agressão. Crise de ciúmes e violência patrimonial. Teme a imagem profissional.</p>	<p>patrimonia l.</p>	<p>marido.</p>	<p>audiência agendada e manifestou que não quer dar seguimento no processo, pois desacredita na lei.</p>	<p>a e processo em andamento.</p>
375	<p>Relata que o NEDDIJ não lhe deu retorno, e que falou com o Conselho Tutelar, mas que até agora nada foi resolvido. Irei verificar com ambos. Alega também que a pessoa XY (ex-marido), tem uma passagem por homicídio e até agora não foi preso. Há x anos ele a estuprou, colocando uma tampa de [...] em seu ânus, que lhe impossibilitou de ir ao banheiro, tendo que recorrer a socorro médico. Nunca denunciou esse fato, pois teve medo. Apenas fez B.O no mês X devido às agressões físicas. Atualmente ela mora com as filhas, de aluguel. Não possui trabalho fixo. Quer recuperar o filho o quanto antes.</p>	<p>Reclamação do NEDDIJ e Conselho Tutelar.</p> <p>Ex-marido não foi preso por homicídio. Foi estuprada com a tampa. Não denunciou por medo.</p> <p>Agressões físicas. Quer recuperar o filho que está com o ex-marido.</p>	<p>Violência física.</p>	<p>Vítima, ex-marido, filho.</p>	<p>Não se sabe.</p>	<p>Realizou boletim de ocorrência por violência física.</p>
378	<p>Em contato telefônico com a pessoa XY, relatou que possui um relacionamento a [há] 4 anos e que vem percebendo que está em um relacionamento abusivo, sofre violência psicológica e moral, ele fica irritado sem justificativa [e] o companheiro ingere bebida alcoólica, chega em casa agressivo, proíbe de ver os familiares, não queria que ela trabalhasse fora (começou a trabalhar a 2 meses), maltrata sua filha mais velha que não é filha do mesmo [dele], inclusive matou o seu gato de estimação. Informou que deseja se separar, mais [mas] no momento não tem para onde ir e nem</p>	<p>Relacionamento abusivo.</p> <p>Violência psicológica e moral.</p> <p>Fica irritado sem justificativa e ingere bebida. Proíbe de ver os familiares.</p>	<p>Maltrata a filha. Matou o animal de estimação. Agressivo e ingere bebida.</p>	<p>Vítima, companheiro e filha da vítima.</p>	<p>Não se sabe.</p>	<p>Não se sabe.</p>

	<p>como se manter. A pessoa XY relata ainda que sofria violência do ex-companheiro pai da sua filha mais velha, e que já realizou 03 boletins de ocorrência contra o mesmo. Foi orientada sobre os serviços do CRAM, agendado atendimento presencial</p>	<p>Proíbe de trabalhar. Maltrata a filha somente da vítima. Matou o gato de estimação da filha da vítima.</p> <p>Deseja separação, mas não tem para onde ir. Sofria violência do ex-companheiro pai de sua filha.</p>				
934	<p>Relata que seu ex-marido (ex-policial), lhe faz as seguintes [ameaças]:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Chamando-a de ladra, que vai fazer um BO por furto; - Que ele possui arma de fogo, e que em uma determinada briga entre eles, ele saiu atirando quando estavam em um lugar rural; - Ela relata que tem medo dele, embora ele não tenha proferido ameaças diretas a ela, ele sempre diz que: "eu não faço nada, mas sei quem faz". - Que o ex-marido foi expulso da polícia por ter aceito [aceitado] propina, e tem um longo histórico de antecedentes criminais. <p>Moraram juntos por aproximadamente 1 ano e estão separados há 3 meses, ele está morando na área rural, e ela está morando na casa que é dela. Relata que ele fazia xingamentos a ela na frente de outras pessoas, que um dia ela estava mexendo no celular, e ele agarrou no braço dela para ver com quem ela estava falando. Que começou a lhe proibir de ir visitas [visitar] seus familiares e de ter privacidade no seu celular. Orientada a fazer BO por ameaça (se efetivamente houver ameaças por parte do ex-companheiro) e por calúnia (devido ao fato de ele lhe imputar cometimento de um crime - furto).</p>	<p>Chama de ladra. Em uma briga saiu atirando. Marido foi expulso da polícia e tem antecedentes criminais. Xingamentos na frente de outras pessoas. Agarrou pelo braço. Proíbe de ver familiares. Não tem privacidade no celular.</p>	<p>Ameaças verbais "eu não faço nada, mas sei quem faz".</p>	<p>Vítima e ex-marido.</p>	<p>Não se sabe.</p>	<p>Não fez por ele ser ex-policial .</p>

1319	<p>Relata que viveu 1 ano e 10 meses com a pessoa XY no interior em um Estado na região sul do país. Que sofria violência doméstica constante, desde quando ela ficou gestante. Ela apenas engravidou por insistência dele, que escondia seus anticoncepcionais. Ambos tiveram uma briga e a pessoa XY (marido) arrastou a pessoa XY (esposa) pela rua com o carro em movimento. Relata que a pessoa XY (marido) também agredia fisicamente o filho, dando tapas no rosto da criança. Fez B.O a respeito dessas situações lá cidade que morava, mas não representou, pois não tinha familiares lá, e decidiu vir para a cidade X morar com a mãe e o vô. Usuária também é mãe da pessoa XY, que não é filho da pessoa XY (marido). A pessoa XY (marido) tinha ciúmes do filho somente da vítima e o tratava mal. Orientada sobre MPU, guarda e alimentos. Aguardando documentação da usuária para encaminhar ao NUMAPE.</p>	<p>Sofria violência desde a gestação. Engravidou porque o marido escondeu os anticoncepcionais. Arrastou pela rua com o carro em movimento. Tapas no rosto do filho. Ciúmes do filho somente da vítima.</p>	<p>Violência física. Agressão aos filhos.</p>	<p>Vítima, marido, filho do casal e filho da vítima.</p>	<p>Boletim de ocorrência registrado em outro Estado e não deu seguimento por não possuir familiares na cidade.</p>	<p>Não se sabe.</p>
2597	<p>Em atendimento presencial nas dependências do Albergue, usuária relatou que havia sofrido agressões recentemente, que recebia ameaças de seu marido, como por exemplo: "se você sair daqui eu te mato". Ela diz que os parentes de seu companheiro são todos traficantes, e ela tem medo deles. Que tentou conversar com a filha sobre o suposto abuso sexual, mas com ela, a menina tem vergonha de falar, então ela está "dando um tempo para ela". Que a família dela apoia ele, que da última vez que ela saiu de casa, a própria irmã lhe entregou para ele novamente, que ela tem medo de voltar pra casa, pois sabe que ele irá encontrá-la. Apesar de identificado o risco, a usuária não admitiu sofrer violência sexual (o que havia admitido para outra profissional da rede), e não esclareceu se sabia ou não, do suposto abuso sofrido pela filha. A situação passou a ser a seguinte: a usuária não tem para onde ir, não possui rede de apoio neste momento, e foi ameaçada de morte pelo companheiro. Tudo isso somado ao fato de quer proteger os filhos. Em reunião com a rede, que fez o primeiro atendimento, a pessoa XY do Albergue nos relatou que as crianças poderiam estar</p>	<p>Agressão física. Parentes do companheiro são traficantes e sente medo. Suspeita de abuso sexual da filha. A família dela apoia o marido. Sente medo de voltar para casa. Não admitiu sofrer violência sexual. Quer proteger os filhos.</p>	<p>Ameaça verbal de morte.</p>	<p>Vítima, filha da vítima e irmã da vítima.</p>	<p>Não se sabe.</p>	<p>Não se sabe.</p>

	em risco lá, pois um abrigado [no] local apresenta problemas sempre que tem crianças no local, e que algumas pessoas ligaram lá perguntando pela pessoa XY (vítima). Diante de todos os fatos, a equipe técnica entendeu que, neste momento, estão presentes os requisitos para abrigamento.					
2853	Padrasto chegou em casa alcoolizado e passou a agredir sua irmã de 6 anos e o irmão de 16 anos, ao intervir na situação passou a ser agredida e ameaçada. A pessoa XY acionou a polícia e o padrasto foi preso. A mãe estava trabalhando e não acredita no que houve e culpa os filhos por ele ser [ter sido] preso. Não admite que sofre violência também.	Padrasto alcoolizado agrediu os irmãos menores e ela. Padrasto foi preso. A mãe culpa os filhos pela prisão. A mãe não admite que sofre violência.	Agressão física e ameaça alcoolizada .	Vítima, irmãos, padrasto e mãe.	Não se sabe.	Não se sabe.

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados documentais (2023).

No Contato sem intervenção a queixa já ocorreu e não se sabe o seu teor, nem a ameaça sofrida, os envolvidos, a manifestação de dar continuidade ou se houve denúncia anterior. Pois, o Contato sem intervenção é um procedimento para confirmar ou agendar atendimentos por meio ligação ou mensagem. Em apenas 1 (um) dos casos constou no registro o agendamento para realizar boletim de ocorrência. Em 3 (três) casos foi estabelecido contato para saber informações da mulher em situações de pós-parto, sendo que em um caso a mulher relatou estar na casa do agressor e aos cuidados da sogra, conforme Quadro 14.

QUADRO 14 - Queixas registradas no Contato sem intervenção.

	QUEIXA REGISTRADA	Teor da Queixa	Ameaç a sofrida	Envolvi dos	Dar continuida de à queixa	Houve denúnci a anterior
	Contato sem intervenção					
153	CRAS do bairro X, liga [ligou] para agendar atendimento de usuária que tem interesse em realizar o B.O. - Agendado para o mesmo dia às 13h30	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Agendame nto de boletim de ocorrência.	Não se sabe.

297	<p>Ao ligar, o pai dela atendeu, e falou que não tinha o número novo dela, pois ela estava com outro aparelho. Falei que era psicóloga da secretaria da mulher, e que tinha interesse em conversar com ela, se [caso] ela pudesse me retornar à ligação nesse número. Ele falou que passaria o número, e se [caso] ela tivesse na cidade, ia falar para ela vir na secretária</p>	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
424	<p>Ao agendar o atendimento, ela mencionou que não poderia comparecer, pois, iria na UBS, pois a cesariana não havia cicatrizado e [estava] inflamado [inflamada].</p>	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
2880	<p>Assistente Social enviou uma mensagem para verificar como ela estava, ela mencionou que estava no hospital para ganhar bebê, e deixou o serviço à disposição.</p>	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
3205	<p>Realizada a busca ativa presencial. A usuária não reside mais no endereço.</p>	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
3537	<p>No dia do atendimento é [foi] tentado contato telefônico para confirmar antes do carro sair para buscá-la. Ela não atende [atendeu] o telefone e não responde [respondeu] as mensagens. Após, ela responde pedindo desculpas, pois estava dormindo. Devido ela ter perdido a hora, e a profissional ter uma reunião, foi agendado para outra data.</p>	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
3541	<p>Envio de mensagem para agendar atendimento psicológico. Ela mencionou que estava se sentindo bem, percebendo que não havia necessidade de agendar atendimento. Foi deixado o serviço à disposição, e enviado o telefone oficial do CRAM. Deste modo, foi retirada da lista de espera de psicologia</p>	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
4189	<p>Assistente Social, envio [enviou] uma mensagem para verificar a situação. Ela menciona [mencionou] que estava cansada fisicamente e mentalmente devido à cesárea ter sido complicada, e que estava na casa do pai de suas filhas (o autor da agressão), pelo fato da ex-sogra estar ajudando com os cuidados, e eles, não tinha ninguém que pudesse auxiliar.</p>	Cansaço devido à cesárea. Estava na casa do autor da violência.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.

--	--	--	--	--	--	--	--	--

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados documentais (2023).

Na Intervenção em Grupo o atendimento da mulher é realizado por mais de um profissional devido a queixa demandar de informações ou auxílio complementar de outra área. Por exemplo, em dois casos o atendimento foi para solicitar informações sobre participação em audiência, o que requer instruções da advogada. Assim como, no caso da queixa relacionada à guarda dos filhos e partilha de bens. Em outros dois casos fizeram-se necessário o apoio da assistente social para acolhimento de pessoa com filhos em local seguro e para articulação de passagens para mulher e filhos ameaçados pelo ex-marido da irmã.

Nas queixas da Intervenção em grupo, não se sabe os detalhes sobre o teor, ameaça sofrida e envolvidos, apenas 2 (dois) casos possuem mais informações, conforme Quadro 15. O primeiro trata-se de cárcere privado com agressões físicas, o motivo da violência descrito na queixa era o companheiro não aceitar que a mãe da esposa fizesse contato, e a proibição da mulher de informar sua mãe sobre a gestação. Neste caso, houve continuidade da queixa, com prisão em flagrante e também havia denúncia anterior e medida protetiva vigente.

A outra queixa refere-se ao marido ser homossexual e obrigar a esposa a ter relação sexual com o namorado dele, bem como pedido, para que a esposa engravidasse do namorado devido o marido possuir vasectomia. Nesta queixa, as agressões físicas foram constantes e em sua maioria realizadas pelo namorado do marido durante a relação sexual, como mordidas e tapas, seguidas por pedidos de desculpas e justificadas pelo uso de droga.

As ameaças verbais de morte estão relacionadas à esposa contar sobre o relacionamento para alguém. Na queixa, houve relato de diversas agressões físicas e violências realizada por um casal de amigas a pedido do marido, o qual solicitou que batessem e matassem a esposa. A mulher deu continuidade à queixa com registro de boletim de ocorrência e exame de corpo delito. Não se sabe se houve denúncia anterior, no relato apenas o namorado do marido tinha realizado boletim de ocorrência em desfavor da vítima.

QUADRO 15 - Queixas registadas na Intervenção em grupo.

Nº	QUEIXA REGISTRADA	Teor da Queixa	Ameaça sofrida	Envolvidos	Dar continuidade à queixa	Houve denúncia anterior
Intervenção em grupo						
120	Denúncia de que a usuária de 17 anos estava sendo mantida em cárcere privado pelo companheiro de 21 anos. Foi feito contato com a mãe da vítima e com a PM, e, após, realizada a busca da usuária na casa do companheiro. Chegando na residência, pudemos perceber que ela realmente estava sendo mantida em cárcere, e relatou que o marido era muito violento. Apresentava lesões nos braços, pescoço, colo e rosto. Disse que haviam discutido na noite anterior, em razão de uma ligação que a mãe fez pra ela, perguntando como estava sua gestação. Segundo ela, ele não queria a sogra se "metesse na vida do filho que ainda nem nasceu". Havia MPU vigente, e o autor foi preso em flagrante, sendo que a usuária foi encaminhada para delegacia e orientada quanto aos procedimentos a serem adotados.	Cárcere privado. Marido violento. Lesões nos braços, pescoço, colo e rosto. Gravidez.	Violência física. Cárcere privado.	Vítima. Marido e mãe da vítima.	Encaminhamento para a delegacia. Prisão em flagrante.	Medida protetiva.
510	Realizado contato telefônico. Informou que a audiência é dia dd/mm/aaaa. Acordado que ela viria até o CRAM para participar da audiência. Realizado contato com a Defensoria Pública, informaram que não atendem criminal. - Realizado contato com o 2º Juizado Especial Criminal, informaram que caso necessário é convocado um advogado dativa [dativo] no momento da audiência.	Informações sobre audiência	Não se sabe	Não se sabe	Não se sabe	Não se sabe
660	A pessoa XY participou da audiência nas dependências do CRAM e optou por entrar [fazer] acordo e [aceitou que o agressor] prestar [preste] serviço comunitário. - Orientada a registrar BO caso haja novas provocações. Encaminhada para agência do trabalhador.	Participação de audiência nas dependências do CRAM. Acordo. Prestação de serviço comunitário	Não se sabe	Vítima e Agressor.	Não realizou acordo.	Sim, boletim de ocorrência.
3567	Realizado o acolhimento da pessoa XY e seus filhos em local seguro, sendo	Acolhimento . Local	Não se sabe	Vítima. Filhos.	Não se	Não se

	acompanhada pela Assistente Social e com apoio do motorista.	seguro.		Assistente social e motorista do CRAM.	sabe	sabe
501	<p>Estavam juntos há 3 anos, ela e a pessoa XY noivaram, ele disse que era homossexual [homossexual] e tinha vasectomia, e que se ela quisesse filhos ela teria que engravidar do amante dele, a assim, casaria com ele e os três manteriam um relacionamento juntos. Diante disso, e em estado emocional muito alterado, ela pulou o muro da casa dele e se machucou - um prego entrou no pé dela (pediu ajuda a ele e não lhe ajudou) – a pessoa XY (namorado do marido) fez um B.O contra ela, mas ela só ficou sabendo agora. A pessoa XY é o amante. Relata que ele [a] agrediu durante um ato sexual (mordeu seus seios), e depois se desculpou. Porém, ele pediu desculpas a ela, e disse que tudo não passava de uma brincadeira e que ele estaria drogado e por isso falou aquelas coisas, então ela o perdoou. Ele continuava frequentando a casa dela, e ela</p> <p>descobriu que ele havia feito o B.O. As agressões geralmente ocorriam durante as relações sexuais (tapa no rosto, nas nádegas, mordida os seios, puxava o cabelo forte, mordida o pescoço) e dizia que se ela relatasse a alguém, ele a mataria. Relata que ele sempre frequentou o bar X, e ela lhe acompanhou umas 6 vezes, mas contra a sua vontade, sendo que lá conheceu a pessoa XY (casal de amigas) e a pessoa XY (casal de amigas) - diz que elas sempre estavam lá [lá], sendo que ambas são casadas e se envolviam com outras pessoas no bar. Ela estava na casa dela, e a pessoa XY (marido) disse que era pra ela devolver a aliança de noivado deles. Quando ela saiu da casa da mãe, passou em frente o [ao] bar e avistou a pessoa XY (marido) lá, sendo que ele disse: "Oi, pessoa XY (marido)" - e nisso, a pessoa XY (marido) começou a estapeá-la, e quando saiu de perto ordenou que as amigas pessoa XY (casal de amigas) e pessoa XY (casal de amigas) batessem e matassem ela. As mulheres começaram a bater nela sem</p>	<p>Marido com vasectomia.</p> <p>Pedido para que engravidasse do amante do marido.</p> <p>Pedido para do marido para que a esposa casasse com o amante do marido.</p> <p>Relacioname nto esposa, marido e amante do marido.</p> <p>Pulou o muro.</p> <p>Agressões do amante do marido durante as relações sexuais.</p> <p>Pedido de desculpas.</p> <p>Marido alcoólatra.</p> <p>Adquiriu anorexia.</p> <p>Maus tratos dos policiais</p>	<p>Ameaça de morte.</p> <p>Violência física durante a relação sexual.</p> <p>Mordidas nos seios e pescoço.</p> <p>Tapas no rosto e nas nádegas.</p> <p>Violência física realizada por amigas a pedido do marido.</p> <p>Batidas na cabeça no capô do carro.</p>	<p>Vítima.</p> <p>Marido.</p> <p>Amante do marido.</p> <p>Casal de amigas.</p> <p>Segurança do bar.</p>	<p>Registrou boletim de ocorrência e fez exame de corpo delito.</p>	<p>Não se sabe.</p> <p>Apenas o amante registrou boletim do ocorrênci a contra a vítima.</p>

	<p>parar na região da cabeça (batendo a cabeça dela no capô do carro) e o segurança veio e segurou pelos ombros, lhe agredindo também. Diz que na semana passada ela já apanhou dentro desse bar, pessoa XY (marido) chamou ela lá no bar, quando ela chegou, ele pediu pra [para] ir com ela até a praça para falar sobre a proposta que tinha feito, e começou a ficar agressivo, batendo nela novamente. A pessoa XY que mora no prédio X testemunhou todas as agressões. Relata que a pessoa XY (marido) é alcoólatra e já [se] divorciou da primeira esposa. Diz que adquiriu anorexia e bulimia e está fazendo acompanhamento psiquiátrico - devido o relacionamento abusivo. A pessoa XY (marido) tem um negócio empresarial no ramo X. Disse que foi extremamente maltratada pelos policiais que atenderam a ocorrência e quando chegou na delegacia foi ouvida - após prestar depoimento foi de carro até a casa dela e chegando lá, começou a sangrar o nariz então chamou o SAMU e foi levada até a urgência do bairro X. Encaminhada até a delegacia para averiguar se foi feito algum procedimento e se a vítima foi encaminhada para fazer exame de corpo delito.</p>					
662	<p>Ficaram juntos 1 ano e 06 meses e moraram na mesma casa durante 1 mês. Quando a pessoa XY (esposa) foi morar com ele, ela levou: 1 conjunto de sofá de dois e três lugares, 1 máquina de lavar, 1 cama de casal, 1 cama de solteiro, 1 berço, 1 mesa. Enquanto estavam juntos, a pessoa XY (marido) trocou de carro e a pessoa XY (esposa) ajudou a pagar por aproximadamente 6 meses. A Usuária foi encaminhada para fazer retirada dos móveis no município X, porém, chegando lá, o ex-companheiro não permitiu a entrada e a retirada dos móveis, incluindo o berço do bebê.</p>	<p>Marido não permitiu a entrada na casa para retirada de móveis e nem berço do bebê.</p>	<p>Não se sabe</p>	<p>Vítima. Marido.</p>	<p>Não se sabe</p>	<p>Não se sabe.</p>
944	<p>A pessoa XY compareceu neste serviço para receber orientações com [em] relação a guarda da sua irmã pessoa XY (9 anos). Acompanho atendimento juntamente com advogada. A pessoa XY expos a situação</p>	<p>Situação de risco da irmã criança de 9 anos. Orientação</p>	<p>Descrição sobre a violência sigilosa</p>	<p>Não se sabe</p>	<p>Encaminhamento para o conselho tutelar e CREAS</p>	<p>Não se sabe</p>

	atual de sua mãe pessoa XY (registrado no SUAM dela). Trouxe novos relatos preocupantes quanto a [a] irmã (descrição sigilosa). A criança encontra-se em risco, realizado encaminhamento pela equipe para CT e CREAS. Realizamos orientações à pessoa XY e ficamos à disposição.	sobre guarda.				
2766	Articulação de passagens para pessoa XY e seus filhos irem embora da cidade. Relata que esta [está] sendo ameaçada pelo ex-companheiro de sua irmã, que ele é descontrolado e fica passando em frente a [da] sua casa. Orientada a tomar medidas de segurança até que saia [sua saída] da cidade, realizado Boletim de Ocorrência assim como requisitado MPU, que não foi deferida, pois a justificativa foi de que as medidas de sua irmã se estendem a ela. O novo BO registrado pela pessoa XY será incluso [incluído] no processo já existente da pessoa XY (irmã), segundo informações do investigador da Polícia Civil. A pessoa XY representou o B.O junto a [a] delegacia e relatou novas ameaças.	O ex-companheiro da irmã fica passando na frente da casa. Articulação para compra de passagens.	Ameaça com risco de vida.	Vítima. Irmão da vítima. Ex-companheiro da irmã. Filhos da vítima.	Medida protetiva não deferida. Boletim de ocorrência.	Boletim de ocorrência realizado pela irmã. Medida protetiva da irmã em relação ao seu ex-companheiro.

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados documentais (2023).

A Visita Domiciliar ocorre quando a equipe do CRAM presta atendimento no domicílio da mulher e busca saber como ela está em relação à violência sofrida, que é de conhecimento do CRAM. Apareceram nas queixas da Visita Domiciliar 4 (quatro) violências físicas motivadas por ciúmes e uso de álcool e 2 (duas) violências sexuais, como estupro. Em outras duas não é possível saber a causa da violência, conforme Quadro 16.

Em 4 (quatro) casos a mulher reatou com o companheiro e nas queixas há manifestações de considerar normal os episódios de violência ou acreditar que não irá mais acontecer. Conseqüentemente nestes casos não foi dado continuidade à queixa e também não foi relatada ameaça.

Nas queixas de estupro, uma mulher desconhece o autor da agressão e está grávida. Na outra, a mulher sofreu violência sexual pelo marido após o falecimento do filho, momento de vulnerabilidade e uso de medicamento. Neste caso, a mulher também

sofreu ameaça verbal de morte, caso saísse de casa. Ela deu continuidade à queixa com registro de boletim de ocorrência medida protetiva.

Nas queixas registradas nas Visitas Domiciliares os envolvidos são a vítima, o companheiro ou marido e os filhos. Em dois casos haviam denúncias anteriores, mas não houve prosseguimento.

QUADRO 16 - Queixas registradas na Visita domiciliar.

Nº	QUEIXA REGISTRADA	Teor da Queixa	Ameaça sofrida	Envolvidos	Dar continuidade à queixa	Houve denúncia anterior
Visita domiciliar						
176	Namoraram por um ano e meio. Em setembro terminaram porque ela descobriu que ele estava a traindo, retomaram o relacionamento há aproximadamente uma semana [e] terminaram novamente. Relata que [ele] é bastante ciumento, quando percebe que ela não está correspondendo. Relata que [ele] tem comportamento mais abusivo quando consome bebida alcoólica. No primeiro término ele ficava vigiando e rondando a casa dela. Agora ele não está indo atrás. Informada sobre os serviços do CRAM; CUIDADOS de segurança; MPU; ciclo da violência. Encaminhada para atendimento Psicológico.	Ciumento quando não correspondido. Comportamento abusivo quando ingere álcool. No primeiro término vigiava a casa.	Comportamento abusivo com uso de álcool.	Vítima e namorado.	Não se sabe.	Não se sabe.
241	Visualizou-se que não era viável o botão do pânico, pois a pessoa XY nos afirmou que reataria com o companheiro porque gosta dele (sic). Veio a este CRAM, foi encaminhada a agência do trabalhador, a Unicentro para acesso a uma possível vaga de emprego e ao CRAS para reativação do bolsa família. Tentativa de busca ativa presencial, não tinha ninguém em casa.	Reatou com o companheiro. Gosta dele.	Não se sabe.	Vítima e companheiro.	Não, reatou o relacionamento.	Sim, pois tinha o botão do pânico.
658	Tentativa de contato, sem êxito. Realizada visita domiciliar. Relatou que tem consulta no outro dia e aceitou ir até o CRAM após a consulta. Relatou que sofreu estupro de um desconhecido e ficou com vergonha de contar para família. Só revelou o fato porque passou mau [mal] no trabalho e precisou de atendimento médico, então descobriu que estava grávida. Informada sobre os serviços do CRAM; A importância de denunciar o fato e a possibilidade de realização de aborto, caso seja o desejo dela. Informou que	Estupro de desconhecido. Sentiu vergonha de contar. Passou mal no trabalho e descobriu a gravidez.	Estupro e informada sobre a possibilidade de aborto.	Vítima, desconhecido e avó.	Não se sabe.	Não se sabe.

	conversou com a avó de que a criança não tem culpa do que aconteceu. Do mesmo modo, informei que [a] decisão [era] dela e sobre procedimentos para [o] aborto.					
735	Realizada visita domiciliar, a pessoa XY relatou que estava trabalhando e ele foi buscar ela, ele estava embriagado e alterado. Disse que ele havia saído fazer umas entregas e a filha do casal estava na casa da mãe dela, e ele não gostou quando ela pediu para ele ir buscar a filha. Quando saíram do carro a filha bateu a porta sem querer e ele a agrediu. Ficou um dia na casa da mãe e depois voltou com ele, pois ele falou que não vai mais fazer [agressões]. Apresentamos nossos atendimentos, não teve interesse no momento.	Buscou no trabalho embriagado e alterado. Agrediu a filha porque bateu a porta do carro. Reatou o relacionamento. Disse que não vai mais acontecer.	Embriaguez e agressão a filha.	Vítima, filha, mãe da vítima e marido.	Não, reataram o relacionamento.	Não se sabe.
2741	Recebemos o encaminhamento do Projeto Jovens em Ação, relatando que a pessoa XY e suas filhas estariam sendo vítimas de violência doméstica. Em visita domiciliar realizada, conversamos com a pessoa XY que relatou que mora com os filhos, que está separada a 7 anos, mas que ele não para de incomodar e ir na casa dela. Conviveram juntos por 23 anos, e que durante esse tempo sempre sofreu violência, ele não a deixava sair de casa, ameaçava de morte, relatou que quando perdeu seu filho, estava em um momento fragilizada [de fragilidade] e dopada de remédios, ele a estuprou achando que no outro dia ela não fosse lembrar, a partir desse dia ela quis que ele se afastasse dela. Ela fazia tratamento no CAPS para depressão, mas parou. Quer voltar aos atendimentos. Agendamos para ir na delegacia registrar B.O e MPU. Encaminhar para atendimento jurídico e psicológico.	Separada há 7 anos. Não para de ir na casa incomodar. Sempre sofreu violência. Foi estuprada após perder seu filho e estar fragilizada. Possui depressão.	Ameaça de morte.	Vítima, filhas e ex-marido.	Sim, encaminhamento para realizar boletim de ocorrência e medida protetiva.	Não denunciou.
2764	Compareceram ao CRAM a pessoa XY (amigo) a pessoa XY (amiga), os quais vieram fazer uma denúncia de que a amiga pessoa XY estaria sofrendo violência de seu marido. A pessoa XY (amigo) relatou que algum [há] tempo a pessoa XY (vítima) vem pedindo socorro por gestos e acontecimentos, não explícitos. Relatou o último episódio, ela pediu para o amigo levar ela [leva-la] tirar sangue, ele buscou ela [a buscou], e no	Pede ajuda por gestos e acontecimentos. Amigos fizeram inicialmente a queixa.	Picos de agressão por ser depressivo.	Amigos, vítima, marido, ex-mulher.	Não deseja, mantém o relacionamento e acha normal.	Não se sabe.

	meio do caminho [ela] pediu para voltar, pois o marido estaria mandando mensagens falando para ela voltar pra [para] casa. Quando ele a deixou em casa o marido pegou o celular dela e mandou uma mensagem para a pessoa XY (amigo) falando "Cuide da sua vida". A pessoa XY (amigo) percebeu que as coisas estão conturbadas no relacionamento dos dois. Realizamos visita no local que a pessoa XY (vítima) trabalha, em conversa com ela, de primeiro [no] momento não relatou nenhum tipo de violência, disse somente que ele sofre de depressão e toma remédios controlados, diz que quando ele tem os picos de depressão tem alguns comportamentos agressivos, mas que para ela é normal. Contou também que a ex-mulher dele ajuda ela a entender e enfrentar tudo que passa. Não quis dar mais detalhes. Aceitou atendimento psicológico.	Não reconhece a violência. Fala que é normal. Marido depressivo. Picos de agressão. Não deu mais detalhes.				
3417	<p>Chegou a solicitar medida protetiva, mas [disse] está [estar] tudo tranquilo.</p> <p>A senhora vive com seu companheiro há 21 anos, nunca sofreu violações por parte de seu esposo (sic), tem uma prole de três crianças e está grávida. Dos serviços desejou atendimento psicológico e encaminhamento para atualização do Bolsa família.</p>	<p>Solicitou medida protetiva e reatou.</p> <p>Disse que nunca sofreu violência. Possui três filhos e está grávida.</p>	Solicitou medida protetiva e depois disse que estava tranquilo.	Vítima e companheiro.	Não, relatou estar tranquilo.	Chegou a solicitar medida protetiva.
4532	Em busca ativa presencial realizada, conversamos com a pessoa XY, a qual falou que está se separando da pessoa XY, conviveram por 22 anos. Agora ela está procurando outra casa para ir morar e ele vai ficar na casa onde estão. Contou que sempre sofre violência psicológica, que ele a xinga muito. Não deu muitos detalhes. Não teve interesse nos atendimentos do CRAM por enquanto.	<p>Está procurando uma casa. Sempre sofre violência psicológica. Xinga muito. Não deu detalhes.</p> <p>Não teve interesse nos atendimentos do CRAM.</p>	Violência psicológica. Xinga muito.	Vítima e marido.	Não se sabe.	Não se sabe.

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados documentais (2023).

O Encaminhamento para a Rede caracteriza-se pelo recebimento de queixas pelo CRAM, mas a demanda é de competência do centro, por exemplo, queixa de violência contra criança. Desta forma, a equipe do CRAM realiza o encaminhamento para o órgão da rede que prestará atendimento.

Aparecem nas queixas encaminhamentos para o CAPS, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Delegacia e NUMAPE. Isso porque, as solicitações de apoio identificadas envolvem atendimento psicológico ou ação judicial, conforme Quadro 17.

Em duas queixas foi possível perceber que a violência sofrida era sexual contra a filha. Sendo que em um dos casos a mãe não acreditou e culpou a filha pela prisão do companheiro. No outro caso, houve suspeita de violência sexual contra a filha realizada pelo ex-companheiro e violência física contra a mulher. Nos dois casos outros familiares estão envolvidos, como sobrinha e primo.

Nas queixas duas queixas de violência sexual, a denúncia teve continuidade com boletim de ocorrência e medida protetiva. Nas demais, não se sabe sobre a continuidade da queixa e nem se houve denuncia anterior.

QUADRO 17 - Queixas registadas no Encaminhamento para a Rede.

Nº	QUEIXA REGISTRADA	Teor da Queixa	Ameaça sofrida	Envolvidos	Dar continuidade à queixa	Houve denúncia anterior
Encaminhamento para a rede						
157	Enviado memorando para o CAPS-II	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
478	Encaminhada para NUMAPE	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
1373	Realizado contato telefônico com a usuária. Informou que o ex-companheiro não entrou mais em contato e permanece na cidade em que estava morando. Diz que falou com [para] a irmã dele que havia ido na delegacia, acredita ter sido esse o motivo que cessou o comportamento [agressivo]. Disponibilizados os serviços do CRAM caso necessitasse. Dada a condição de menor de idade, a adolescente foi referenciada ao	ex-companheiro não entrou mais em contato. Contou para a irmão do ex-companheiro que foi na delegacia. Agressões cessaram. Foi encaminhada para o CREAS por ser menor.	Não se sabe.	Vítima, ex-companheiro, irmã do ex-companheiro.	Foi a delegacia.	Não se sabe.

	CREAS.					
1662	A pessoa XY procurou este CRAM para relatar que sofreu violência novamente por parte de seu ex-companheiro a pessoa XY, no sábado. Informou ainda que está percebendo manchas roxas em sua filha e que [ela] também apresentou vermelhidão na vagina. Foi orientada como proceder e encaminhada para o CREAS e Conselho Tutelar. A pessoa XY não queria que envolvesse o [envolvimento do] Conselho, pois conforme relato o Conselho entregou seu filho de X dias para os cuidados de uma pessoa da família. Também foi agendado um horário para a pessoa XY realizar um Boletim de Ocorrência contra a pessoa XY (ex-companheiro).	Sofreu novamente violência. Percebeu marcas roxas na filha e vermelhidão na vagina. Pediu para não envolver o conselho tutelar porque perdeu a guarda do filho. Foi encaminhada para o CREAS.	Novas violências. Suspeita de violência física e sexual contra a filha.	Vítima, ex-companheiro, filha, filho e sobrinha.	Encaminhada para boletim de ocorrência e medida protetiva.	Não se sabe.
3067	Foi realizado contato telefônico com o CAPS para verificar a situação atual da pessoa XY, foi repassado que as informações requeridas precisariam ser solicitadas pelo sistema da prefeitura. Foi enviado pelo sistema "atende.net" o memorando, que consta o relatório psicológico em conjunto com a solicitação da [de] contrarreferência.	Solicitação de informação ao CAPS. Verificar a situação psicológica da vítima.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
3232	No dia X do mês X foi trabalhar e quando voltou seu esposo estava sendo preso por [ser acusado de] abuso da filha mais velha, no decorrer do tempo ela foi mudando as versões, o que gerou uma desconfiança muito grande. Ela tem medo de [dele] estar preso injustamente. A filha passou a mentir muito. O exame constou [constatou] que a filha não era mais virgem, a [há] tempos e ela contou que havia [tinha] tirado a virgindade sozinha. Pegaram o celular da filha e tinham [viram] bastante coisas ruins que ela estava vendo [assistindo]. O primeiro relato foi de que ele tinha tido uma relação sexual com ela, depois mudou	Esposo preso por abusar da filha mais velha. Tem medo da prisão ser injusta. Filha mente. Exame não era mais virgem. Virgindade com um objeto. Relação sexual e depois mudou para passar a mão. Negou a violência sofrida pela filha. Filha culpava o marido. Pai levou no hospital. Imagem ruim da mãe para os	Violência sexual contra a filha.	Filha, mãe, marido da mãe, prima e pai da filha.	Não se sabe.	Não se sabe.

	a versão[...] Ela está com 13 anos. Disse que a filha culpava ele [o culpava] pela mudança, comida, horários, roupas, etc. Sobre os abusos ela não contou pra [para a] mãe[...]. Chamaram o pai e ele a levou pro [para o] Hospital e quando ela chegou do trabalho chegou junto com a polícia [a polícia chegou junto]. [...] A parente fez uma imagem ruim da mãe para os outros. A filha está sendo acompanhada pelo CREAS. Encaminhar para CRAS	outros. Encaminhada para o CRAS.				
3771	Realizado cadastro botão do pânico "amago" e criado e-mail. Em contato com o CRAS para benefício a assistente social relatou que realizou a atualização do CADUNICO, ficou de retornar e não voltou. Foi orientada a retornar ao CRAS.	Violência física. Encaminhada para o CRAS para benefício.	Violência física.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
4649	Deseja atendimento psicológico. Encaminhamento para realização de exame preventivo e quer voltar a estudar. Cadastro no programa habitacional. Deseja atendimento psicológico para os filhos. Encaminhar para o CRAS para cesta básica, pois está sem trabalhar e ele não está deixando ela ir trabalhar. Encaminhar para Agencia do trabalhador.	Solicitou trabalho. Não deixa trabalhar.	Vítima, filhos e marido.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados documentais (2023).

A Casa Abrigo é uma intervenção de proteção da mulher com risco de vida e caso tenha filhos eles também são abrigados. Como as mulheres abrigadas já tiveram suas queixas relatadas em atendimento anterior pelo CRAM e devido ao sigilo da Casa abrigo, as informações nesta intervenção são sobre os atendimentos realizados no abrigamento para verificar a situação da mulher, conforme Quadro 18.

Em duas queixas foi possível perceber o desejo da mulher em sair do abrigo devido ao comportamento do filho, em um deles a criança deixou de ir ao banheiro e a mãe relata sentir-se culpada. No outro, o filho apresenta agitação e chama pelo pai.

Em um caso é possível perceber que uma das violências sofridas pela mulher era sexual, pois relata que perdeu a vaidade como uma tentativa do marido não ter desejo sexual.

Nas demais queixas não se saber o teor, embora seja requisito da intervenção Casa abrigo a ameaça com risco de vida. Os envolvidos são a mulher, o marido e os filhos. Não se sabe sobre a continuidade da queixa e nem se houve denuncia anterior.

QUADRO 18 - Queixas registadas na Casa Abrigo.

Nº	QUEIXA REGISTRADA	Teor da Queixa	Ameaç a sofrida	Envolvi dos	Dar continu idade à queixa	Houve denúnci a anterior
Casa abrigo						
3207	Atendimento psicológico realizado na casa abrigo.	Não se sabe.	Risco de vida.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
3507	Foi realizado o Atendimento psicológico da pessoa XY na casa abrigo.	Não se sabe.	Risco de vida.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
3748	Atendimento com a pessoa XY realizada na casa abrigo, com intuito de verificar como ela estava após a entrevista com PPCAM. E trabalhar sobre o processo de saída do abrigamento.	Não se sabe.	Risco de vida.	Vítima e filhos.	Não se sabe.	Não se sabe.
3750	Atendimento realizado na casa abrigo. Preparação para o desabrigamento.	Não se sabe.	Risco de vida.	Não se sabe.	Não se sabe.	Não se sabe.
3880	Atendimento com a pessoa XY realizado na casa abrigo, com intuito de trabalhar sobre o processo de saída do abrigamento. Obs: Não era o intuito, devido ela estar sendo atendida pelo CREAS, mas em atendimento ela abriu [contou] sobre as violências que o genitor realizava.	Violências realizadas pelo genitor relatadas durante atendimento no CREAS.	Não se sabe.	Vítima filha e genitor.	Não se sabe.	Não se sabe.
4177	Atendimento realizado em casa abrigo, a pessoa XY afirma estar bem e explica que tem conseguido realizar as atividades propostas da [na] casa. Em relação as [às] crianças, a usuária relatou sobre notificações que recebeu da creche em relação a pessoa XY (filho), as reclamações são decorrentes do comportamento da criança com os colegas e também por não estar indo ao banheiro na instituição, deixando de realizar suas necessidades básicas, ou até mesmo fazendo xixi nas calças. A pessoa XY relata se sentir culpada, pois por muito tempo precisou	Agressão ao filho. Notificação da creche sobre o filho não ir ao banheiro e comportamento com os colegas. Por muito tempo deixou de lado os cuidados com os filhos. Sente-se	Agressão física. Risco de vida	Vítima. Filhos. Ex-companheiro.	Não se sabe	Não se sabe.

	deixar de lado os cuidados de pessoa XY (filho) para poder dar conta dos outros filhos e [de] seu ex-companheiro, [que] agredia com frequência as crianças.	culpada.				
63	Trabalho voltado aos diversos papéis da mulher, a pessoa XY traz frequentemente o discurso de que perdeu a vaidade e acredita que isso aconteceu, pois não queria que seu ex-companheiro tivesse desejos por ela, afirma que isso foi uma forma de afastá-lo. Afirma ter dificuldades em se olhar no espelho por não se sentir bonita, a usuária explica que deixou de se cuidar pois não queria que seu ex-companheiro sentisse desejo em manter relações com ela, com o tempo isso ficou cada vez mais frequente e a pessoa XY explica que não utiliza maquiagem a [há] mais de 2 anos. Sugerido para a próxima intervenção a realização de um momento descontraído contando com o auxílio de uma maquiadora.	Perdeu a vaidade. Não queria que seu ex-companheiro tivesse desejo por ela como forma de afastá-lo. Dificuldade em se olhar no espelho. Não se sente bonita.	Violência sexual.	Vítima e ex-companheiro.	Não se sabe.	Não se sabe.
211	Atendimento realizado na casa abrigo, para verificar [a] situação da pessoa XY. A usuária relatou que no dia anterior cogitou retornar para casa, pois seu filho mais velho estava chamando constantemente pelo pai, bem como, apresentando comportamentos de raiva e agitação. A pessoa XY explica que tem medo de corrigir o filho e que os outros venham a ter pensamentos negativos sobre ela, e que esse papel de correção sempre foi invalidado pelo seu ex-companheiro, que lhe tirava a autoridade sobre seu filho. Foi explicado a usuária sobre a necessidade de regras do [no] local, afirmando também ser um local de apoio. A pessoa XY questionou se haviam [tinham] avisado seu irmão que [sobre] ela e as crianças estão [estarem] bem, e que atualmente essa seria a sua única preocupação, pois tem medo que ele tente se vingar do ex-companheiro.	Cogitou sair do abrigo porque o filho mais velho estava chamando pelo pai. Comportamentos de raiva e agitação do filho. Sente medo de corrigir os filhos porque o marido desautorizava. Tem medo que o irmão tente se vingar do marido.	Risco de vida.	Vítima. Filhos. Marido. Irmão da vítima.	Não se sabe.	Não se sabe.

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados documentais (2023).

O Acompanhamento junto a Rede de Enfrentamento caracteriza-se quando a equipe do CRAM acompanha a mulher até o atendimento em outro órgão da rede. Nas queixas registradas, verifica-se que 6 (seis) casos foram de acompanhamento para registro de boletim de ocorrência e/ou medida protetiva. Uma queixa possui apenas a informação, que o caso foi discutido com o CRAM, CREAS e CAPS, conforme Quadro 19.

O caso com mais informações foi um acompanhamento em albergue por meio de telefone. O CRAM recebeu a informação da assistente social sobre uma mulher no albergue com relatos de violência psicológica e controle de dinheiro pelo marido, na queixa disse que só precisava descansar e solicitou ficar dois dias no albergue.

Os envolvidos no Acompanhamento junto à Rede são as vítimas e os maridos ou ex-maridos, e não se sabe sobre as denúncias anteriores.

QUADRO 19 – Queixas no Acompanhamento junto à Rede de Enfrentamento.

Nº	QUEIXA REGISTRADA	Teor da Queixa	Ameaça sofrida	Envolvidos	Dar continuidade à queixa	Houve denúncia anterior
Acompanhamento junto à Rede de Enfrentamento						
1266	Acompanhamento até a delegacia para registrar BO e requisitar MPU em desfavor do companheiro.	Acompanhamento para registro de boletim de ocorrência e medida protetiva.	Não se sabe.	Vítima e companheiro.	Registro de boletim de ocorrência e medida protetiva.	Não se sabe.
1397	A pessoa XY entrou em contato relatando que já saiu o divórcio, mas o ex-marido fica lhe [a fica] incomodando o tempo todo, proferindo ofensas, falando mal dela para outras pessoas e para seu pai, que não fala há anos. Foi acompanhada para o registro de Boletim de Ocorrência por injúria.	Ofensas. Fala mal para outras pessoas e para o seu pai.	Injúria.	Vítima, ex-marido e pai.	Registro de boletim de ocorrência por injúria.	Não se sabe.
1702	Acompanhamento em delegacia para registro de BO - possível abuso sexual do genitor da pessoa XY em relação ao filho.	Suspeita de abuso sexual do filho.	Abuso sexual do filho.	Mãe, filho e pai da mãe.	Registro de boletim de ocorrência.	Não se sabe.
2414	A pessoa XY da polícia solicita para o CRAM ir até a delegacia, pois ela está com uma mulher lá que tem o interesse em representar o B.O. contra a mãe de 77 anos, mas, por seu discurso estar desorganizado e ela estar falando sozinha, pediu para assistente social ir até lá, pois acredita que é uma demanda social. A advogada e assistente social	Interesse em representar a mãe. Discurso desorganizado.	Não se sabe.	Filha e mãe.	Não se sabe.	Não se sabe.

	foram até a 14º SDP para buscá-la.					
2647	A assistente social pessoa XY do Albergue entrou em contato e relatou que a pessoa XY chegou no albergue em situação de violência psicológica praticada pelo marido. A pessoa XY tem boa condição financeira, porém o marido tem controlado seu dinheiro. Diz que queria um lugar para descansar, solicitou [pediu] para ficar 2 dias no albergue. No período da tarde a psicóloga pessoa XY foi até o albergue e realizou atendimento.	Violência psicológica. Pediu para descansar no albergue. Marido controla o dinheiro.	Violência psicológica . Controle de dinheiro.	Vítima e marido.	Não se sabe.	Não se sabe.
3233	A pessoa XY deseja ingressar com Ação de Divórcio e Partilha de bens. Ambos residiam em uma casa que se localiza no terreno do irmão dela, primeira residência do casal era de madeira, e foi construída no primeiro ano de casados com o dinheiro da usuária, proveniente de uma herança que seu avô havia deixado. Após 05 anos, a casa de madeira foi desmontada e reutilizada para a construção da casa de alvenaria, sendo que os pais de seu marido contribuíram com o valor de R\$ xxxx reais para o término da obra. Estão separados de fato há 07 dias, sem chance de reconciliação, e a pessoa XY fica ameaçando, dizendo que ela é obrigada a “pagar a parte dele à vista”, caso contrário, ela terá problemas. Diante de tais fatos, foi registrado BO e requisitado MPU. Encaminhada ao NUMAPE.	Deseja ação de divórcio e partilha de bens.	Ameaça verbal de morte para pagar a parte da partilha de bens à vista ou terá problemas.	Vítima e ex-marido.	Boletim de ocorrência e medida protetiva.	Não se sabe.
3821	Acompanhamento até a 14ª SDP para registrar B.O, não quis registrar a MPU por enquanto pois não achou.	Acompanhamento para registrar boletim de ocorrência e medida protetiva.	Não se sabe.	Vítima e companheiro.	Não quis registrar boletim de ocorrência e medida protetiva.	Não se sabe.
4539	Realizada discussão de caso com a Rede de Atendimentos (CRAM, CREAS e CAPS). Agendada para amanhã reunião intersetorial e com familiares da pessoa XY para proposição de plano de intervenção.	Discussão de caso com a rede.	Não se sabe.	CRAM, CREAS, CAPS II, família e	Não se sabe.	Não se sabe.

				vítima.		
--	--	--	--	---------	--	--

FONTE: elaborado pelas autoras com base nos dados documentais (2023).

Sobre as queixas - o que permanece constante:

Nas queixas relatadas junto ao CRAM apareceram somente episódios de violência no âmbito familiar, não se constatou violência doméstica em ambiente de trabalho. Isso não significa, que elas não ocorrem, apenas não são relatadas ao CRAM.

Os envolvidos nas queixas são a mulher e o marido/companheiro ou ex-marido/ex-companheiro. Os familiares como mãe da mulher, sogra ou irmã também aparecem nos relatos como apoiadores da manutenção da família e apoio ao homem/marido. Evidencia-se um convívio com a violência, como se ela fizesse parte do relacionamento. Por outro lado, não aparecem nas queixas o envolvimento o pai da mulher e nem o sogro. Isso, pode sinalizar a crença de ser responsabilidade da mulher zelar e cuidar da família.

Nas queixas registradas na modalidade de busca ativa, a violência sofrida pela mulher foi percebida por pessoas não integrantes da família, a denúncia foi realizada por um terceiro. Nesses casos, verificou-se como uma constante as violências palpáveis e notáveis, como física e ameaças com risco de vida ou tentativas de feminicídio, normalmente com a utilização de instrumentos como faca, fogo na casa, arma de fogo, pedra, machado e corda.

No diagnóstico inicial, como a procura pelos atendimentos do CRAM é voluntária, notou-se, que as queixas possuem aspectos materiais nos enredos de discussão, como por exemplo, violência motivada por diferença salarial entre o casal, devido a mulher possuir uma renda superior à do marido. Nestes relatos, as ameaças subjetivas, verbalizadas e psicológicas.

Percebe-se que os episódios de violência envolvem tentativas de separação do marido ou insistência dele na manutenção do relacionamento, bem como, parece ser constante nas queixas o exercício de controle e domínio do homem sobre a mulher, como monitoramento do celular, das roupas, lugares frequentados e restrição do convívio com familiares. O uso de bebida alcoólica é frequente relatado nas queixas e não indica ser o motivo desencadeador da violência, mas um fator agravante. Pois, os

episódios de violências acontecem com ou sem uso de álcool, nos casos de ingestão a violência física é acentuada e nos momentos sem a bebida a violência psicológica prevalece.

A violência também parece agravar durante a gestação da mulher ou após o nascimento dos filhos, momento que a atenção da mulher passa a ser dividida com os filhos, provocando no marido um sentimento de não exclusividade e ciúmes. As ameaças com risco de morte não se estendem aos filhos, eles aparecem em situações de violência física e psicológica, isto é, os filhos são utilizados pelo marido ou companheiro em contextos de chantagens relacionadas a guarda ou tortura, por exemplo, deixar o filho passar fome.

Nos casos de suspeita de abuso sexual praticado pelo padrasto, parece existir uma dificuldade da mulher em reconhecer a violência sofrida por sua filha, nas queixas as mulheres relatam acreditar ser uma vingança da filha em relação ao companheiro da mãe. Emana também dos relatos manifestações de apoio ao companheiro e culpabilidade da filha.

As medidas protetivas e boletins de ocorrência revelam ser estratégias para que a violência diminua ou cesse no momento da denúncia. Não se verificou nas queixas desejos de prisão do marido, ex-marido, companheiro ou ex-companheiro. As manifestações de apoio possuem relação com pedidos de condições para enfrentar a violência, a exemplo do atendimento psicológico.

No cotidiano, notou-se como estratégias para que os episódios de violências não aconteçam ou diminuam condutas como não sair de casa, não conversar com outras pessoas e não fazer o que o marido desaprova. Não se verificou estratégias relacionadas a pedido de ajuda para um vizinho ou fora do âmbito familiar. Nos casos que o casal possui filhos, a mulher em algumas situações tenta sensibilizar o marido utilizando-se do filho como proteção ou escudo para evitar agressões físicas. Por outro lado, o filho é utilizado pelo homem nas práticas de violência psicológica contra a mãe.

Aspectos diferenciados ou destacados, nas queixas:

Pode-se observar, que a violência sexual e o estupro não são relatados nas queixas logo após acontecerem, essas violências aparecem como episódios pretéritos e

não o tipo de violência ensejadora das queixas. As violências, que mais aparecem como estopim é a ameaça de morte, sentimento de medo e desproteção aos filhos. A manifestação tardia da violência sexual pode ter relação com o sentimento de culpa da vítima, a qual sente-se responsável pela violência sofrida como consequência da perpetração da desigualdade entre homens e mulheres.

Em episódios de violência motivados pela tentativa da mulher em romper com o casamento, aparecem nas queixas ameaças de suicídio pelo marido, como chantagens para que a mulher mantenha o relacionamento. Nestas situações, também se notou o sentimento de culpa da mulher e a dúvida sobre estar ou não sofrendo violência.

Sobre à Continuidade (ou não) das denúncias.

A manifestação inequívoca em relação ao desejo de continuar com a denúncia foi verificada em poucas queixas. A ausência do relato sobre o prosseguimento da denúncia, cujo prevalece nas queixas, parece indicar dúvida sobre a continuidade do relacionamento e manutenção da família.

Embora em algumas queixas tenha ocorrido o registro de boletim de ocorrência e medida protetiva, nestas queixas também há indícios de tentativa da preservação do casamento ou informações sobre ter reatado o relacionamento. Inclusive, nas situações de abrigo, risco de vida, percebeu-se nas queixas a uma preocupação da mulher em sair do abrigo devido ao filho sentir falta do pai. O que sinaliza a presença de valores familiares e uma possível reconciliação com o marido.

A judicialização ou orientação jurídica revelou-se como uma busca pelo direito dos filhos, uma preocupação material relacionada ao sustento dos filhos, a exemplo da pensão alimentícia. Verificou-se poucos relatos e procura dos direitos acerca da violência sofrida. Nos casos onde não aparece a figura dos filhos, as queixas se resumem em pedidos de apoio psicológico ou desabafos, as vezes informações sobre partilha de bens.

O que nos parece indicar os relatos e as denúncias:

As queixas parecem dizer que é preciso pensar em formas de apoio às mulheres vítimas de violência e esse apoio não possui relação com uma punição criminal ou aplicação da Lei Maria da Penha. As queixas das mulheres possuem relatos de vivências desumanas, violências que descortinam suicídio, a depressão, a falta de memória, síndrome do pânico e outras doenças psicossomáticas.

Percebe-se, uma tentativa das mulheres em suportar a falta de dignidade humana fruto da violência sofrida em prol da manutenção da família. Uma família mantida sob um custo cruel. Parece, que quando a mulher encontra meios ou possibilidades de manter à subsistência dos filhos, como pensão alimentícia, o rompimento do casamento mostra-se como uma ruptura da violência. Entretanto, quando não há possibilidades de bem estar dos filhos ou não há filhos, verifica-se indício de manutenção da família em episódios de graves de violência ou de risco de vida a mulher.

O pedido de apoio ou atendimento psicológico parece estar presente nas queixas como uma ajuda para suportar a violência sofrida e não necessariamente romper com a violência ou com a família. Os relatos das queixas são fortes, causam ansia apenas de ler, porém, mais forte que as queixas são as mulheres, que sobrevivem a essas barbáries em prol da família. Algumas narrativas demonstram a crença na mudança de comportamento do marido, contextos de denúncias anteriores onde a violência física diminuiu e a violência psicológica aumentou.

Notou-se também uma desacreditar da lei e nas consequências criminais como forma de combater a violência, o não perceber uma vida sem a violência desencadeia o sentimento de vida sem futuro, viver em situação de violência passa a fazer parte da família.

Deste modo, a realidade é sempre mais complexa do que parece e abrir espaços para diferentes diálogos e perspectivas teóricas sobre um mesmo fenômeno pode ser um caminho para a compreensão da repercussão da violência, que pode começar pelo estranhamento daquilo que se acredita ser comum.

5. DINÂMICAS PSICOSSOCIAIS E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA: ALGUMAS REFLEXÕES

A - Violência como um fenômeno antigo e sua (in) visibilidade

O fenômeno da violência infelizmente não é um fenômeno novo.

Na atualidade a diferença é que temos o fato de que há ao menos mais conhecimentos e informações a respeito desse assunto.

Hoje já na terceira década do século XXI é sabido lastimavelmente que milhões de mulheres são afetadas por variadas formas e nuances da violência, que é vivida no cotidiano no seu ambiente doméstico e em situações muito próximas a si mesma.

Essa visibilidade destaque tem acontecido por meio também da realização de vários estudos e pesquisas dirigidos a esse fenômeno. A partir da promulgação da Constituição de 1988, no Brasil, pode-se dizer que a defesa dos direitos humanos passou a ser uma ênfase diária para que sua garantia acontecesse como direito fundamental do cidadão brasileiro. Entre esses direitos encontram-se o direito à vida e à dignidade, assim como a luta contra a violência contra a mulher. Este passou também a ser o foco de inúmeros programas de políticas públicas, comprometidos com o atendimento das vítimas da violência.

No âmbito dos estudos realizados nessas últimas décadas, tendo como foco a problemática da violência e especificamente a violência contra a mulher, pode-se dizer que essa temática teve como base teórica os pressupostos oriundos da intersecção de pelo menos dois campos disciplinares. Em outras palavras, os estudos têm sempre apontado não só a especificidade daquele campo disciplinar central, como têm estabelecido parcerias com outros campos teóricos. Normalmente a área da educação, assim como da psicologia, tem aparecido como interlocutoras no diálogo com outros, como por exemplo com o direito, o campo da segurança pública, o das formações e capacitações técnicas específicas, para a preparação de profissionais para atuarem na vida social concreta.

Este é o caso e a proposta da presente pesquisa de doutorado, que pretendeu que alguns dos seus achados pudessem ter alguma contribuição, no mínimo, como um

meio de dar visibilidade ao grito contido nas queixas das mulheres. Pretende-se, também, que alguma repercussão possa ter para a vida concreta das mulheres que têm sido alvo e vítima de diferentes formas de violência. Quaisquer que sejam essas formas, são injustificáveis e imperdoáveis.

B – O QUE AS MULHERES ESTÃO A NOS DIZER: Quais informações emergiram das queixas, registradas nas planilhas-relatório do CRAM.

A discussão entre a vítima e seu agressor aparece como elemento central nas queixas das mulheres, que foram registradas no CRAM pelos profissionais que fizeram os mais variados atendimentos.

Os aspectos relativos a alguma **situação familiar ou episódio conflitivo**, assim como a algum **aspecto de caráter material** que estavam presentes nessa discussão referem-se a uma variedade significativa de dimensões que podem ser agrupadas de acordo com algumas características.

Entre essas características podemos encontrar um conjunto de situações relacionadas à interação conflituosa entre a mulher e seu marido ou companheiro. Como exemplo encontramos a não aceitação para o pedido de separação da mulher, a existência de algum relacionamento com outra pessoa quando estiveram separados por algum período, e a descoberta da traição do marido.

A existência da ingestão de álcool e drogas que agravam a agressividade dos comportamentos e das interações também foi outro elemento que apareceu com significância. O fato da renda da mulher ser maior que a do marido, e desta estar cansada em garantir o sustento da casa, aparecem como outro elemento significativo. A insistência na permanência do relacionamento, seja por parte do marido\companheiro, seja por parte de alguma pessoa da família, associado aos controles do comportamento da mulher e ao fato desta situação constituir-se em aspectos abusivos de humilhação e insultos, também se constituem em fortes relatos nas queixas das mulheres.

A apreciação dos relatos presentes nas queixas registradas no CRAM, permitiu identificar várias situações de medo, incertezas e inseguranças que as mulheres estavam (estão) vivendo em seu cotidiano. Estes aspectos podem ser observados no quadro a seguir.

QUADRO 20 - Aspectos presentes nas queixas relativas à situação familiar e/ou aspecto material presente na discussão.

Situação familiar e/ou aspecto material presente na discussão
<p>Marido não aceita a separação. Ter se relacionado com outra pessoa quando estavam separados. Descoberta de traição do marido e não admite que ela saiba.</p> <p>Discussão quando ingere álcool e droga; e comportamento agressivo. Ela não aguenta mais sustentar a casa sozinha. Renda superior à do marido. Insistência no relacionamento.</p> <p>Família do companheiro arma as brigas. Agressão psicológica pelos irmãos. Mãe obriga-a permanecer no relacionamento.</p> <p>Controle do comportamento. Relacionamento abusivo, humilhações e insultos.</p>

FONTE: elaborado pelas pesquisadoras com base na pesquisa documental (2023).

A apreciação dos relatos presentes nas queixas registradas no CRAM, permitiu identificar várias situações de medo, incertezas e inseguranças que as mulheres estavam (estão) vivendo em seu cotidiano.

A intensidade desses medos aparece claramente nos receios que as mulheres têm de serem agredidas fisicamente, com emprego dos mais diversificados meios como facas, armas de fogo, objetos pontiagudos e até mesmo portas de guarda-roupa. Relatam também um medo quanto a essas agressões físicas culminarem com a morte seja delas ou de seus filhos ou parentes mais próximos. Esse receio não é infundado, visto que é possível perceber a ocorrência de episódios anteriores de concretização da agressão física. Esta, por sua vez, adquire também, nos relatos das mulheres, a possibilidade e existência de uma agressão física sexual dirigida e concretizada diretamente a ela e/ou a seus parentes próximos.

Outros medos e receios referem-se às agressões de âmbito psicológico seja no aspecto do esgotamento emocional como das humilhações vividas no dia a dia.

O detalhamento destes receios, incertezas e medos encontra-se apresentado no quadro a seguir.

QUADRO 21 - Incertezas, inseguranças e/ou medos presentes nas queixas realizadas.

Incertezas, inseguranças e/ou medos revelados na queixa	
Ficar sem a casa. Ameaça com faca e medo dele se matar. Medo de morrer a tiros. Perseguição e ameaça de morte.	Medo de procurar os direitos e morrer. Medo de sair da penitenciária e matá-la. Medo de ser acertada com uma pedra e perder o filho. Medo que a família do companheiro faça algo.
Perder a guarda da filha e morrer. Medo de ficar sozinha com o marido, torturas e insegurança em relação a partilha de bens. Acha que ela está traindo, ameaça de morte e sente medo da filha sobre agressão física. Medo de ser encontrada pelo ex-companheiro, medo de morrer, colocou fogo na casa e ameaçou com faca. Medo de sofrer violência física, mãe apoiar irmãos.	Intimidação. Não sabe se: sofre violência ou não tem paciência.
Sente medo de ser encontrada e foi ameaçada com a porta do guarda-roupa. Medo de perder os filhos. Medo de morrer devido o marido ser ex-policial. Sente medo da família do marido e não tem apoio da própria família. A mãe não acredita e culpa pela prisão do padrasto.	Não tem para onde ir e teme pela filha. Agressões físicas e teme pelo filho. Teme pela imagem profissional.
Medo das violências. Medo de morrer. Risco de vida. Medo de ficar sem os bens. Guarda da irmã.	
Medo de ser vigiada. Agressão física. Não sabe se faz aborto. Embriaguez.	Procura de casa. Ameaça de morte. Picos de depressão. Nega a violência e engravidou.
Medo de perder a guarda e envolver o conselho tutelar. Medo de ter a imagem ruim.	Medo da prisão ser injusta.
Medo pelos filhos.	Dificuldade em se olhar no espelho.

FONTE: elaborado pelas pesquisadoras com base na pesquisa documental (2023).

A sistematização e análise do relato das queixas apresentadas permitiu também identificar outras dimensões importantes, para uma compreensão a respeito da dinâmica psicossocial presente nessas situações de violência.

Entre essas dimensões destacamos aquelas relativas ao que se denominou de **apoio e desabafo gerados** pela queixa, as **razões para a continuidade** da queixa; as razões dadas pelas mulheres para a **descontinuidade da queixa**; e a percepção que elas têm a respeito da **força ou intensidade da violência** a partir da denúncia realizada.

Com relação ao que elas identificaram como apoio e, também, como possibilidade de desabafar, materializadas pela queixa feita, encontramos que o **sentido** dado ao apoio se concentrou no fato de poderem ter acolhimento e albergue para elas e para seus filhos, receberem apoio de parentes próximos, poderem contar sobre a violência sofrida, e obterem apoio de instâncias jurídicas para garantia de seus direitos materiais destinados aos filhos.

As **razões** principais apontadas para a **continuidade da queixa**, caso necessário, localizaram-se no fato de, por meio dela, conseguirem medidas protetivas e também favorecerem a partilha de bens.

Por sua vez, as razões apontadas para a **descontinuidade da queixa** localizaram-se em aspectos como sentimento de culpa, dúvidas sobre o procedimento adotado, maus tratos recebidos pelos policiais, e crença de que a violência não vai mais ocorrer.

Sobre a **violência** e o que acreditam que pode acontecer com elas **no futuro**, as mulheres distribuíram se entre considerar que ela não vai diminuir, ter receios de que o marido descubra, ter medo de perder a guarda dos filhos, e de não ser apoiada. O detalhamento desses aspectos encontra-se no quadro a seguir.

QUADRO 22 - Aspectos que estão sendo gerados pela denúncia quanto ao: apoio recebido e\ou sentido e possibilidade de desabafar; as razões para a continuidade e descontinuidade da queixa; e receios de que a violência piore ou aumente ou não.

O que a Denúncia está gerando quanto ao:
<i>Apoio e Desabafo quanto a:</i>
Ter abrigo em albergue. Apoio da irmã com casa e medida protetiva. Apoio dos filhos. Poder contar tudo; choro e tremor. Boletim de ocorrência e medida protetiva. Manteve o relacionamento. Realizar a partilha de bens. Desejo de separação. Lugar para ficar no albergue. Apoio porque a mãe não acredita. Pôde contar o que viveu. Apoio do CRAM com os serviços da rede. Apoio da mãe e prisão do marido. Apoio na audiência. Apoio para participar da audiência. Apoio em local seguro. Apoio para conseguir os bens. Orientações sobre a guarda. Apoio para sair da cidade. Apoio psicológico. Apoio da avó. Apoio dos amigos e ex-mulher do marido. Pôde contar sobre a violência sem detalhes. Atendimento psicológico e abrigo. Ajuda com a autoestima
<i>Razões para continuidade da queixa:</i>
Registro de boletim de ocorrência e medida protetiva. Partilha de bens Divisão de bens e pensão para os filhos. Interesse em medida protetiva.

<p><i>Vontade</i> de seguir com o processo. <i>Fez</i> boletim de ocorrência e medida protetiva.</p> <p>Cessou a violência. Registro de boletim de ocorrência e medida protetiva. Partilha de bens.</p>
<p><i>Razões para descontinuidade da queixa:</i></p>
<p>Medida protetiva inspirou continuar com a perseguição e descaso do judiciário sentimento de culpa, sente-se responsável pela violência. Vontade de morrer. Desacredita na lei. Não sente respaldo dos órgãos relacionados a proteção à criança. Maus tratos dos policiais, anorexia e bulimia. Reatou o relacionamento e acredita que não vai mais acontecer. Sentimento de culpa pelos filhos.</p>
<p><i>Sobre a “força” da violência:</i></p>
<p>Medo que a violência aumente Denúncia cessou a violência física, e aumentou a violência psicológica. Medo que não seja apoiada. Medo que o marido descubra. Receio de perder a guarda. Não acredita na violência sofrida pela filha.</p>

FONTE: elaborado pelas pesquisadoras com base na pesquisa documental (2023).

Foi possível identificar alguns aspectos que permitiram revelar algumas dimensões de futuro que podem se desenhar para a vida dessas mulheres vítimas de violência.

De maneira muito forte e marcante o relato de que consideram que não têm nenhum futuro apareceu de maneira significativa, em todas as modalidades de atendimento. Houve também queixas que permitiram identificar um futuro como tendo características psicossomáticas e perspectivas muito negativas, tais como: depressão, ansiedade, fobias a lugares públicos e cheios, pensamentos e tentativas suicidas, dúvidas a respeito da própria auto estima, receios quanto a imagem profissional, entre outros.

Outros aspectos relacionados a necessidade de acompanhamento psicológico e também jurídico depreendem-se das queixas. No quadro 23, a seguir, podem ser encontrados maiores detalhamentos.

QUADRO 23 - Que futuro parece se desenhar para a mulher vítima de violência.

Que futuro as vítimas da violência sentem\ acreditam ter	
Nenhum	
Ser incluída em programa habitacional.	Ter direito a atendimento jurídico.
Procura de emprego.	Problemas de memória e tentativa de suicídio.
Ficar sem renda e plano de segurança.	
Continuidade da violência e manutenção do relacionamento.	Atendimento psicológico.
Não tem o desejo de retornar para o relacionamento e ficar sem realizar partilha de bens.	
	Depressão, ansiedade e medo de lugares cheios.
Sofreu AVC.	Tentativa de suicídio.
Não tem para onde ir e tem medo de ser encontrada.	Chantagens em relação a filha e dinheiro.
Risco elevado de novas agressões.	Tentativa de recuperar a guarda do filho.
	Divórcio
Não reconhecimento da violência.	Desentendimento com a mãe.
Permanecer com o marido.	
Livre das agressões.	
Acompanhamento psiquiátrico, desenvolveu anorexia e bulimia.	
Divórcio e partilha de bens.	Morar em outra cidade.
Atendimento psicológico.	Manutenção do relacionamento.
Não realizar o aborto.	Nega a violência.
Manutenção do relacionamento e acredita que não vai mais acontecer.	Divórcio.
Nenhum.	
Acompanhamento do CREAS.	Desacreditar na filha e permanecer no relacionamento.
Recuperar a autoestima.	

FONTE: elaborado pelas pesquisadoras com base na pesquisa documental (2023).

C – Violência como problema de saúde pública e coletiva e redes de enfrentamento

Ao se falar nas formas de enfrentamento da violência contra a mulher aparecem algumas possibilidades de estratégias, caminhos ou meios para eliminar, conter ou resistir a esse fenômeno na vida concreta.

Entre essas possibilidades, atualmente, tem ganhado destaque a expressão redes de enfrentamento da violência. Essas redes são constituídas por variadas instituições e agentes que se cruzam, na prática concreta do enfrentamento da violência no dia a dia das pessoas.

Os serviços de atendimento e de tentativa de eliminação da violência, dentro dessas redes de enfrentamento, podem ser constituídos por três tipos de componentes. Entre eles temos: os órgãos federais, estaduais e municipais, assim como os formuladores de políticas públicas, as universidades, sejam públicas e/ou privadas, realizando e implementando programas e projetos com essa finalidade de enfrentamento da violência; e, por fim, os chamados programas e serviços de atendimento, de caráter público, para que sejam identificados e responsabilizados os agressores às vítimas da violência.

Há que se considerar, aqui também, o fato de que a temática da violência se insere, necessariamente, dentro de um debate a respeito de saúde pública e coletiva.

A dimensão de saúde pública aparece no fato de que várias dimensões da saúde são afetadas quando se trata do fenômeno da violência. E, por se tratar da violência contra a mulher, essas dimensões vão se estender aos diferentes componentes do núcleo familiar.

A dimensão de saúde coletiva aparece naqueles aspectos em que há uma parcela importante da população que é atingida, ao mesmo tempo em que a possibilidade de enfrentamento e resolução exige uma proposta de caráter coletivo e comunitário (FLORES OSORIO, 2014; FREITAS, 2014; GUZZO, MEZZALIRA, MOREIRA, 2014; DOMÍNICO *et al.* 2012).

D – Violência, educação e psicologia social comunitária: algumas relações

Não se pode compreender a violência contra a mulher sem uma aproximação e compreensão dos determinantes histórico-sociais da realidade concreta vivida, visando-se encontrar respostas aos desafios que as mulheres vivem em seu cotidiano. Assim, o fenômeno da violência não pode ser visto como um fenômeno isolado, devendo-se considerar as relações hierárquicas e de poder existentes entre as classes sociais, que se reproduzem no âmbito das relações diárias, familiares e comunitárias.

Para se pensar na possibilidade de serem construídos programas de ação comunitária, comprometidos com a defesa dos direitos humanos, parece-nos importante que haja uma compreensão histórica do que está por trás da fala das mulheres sobre a violência que sofrem juntamente com uma análise sobre como isso repercute em suas relações e visão de mundo. Também parece importante ter acesso a conhecimentos do

campo educacional, dentro de uma perspectiva de valorização das práticas coletivas que considerem a aprendizagem e saberes oriundos da realidade educacional vivida pelos diferentes grupos familiares e comunitários.

A expressão da violência assim como sua perpetuação e continuidade também tem aspectos pedagógicos, muitas vezes, de uma aprendizagem silenciosa que necessita ser analisada de modo crítico para que possa ser desconstruído. Isso poderia acontecer, em parte, ao se analisar os sutis mecanismos de dominação e exploração que surgem no cotidiano familiar e educacional, em que formas de hierarquia e poder podem, infelizmente, estar sendo vistos como algo “natural”.

Romper com esta naturalização, também, se torna uma tarefa de todos os profissionais. Ao fazer isto, pode-se contribuir para uma desnaturalização da desesperança, ou seja, a possibilidade de transformar esse cotidiano de tragédias e absurdos ligados à violência torna-se mais concreto.

Embora as mulheres, em suas queixas, relatem não vislumbrar quase nenhum futuro, o fato de se compreender a construção social e psicossocial dessa violência, no dia a dia das relações da mulher com seu marido\companheiro, pode ajudar a quebrar essa ideia de uma presença quase natural em suas relações. Talvez isto colabore para eliminar essa aviltante crença de que a mulher deveria garantir e “prover a união familiar a qualquer custo”, mesmo que isso possa significar ser vítima de todas as formas de violência.

As ações e programas de intervenção comunitária e educacional também devem assumir um compromisso ético e político, preservando a história vivida e construída pelas mulheres. Aos profissionais que trabalham com a violência, seja devido à complexidade do fenômeno, seja devido à dureza das situações em que a mulher é vítima, acredita-se ser importante uma formação continuada para que possam ter subsídios teóricos, institucionais e formativos para lidar com essa grave situação.

Assim, é necessário desvelar a realidade e compreender as complexas relações que constituem a violência, sob a pena que qualquer ação ou intervenção profissional possa ser inócua. A exemplo, da justiça, a qual edifica-se no lema de ser cega, imparcial e justa, mas o não ver, o não se aproximar faz com que as sentenças – aparentes soluções para os casos, sejam apenas uma decisão unilateral hierarquizada.

A prática social comunitária pressupõe a participação de todos que, de algum modo, compõem o contexto da violência. Mulheres, maridos ou companheiros, pais, filhos, educadores, juristas, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, médicos, policiais, pedagogos, família e a comunidade, juntos devem ter condições de repensar a estrutura hierarquizada e romper com o distanciamento entre a realidade e a prática.

Esta tese buscou ouvir as demandas que emergem das queixas e a partir delas fornecer condições para pensar planos de ação, compreendendo algumas situações nas quais a violência se produz, no espaço público e privado. Logo, as propostas de rompimento da violência precisam ter um caráter coletivo e comunitário, a disseminação do que se sabe sobre a violência contra a mulher precisa estar irrigada na educação básica, nas redes de enfrentamento na formação técnica ou universitária.

Assim, para compreensão do que acontece com as mulheres, vítimas de violência, os programas de ação e intervenção comunitária devem tornar pública a violência, um estreitamento entre o que acontece no âmbito doméstico e ser trabalhado como saúde pública, política pública, educação pública, e que permitam reflexões e ações coletivas.

As manifestações individuais percebidas nas queixas das mulheres trazem marcas também comunitárias. As contradições e os impedimentos de uma vivência sem violência são frutos das próprias contradições da vida em sociedade. Da mesma forma que a violência não surge no contexto particular ou privado, jamais poderá ser superada fora do espaço coletivo.

6. REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES FINAIS

Volto a escrever em primeira pessoa e não me atrevo a dizer que tenho considerações finais ou conclusões, pois desejo que esta tese seja somente o início de uma jornada. Ter realizado em conjunto com a minha orientadora uma pesquisa com documentos sensíveis e dolorosos, como as queixas, não me permite dizer que conclui.

Todavia, almejo que esta tese seja um subsídio para propostas de ação e intervenção comunitária, espero ter causado algum estranhamento capaz de provocar a construção de um processo participativo para o enfrentamento da violência contra a mulher, aqui também me incluo neste compromisso.

Como final de uma etapa de pesquisa precisamos - agora uma escrita em primeira pessoa do plural dado o trabalho foi em conjunto, responder a inquietação que direcionou o estudo. A seguinte indagação: Que dimensões psicossociais emergem das queixas de mulheres vítimas de violência feitas junto ao CRAM? Podemos dizer que as dimensões emergiram como gritos, o elemento central das discussões entre a mulher e o marido ou companheiro são referentes à alguma situação familiar ou episódio conflitivo, bem como, de cunho material, uma variedade significativa de dimensões que foram agrupadas de acordo com alguns aspectos ou características.

As incertezas, insegurança e\ou medos presentes nas queixas aparecem como medo, claramente nos receios que as mulheres têm de serem agredidas fisicamente, com emprego dos mais diversificados meios como facas, armas de fogo, objetos pontiagudos, pedra e até mesmo portas de guarda-roupa. Medo quanto as agressões físicas culminarem com a morte seja delas ou de seus filhos ou parentes mais próximos.

Destacamos as dimensões relativas ao que se denominou de apoio e desabafo gerados pela queixa, as razões para a continuidade da queixa; as razões dadas pelas mulheres para a descontinuidade da queixa; e a percepção que elas têm a respeito da força ou intensidade da violência a partir da denúncia realizada. Identificamos como apoio ou como possibilidade de desabafar, a materialização da queixa. Encontramos, que o sentido dado ao apoio centra-se no fato das mulheres poderem ter acolhimento e abrigo para elas e para seus filhos, receberem apoio de parentes próximos, poderem contar sobre a violência sofrida, e obterem apoio jurídico para a garantia dos direitos materiais destinados aos filhos, como pensão alimentícia.

As principais razões apontadas para a continuidade da queixa, caso necessário, localizaram-se no fato de, por meio dela, as mulheres conseguirem medidas protetivas e também favorecer a partilha de bens. Por sua vez, as razões apontadas para a descontinuidade da queixa localizaram-se em aspectos como sentimento de culpa, dúvidas sobre o procedimento adotado, maus tratos recebidos pelos policiais, e crença de que a violência não vai mais ocorrer.

Sobre a violência e o que acreditam que pode acontecer com elas no futuro, as mulheres distribuíram se entre considerar que ela não vai diminuir, ter receios de que o marido descubra, ter medo de perder a guarda dos filhos, e de não ser apoiada. Identificamos também, que para muitas mulheres não há nenhum futuro a se esperar,

como consequência a violência descortina suicídio, a depressão, a falta de memória, síndrome do pânico e outras doenças psicossomáticas.

A saúde pública, como uma dimensão, aparece no fato de que várias dimensões da saúde são afetadas quando se trata do fenômeno da violência, a qual é uma violação dos direitos humanos e por ser contra a mulher, estende-se aos núcleos familiares. Aliás, as queixas também mostraram que as mulheres vivem situações desumanas em prol da família.

Deste modo, o objetivo da pesquisa foi analisar os relatos de mulheres vítimas de violência doméstica, documentados nos atendimentos junto ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM). Buscamos levantar e analisar as queixas de mulheres sobre a violência sofrida e documentadas pelo CRAM. Para tanto, realizamos estudo sistêmico de pesquisas de teses e dissertações no período de 2006 a 2021 no catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram 52 trabalhos de teses e dissertações, os fatores identificados nestes estudos como responsáveis para que a violência ocorra estão relacionados às categorias construídas pelo compartilhamento de valores e cultura, como por exemplo a desigualdade de gênero e dominação masculina.

Para a consecução do objetivo, foi realizada uma pesquisa documental das queixas registradas nos atendimentos do CRAM, por meio da abordagem qualitativa e técnica de análise de conteúdo com categorias construídas *a priori* com base nas modalidades de atendimentos do CRAM. As queixas levantadas foram do período de 2016 a 2022, a análise recaiu nos relatos registrados no ano de 2021, foram 72 queixas estudadas em profundidade.

Como contribuição, esta tese buscou ouvir as demandas que emergem das queixas e a partir delas fornecer condições para pensar planos de ação, compreendendo algumas situações nas quais a violência se produz, no espaço público e privado. Deste modo, entendemos que as propostas de rompimento da violência precisam ter um caráter coletivo e comunitário, a disseminação do que se sabe sobre a violência contra a mulher precisa estar irrigada na educação básica, nas redes de enfrentamento, na formação técnica ou universitária.

As intervenções precisam ser em comunidade, constituídas dentro de um processo participativo, com o intercâmbio de conhecimentos, práticas e experiências

entre profissionais que trabalham ou pesquisam a violência e a população. As estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher precisam ser construídas a partir dos problemas e da realidade concreta da comunidade, dialogados com a produção do conhecimento e sistematização das experiências também comunitárias (FREITAS, 2014).

As ações e intervenções de enfrentamento da violência devem ser construídas em processo dialético e psicossocial. Percebemos o Estado preocupado com dos direitos fundamentais e com a realidade vivida, por meio da implantação de programas assistenciais. A população, por sua vez, mostra-se receptiva aos programas (FREITAS, 2014). Entretanto, faz-se necessário uma participação ativa dos envolvidos com a violência, para que o hiato entre as ações e a realidade concreta diminuam.

Assim, ouvir os gritos por meio das queixas foi uma tentativa de compreender de maneira humana a subjetividade das mulheres vítimas de violência, e contribuir com reflexões para a práticas, em especial uma educação comprometida com a transformação, desnaturalização da desesperança, possibilidades de transformar esse cotidiano de tragédias e absurdos em ações condizentes com o enfrentamento da violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. P. *et al.* **Atlas da violência**, IPEA. 2021.

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. Documentário, 1988.

AZAMBUJA, M. P. R. de.; NOGUEIRA, C. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. **Saúde e Sociedade** (online), 2008, vol.17, n.3, p.101-112.

AZEVÊDO, A. V. S. dos.; GIESEL, G. G. **Psicologia Social Comunitária: teoria e prática**. Editora Juruá, Curitiba, 2019.

BARROS, A. S. de. **Pais e violência contra filhos: dimensões psicossociais e educativa sobre grupos a partir de experiência no CREAS**. 2016. 207f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná- UFPR, Curitiba, 2016.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOCHNIA, K. de F.; MOREIRA, R. A Primavera das Mulheres: Movimento das Mulheres da Primavera em Guarapuava. **Revista Científica Semana Acadêmica**. v. 1, p.1-20, 2015.

BIGLIARDI, A. M.; ANTUNES, M. C.; WANDERBROOKE, A. C. N.S. O impacto das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher: implicações para a Psicologia Social Comunitária. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 36, n. 91, p. 262-285, jul-dez, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro 1941. Regumenta o Código de Processo Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 3 out. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm

BRILHANTE, A.V.; MOREIRA, G. A. R., VIEIRA, L. J. E. D. S.; CATRIB, A. M. F. Um estudo bibliométrico sobre a violência de gênero. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 703-715, 2016.

CAMARGO, D. R; PELACANI, B; FARIA, R. S; MIRANDA, C; COSTA, S. L. Psicossociologia com comunidades: abordagens sentipensantes como emergência na América Latina. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16(2), São João del-Rei, abril/junho de 2021. e-412.

CAMPOS, R. H. de F. A psicologia social comunitária. In: CAMPOS, R. H. de F (Org.) **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 9-14.

CERQUEIRA, D. et al. **Mapa da Violência 2018**.

CONVENÇÃO. **Interamericana para Prevenir, punir e Erradicar Convenção Interamericana para Prevenir, punir e Erradicar a Violência contra a Mulher violência contra a Mulher**. Convenção de Belém do Pará - 1994. 1994. Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/4_ConvencaodeBelemdoPara1994.pdf>.

DEZIN, N.K; LINCOLN, Y.S Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa: In: DEZIN, N.K; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Arned, 2006. p. 15-25.

DOMÍCIO, A. M. B.; NOGUEIRA, C.; FERNANDES, J.; MAIA, L.; CAPIOTTO, P.; CASTRO, P. R. de. Reinterpretação do cotidiano das mulheres vítimas de violência física no contexto familiar. **Revista Expressão Católica**, jan-jun, 01, v. 1, 2012, p.38-45.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FREITAS, M.F.Q. de. Novas práticas e velhos olhares em Psicologia Comunitária. Uma conciliação possível? In: SOUZA, L.; FREITAS, M.F.Q.; RODRIGUES, M.M.P. (orgs). **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 83-108, 1998.

_____. Intersecciones entre sentido de comunidad y vida cotidiana. In: Piper, I. (comp.) **Políticas, Sujetos y Resistencias – Debates y Críticas en Psicología Social**, Santiago de Chile. Editorial ARCIS. p. 293-306, 2002.

_____. Psychosocial practices and community dynamics. Meanings and possibilities of advance from the perspective of the engaged social actors. **The International Journal of Critical Psychology**. London, v.9, p.107-124, 2003.

_____. Desafios contemporâneos à psicologia social comunitária: que visibilidade e que espaços têm sido construídos? **Psicologia Argumento** (PUCPR. Impresso), Curitiba, v.22, n.36, p. 33-47, 2004.

_____. (In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as Psicologias Sociais da Libertação e Comunitária. Rev. **Psico**. Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 1, pp. 47-54, 2005.

_____. Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: interseções na vida cotidiana. **Educar em Revista**, n.29, p.47-62, 2007.

_____. Tensões na relação comunidade-profissional: implicações para os processos de conscientização e participação comunitária. In: LACERDA JR. F.; GUZZO, R.S.L. (orgs.). **Psicologia e Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2010.

_____. Intervenção psicossocial e compromisso: desafios às políticas públicas. In JACÓ- VILELA, AM., and SATO, L.(orgs). **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 370-386. Disponível em: SciELO Books <http://books.scielo.org>.

_____. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, H.F. (org). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 44-65.

_____. Psicologia Social Comunitária como politização da vida cotidiana: desafios à prática em comunidade. In: STELLA, C. (org.). **Psicologia Comunitária: contribuições e experiências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. Políticas Públicas e Psicologia Social Comunitária: interfaces e desafios. In: DIAS, M.S.L.; BEATRIZ, M.Z.(orgs.) **Práticas do psicólogo em políticas públicas**. Curitiba: Jurúa, 2015.

_____. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 2, São João del-Rei, julho/dezembro, p. 242-253, 2015.

_____. Psicologia Social Comunitária como Educação Política: resistência e afirmações no cotidiano. **Teoría y crítica de la psicología**, v. 11, p. 92-104, 2018.

_____. Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 32, n. 3, p. 521-532, 2015b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010366X2015000300521&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 outubro de 2020.

FINCO, D. **Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher: relações de gênero nas relações de meninos e meninas na pré-escola**. 2004. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

GODOI, C. K. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (org.). 2 ed. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 375-401.

GÓIS, C.W. de L. **Noções de psicologia comunitária**. Fortaleza: edições UFC, 1994.

GÓIS, C.W.de L. Psicologia Comunitária. In: Silva, M.F.S.; AQUINO, C.A.B.(org). **Psicologia Social: Desdobramentos e aplicações**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

GUARAPUAVA, _____, 2023. Disponível em: <https://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/secretaria-de-politicas-publicas-para-mulheres-completa-10-anos-no-dia-08-de-marco/#:~:text=Com%20o%20principal%20objetivo%20de,para%20as%20Mulheres%20em%20Guarapuava.>

GUARAPUAVA, _____, 2022a. Disponível em: <https://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/22-de-julho-dia-estadual-de-combate-ao-feminicidio/#:~:text=Diante%20disso%2C%20foi%20institu%C3%ADdo%20pela,Tati%20Spitzner%2C%20assassinada%20em%202018.>

GUARAPUAVA, _____, 2022b. Disponível em: <https://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/retrospectiva-2022-em-um-ano-de-avancos-secretaria-de-politicas-publicas-para-mulheres-comemora-resultados-positivos/>

GUARAPUAVA, 2021. Disponível em:

[https://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/guarapuava-sanciona-lei-de-distribuicao-de-
absorventes-intimos-para-mulheres-em-vulnerabilidade-social/](https://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/guarapuava-sanciona-lei-de-distribuicao-de-absorventes-intimos-para-mulheres-em-vulnerabilidade-social/)

GUARAPUAVA, 2020. Disponível em:
[https://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/projetos-da-unicentro-em-parceria-com-a-
secretaria-da-mulher-ganham-premios-nacionais-do-expocom/](https://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/projetos-da-unicentro-em-parceria-com-a-secretaria-da-mulher-ganham-premios-nacionais-do-expocom/)

GUARESCHI, P. A. Relações comunitárias – Relações de dominação In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.) **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 66-81.

GRIX, J. Introducing Students to the Generic Terminology of Social Research. **Political Studies Association**, v, 22, n. 3, 2002, p. 175-186.

GUZZO, R. S.; MEZZALIRA, A. S.; MOREIRA, A. G. Desafios, Ameaças e Compromissos para os Psicólogos: as políticas públicas no campo educativo. In Oliveira, I. F.; Yamamoto, O. H., (Orgs), **Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2014, p. 215-238.

IZUMINO, W. P. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. Imprensa: São Paulo, Annablume, Fapesp, 2004.

KLANOVICZ , L. R. F.; PIENEGONDA, F. Políticas públicas de enfrentamento da violência contra mulheres no Brasil: o caso do município de Guarapuava, Paraná. **Diálogos Latinoamericanos**, v. 27, p. 12-21, 2018.

LANE, S.T.M. **O que é Psicologia Social?** 4ª reimpressão, 22ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

_____. A psicologia Social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

_____. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.) **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 15-28.

LOPES, C. B. Direitos humanos das mulheres: dois passos à frente, um passo atrás. In: RODRIGUES, A. M. et al. (Org.). **Direitos humanos das mulheres**. Coimbra: Coimbra Ed., 2005. p. 157-170.

LOURO, G. L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

LIMA, C. A. de et al. **Redes de atenção para mulheres em situação de violência sexual: análise do caso de Campo Grande/Mato Grosso do Sul a partir das**

representações sociais de seus gestores. 2014, 221f. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2014

MARCONDES, G. G. **Guarapuava: história de luta e trabalho.** Guarapuava: Unicentro, 1998. 202 p.

MARTIN-BARÓ, I. Los cristianos y la violencia. **Teoria Critica de la Psicología**, 6, p. 415-456, 1968.

_____. O Latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In: Montero, M. (Coord.), **Psicologia Política Latino-Americana.** Caracas: Panapo, 1987 p.135-162.

_____. La violencia em Centroamérica: una visión psicosocial. **Revista Costarricense de psicología**, 12(13), p. 21-34, 1988.

_____. **Sistema, grupo y poder:** Psicología Social desde Centroamérica II. San Salvador, UCA Editores, 1988.

_____. La família, puerto y carcel para la mujer Salvadoreña. **Revista de Psicología El Salvador**, vol. IX, n.37. p. 265-277. UCA, San Salvador, El Salvador, C.A, 1990.

_____. Iglesia y Revolución em El Salvador. Em Martín-Baró. **Psicología de la Liberación.** Madrid: Editorial Trotta, p. 203-225, 1998.

_____. Las raíces estructurales de la violencia In: MARTIN-BARÓ, I. **Poder, Ideología y violencia.** Madrid: Trotta, 2003.

MEYER, D. E. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 57, p. 13-18, 2004.

MINAYO, M. C. de S. Violência social sob a perspectiva saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, 10 (Sup. 1), p.7-18, 1994.

_____. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MONTERO, M. Un paradigma para la psicología social: reflexiones desde el quehacer em America Latina. In: Montero, M. (Org.) **Construcción y Crítica de la Psicología Social.** Barcelona: Editorial Anthropos, 1994.

_____. **Teoría y práctica de la psicología comunitaria.** La tensión entre comunidad y sociedad. Buenos Aires: Paidós, 2003.

_____. **Introducción a la psicología comunitaria:** desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Paidós, 2004.

_____. **Teoría y Práctica de la Psicología Comunitaria: La tensión entre comunidad y sociedad.** 1ª ed. 3ª reimp. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. A tensão entre o fortalecimento e as influências alienadoras no trabalho psicossocial comunitário e político. In: LACERDA JR, F.; GUZZO, R.S.L.(orgs). **Psicologia e Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social.** Campinas – SP, Editora Alínea, 2010.

_____. **La violencia de género en mujeres indígenas de Chimborazo desde la perspectiva de violencia simbólica de Pierre Bourdieu,** periodo octubre 2019 – marzo 2020. Riobamba – Ecuador, 2020.

OAB GUARAPUAVA, 2018, Disponível em: <https://oabguarapuava.com.br/projeto-tatiane-spitzner/>

OLIVEIRA, M. de F. S. et al. **Permanências e mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência de Tobias Barreto/SE.** 2014. Dissertação de Mestrado, 2014, 148 f. Universidade Federal de Sergipe - UFS, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Informe mundial sobre la violencia y salud.** Genebra: OMS, 2002.

OSORIO, J. M. F. Psicología y ética comunitaria. In: Osorio, J. M. F. (Org.). **Repensar la Psicología y lo Comunitario em América Latina.** Baja California: Universidad de Tijuana CUT, p. 69-86, 2014.

PAULO, B. G. de. **Vitimização de mulheres nas delegacias de polícia de Minas Gerais: constatação e caminhos da superação.** 2014. Dissertação de Mestrado. Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM, 2014.

PINTO, R. C. F. **O enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil: as políticas públicas no século XXI e a violação dos direitos humanos.** 2017. 108f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, 2017.

RAMPAZO, A. V. **O simbolismo das identidades naufragadas do Território Cantuquiriguaçu.** 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Administração, Programa de Pós- Graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RELATÓRIO. **Retrato da violência contra as mulheres em Guarapuava em tempos de Pandemia de Coronavírus.** Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, 2020.

RIBEIRO, M. Movimento feminista na fonte dos centros de combate à violência contra mulheres. **Anais**. Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248, Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

SAFFIOTI, H. IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**, v.13, p. 115-136, 2001.

SANTOS, A. P. dos. **Entre embaraços, performances e resistências: a construção da queixa de violência doméstica de mulheres em uma Delegacia**.2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa – UFV, 2014.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES (SPPM). **Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres**. 2016.

SILVA, E. P. **Mulheres em situação de violência na favela de Paraisópolis: possibilidades de lutas e resistência**. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2014.

SILVA, G. S. **A dominação masculina, o patriarcado e a apropriação estatal de conflitos: contribuições da justiça restaurativa aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2017. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito de Vitória, 2017.

SILVA, S. S. G. T.; GUZZO, R. S. L. Escola, família e psicologia: diferentes sentidos da violência no ensino fundamental. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, 2019.

SMIGAY, K. **Relações violentas no espaço da intimidade: drama privado ou tragédia pública?** Tese de doutorado, São Paulo, PUC-SP, 2000.

_____. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, jun. 2002.

STAKE, R. E. Case studies. In DENZIN, K. K.; LINCOLN, Y. S. (orgs.) **Handbook of Qualitative Research**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000, p. 435-453.

TILIO, R. de. Marcos legais internacionais e nacionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres: um percurso histórico. **Revista Gestão e Políticas Públicas**, v. 2(1), p. 8-93, 2012.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**.

Apêndice A – Apresentação dos 52 trabalhos que compõem a pesquisa de levantamento em teses e dissertações sobre a violência contra a mulher.

Dissertação	ARAÚJO, Annamaria da Silva. Eu não tenho apoio de nada”: as dificuldades das mulheres no acesso à “rede” de enfrentamento a violência contra a mulher'.	2013	Serviço Social
Dissertação	ARAÚJO, Antonia Cileide de. O impacto da judicialização de delitos provenientes da violência doméstica contra a mulher após a vigência da Lei Maria da Penha, no Cariri Cearense.	2017	Direto
Dissertação	ASIN, Paola Isabel Carrasco. Determinantes sociais dos feminicídios no Peru e no Brasil 2009 - 2014.	2016	Saúde
Dissertação	BARBOSA, Gabriella Sousa da Silva. Medidas Protetivas de Urgência e o Poder Judiciário Maranhense: avaliação da eficácia da prestação jurisdicional estatal nos julgamentos de Medidas Protetivas de Urgência através da análise de seus recursos entre os anos de 2012- 2016'	2018	Direto
Dissertação	BERNARDES, Isabel Cristina Goncalves. O operador do Direito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo no atendimento à violência contra a mulher.	2016	Psicologia
Dissertação	BEZERRA, Floriza Soares. Nos bares, na lama, nos lares, na cama: uma análise ontológica da violência contra mulher em situação de rua no Brasil contemporâneo.	2018	Serviço Social
Dissertação	BEZERRA, Juliana da Fonseca. Atuação dos profissionais de saúde na atenção a mulher em situação de violência sexual.	2014	Saúde
Tese	BRASILINO, Jullyane Chagas Barboza. "Portas de entrada para a saída do inferno”: a rede de serviços de atenção a mulheres em situação de violência.	2014	Psicologia
Tese	BRILHANTE, Aline Veras Morais. Gênero, Sexualidade e Forró: um estudo histórico social no contexto nordestino.	2015	Saúde
Tese	CALIL, Mario Lucio Garcez. Violência de gênero e proteção suficiente: da necessidade de concretização conjunta das políticas criminais e das políticas sociais de proteção às vítimas de violência doméstica contra a mulher.	2014	Direto
Dissertação	COSTA, Monalisa Abrante Mariano. Atuação profissional na atenção primária à saúde das mulheres em situação de violência sexual.	2015	Saúde
Dissertação	COUTINHO, Ana Rita Costa. As experiências sociais das mulheres em situação de violência e as estratégias de enfrentamento'.	2015	Serviço Social
Dissertação	FERNANDES, Fernanda Santos. Princípio da Vedação à Proteção Deficiente na Lei de Violência Doméstica.	2018	Direto
Tese	FERNANDES, Valeria Diez. Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade.	2013	Direto
Dissertação	FERREIRA, Josanne Cristina Ribeiro. Lei Maria da Penha e Poder Judiciário: entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher entre os anos de 2006 a 2013.	2014	Educação
Dissertação	FILHO, Luiz Fernando Ferreira de Souza. Entre punir e conciliar - o interesse punitivo e a vontade da mulher - a intervenção do estado nos processos de violência doméstica e familiar.	2014	Direto
Tese	FREITAS, Waglania De Mendonca Faustino e. Processo de trabalho e violência de gênero: a perspectiva dos profissionais da Estratégia Saúde da Família.	2013	Saúde
Dissertação	GIRALDI, Klariene Andrielly. Perspectivas feministas e de	2016	Direto

	masculinidades: o papel do Poder Judiciário na desconstrução da violência contra a mulher.		
Dissertação	ÍRIS DE CARVALHO, VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: O EDUCATIVO – FORMATIVO DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO WEBSITE G1	2019	Educação
Dissertação	LEITE, Adriana Miranda Ferreira. Violência doméstica contra a mulher: representações e práticas do agente comunitário de saúde.	2018	Saúde
Tese	LIMA, Claudia Araujo de. Redes de atenção para mulheres em situação de violência sexual: análise do caso de Campo Grande/Mato Grosso do Sul a partir das representações sociais de seus gestores.	2014	Saúde
Dissertação	LIMA, Maria Cristina Dias de. Abortamento legal: estudo de caso num hospital público do sul do país.	2017	Saúde
Dissertação	LUZ, Fernanda Pereira. As mulheres do tráfico e a violência de gênero'.	2014	Educação
Tese	MIGUENS, Marcela Siqueira. Femicídio: uma análise do direito penal como instrumento de proteção da mulher vítima de violências.	2017	Direto
Dissertação	MIRANDA, Aquila Bruno. Ação educativa em saúde para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres: a experiência do grupo Despertar.	2018	Educação
Dissertação	MORAIS, Suzimar Wacton de. Violência contra a mulher, uma realidade velada no Bairro Vila Terezinha: participação comunitária para o fim dos conflitos.	2014	Psicologia
Tese	MOREIRA, Gracyelle Alves Remigio. Análise da atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual em Fortaleza, CE'.	2016	Saúde
Dissertação	NASCIMENTO, Bruna da Silva. Atitudes frente à violência contra a mulher: o papel dos valores e da desumanização da mulher.	2015	Psicologia
Dissertação	OLIVEIRA, Caroline Schweitzer de. Violência sexual: mulheres atendidas em uma rede de atenção integral em uma capital do sul do Brasil.	2016	Saúde
Dissertação	OLIVEIRA, Maria de Fatima Silva. Permanências e mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência dos profissionais do centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência de Tobias Barreto/SE	2014	Serviço Social
Dissertação	PAULO, Bruno Giovannini de. Vitimização de mulheres nas delegacias de polícia de Minas Gerais: constatação e caminhos da superação.	2018	Direto
Dissertação	PEREIRA, Larissa Kuhl Izidoro. Lei Maria da Penha: análise dos livros de registros, referentes aos boletins de ocorrência da cidade de Maringá (2006-2007). o que a educação escolar tem a ver com isso?	2015	Educação
Dissertação	PIERINE, Andrea Silveira Machado. Mulheres que denunciaram a violência: questões de justiça e saúde.	2017	Saúde
Dissertação	PINTO, Raquel Cristiane Feistel. O enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil: as políticas públicas no século XXI e a violação dos direitos humanos.	2017	Direto
Dissertação	PONTES, Kelem Rodrigues de Melo. Violência doméstica geracional em parintins: um olhar para os casos registrados na delegacia especializada.	2017	Serviço Social
Dissertação	SAAD, Maria Amelia Pedro. A trama das mulheres invisíveis: análise da abordagem de feminicídio íntimo no jornalismo popular'.	2018	Saúde
Dissertação	SANTOS, Ana Pereira dos. Entre embaraços, performances e resistências: a construção da queixa de violência doméstica de mulheres em uma Delegacia.	2014	Educação
Dissertação	SANTOS, Camilla Guedes Pereira Pitanga. A proteção a mulher segurada da Previdência Social: uma abordagem sobre as ações regressivas	2014	Direto

	decorrentes de violência doméstica.		
Dissertação	SANTOS, Natali Emilym dos. A compreensão dos papéis de gênero e a finalidade da Lei nº1.340/2006.	2017	Direto
Dissertação	SANTOS, Sherly Maclaine de Jesus. Pra não dizer que não falei das flores - narrativas das mulheres em situação de violência doméstica e familiar atendidas pelo ministério público no município de Timon-MA.	2016	Educação
Dissertação	SANTOS, Sílvia Chakian de Toledo. A tutela penal da mulher: histórico, limites e exigências para uma proteção eficiente.	2018	Direto
Dissertação	SANTOS, Teresa Cristina Melo Dos. Lei Maria da Penha: avaliação dos seis anos de implantação em Belém/PA	2013	Serviço Social
Dissertação	SEIDLER, Jucélia Fatima. As lutas das mulheres contra a discriminação e violência para a construção de uma nova identidade e sua influência nas composições familiares.	2018	Direto
Dissertação	SILVA, Eliana Pereira. Mulheres em situação de violência na favela de Paraisópolis: possibilidades de luta e resistência.	2014	Serviço Social
Dissertação	SILVA, Gabrielle Saraiva. A dominação masculina, o patriarcado e a apropriação estatal de conflitos: contribuições da justiça restaurativa aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.	2017	Direto
Dissertação	SILVA, Maria Nilda Conceicao da. Centro de Referência da Mulher Casa Brasilândia: um estudo sobre o processo de abrigo de mulheres em situação de risco de morte na cidade de São Paulo.	2015	Serviço Social
Dissertação	SILVEIRA, Juceli Pansera. Enfrentamento à violência doméstica contra a mulher: a efetividade das políticas públicas no município de Cascavel/PR.	2018	Serviço Social
Tese	SILVEIRA, Raquel Da Silva. Interseccionalidade gênero/raça/etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade.	2013	Psicologia
Dissertação	TAMBORIL, Bruna Caroline Rodrigues. Concepções dos profissionais da perícia forense do estado do Ceará sobre a violência sexual contra a mulher.	2017	Saúde
Dissertação	VASCONCELLOS, Neiva Augusta Viegas. A violência contra a mulher.	2016	Saúde
Dissertação	VASCONCELOS, Sílvia Catarina Dourado. Violência de gênero: uma análise da rede de atendimento à mulher.	2016	Serviço Social

Apêndice B – Autorização da pesquisa pelo CRAM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DOCUMENTAL

Eu, Thalyta Forquim Buco, responsável pelos documentos do Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM e diretora da instituição, declaro estar esclarecida sobre a pesquisa e autorizo os dados documentais para fins de tese de doutorado, que apresenta os seguintes objetivos geral e específicos: Analisar os relatos de mulheres vítimas de violência domésticas documentados nos atendimentos junto ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) e as possíveis repercussões psicológicas e físicas desencadeadas nessas mulheres. Objetivos específicos: a) identificar quem são as mulheres vítimas de violência, que procuram atendimento no CRAM; b) levantar e analisar as queixas de mulheres sobre a violência sofrida e documentadas pelo CRAM; e c) descrever possíveis aproximações e distanciamento entre a pesquisa documental com os relatos das queixas de mulheres que sofrem violência e o levantamento de teses e dissertações.

Os dados documentais levantados serão utilizados exclusivamente para pesquisa de tese de doutorado, terão sigilo e privacidade. As informações como dados pessoais das mulheres não serão acessadas pelas pesquisadoras. Será garantido o sigilo das identidades e informações. Nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, nenhum nome será citado e os resultados da pesquisa poderão ser socializados com a Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres e com o CRAM.

Informações das pesquisadoras:

Acadêmica: Carla Marlana Rocha. e-mail carlamarlana@unicentro.br e telefone (42) 99946-1337.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Quinta de Freitas. e-mail fquintal@terra.com.br e telefone (41) 99208-2106.

Guarapuava, 23 de fevereiro de 2023.

Thalyta Forquim Buco

Anexo – Formulário de avaliação de risco FRIDA

Nome da usuária: _____ Data: _____

Perguntas	Sim	Não	Não sabe	Não se aplica
A violência vem aumentando de gravidade e/ou de frequência no último mês?				
A senhora/você está grávida ou teve bebê nos últimos 18 meses?				
A senhora/você tem filhos(as) com o(a) agressor(a)? (Caso não tenham filhos em comum, o registro não se aplica) Em caso afirmativo, estão vivendo algum conflito com relação à guarda dos filhos, visitas ou pagamento de pensão pelo agressor?				
O(A) agressor(a) persegue a senhora/você, demonstra ciúme excessivo, tenta controlar sua vida e as coisas que você faz (aonde você vai, com quem conversa, o tipo de roupa que usa, etc.)?				
A senhora/você se separou recentemente do(a) agressor(a), tentou ou tem intenção de se separar? Especifique: Separou <input type="checkbox"/> Tentou <input type="checkbox"/> Manifestou intenção <input type="checkbox"/>				
O(A) agressor(a) também é violento com outras pessoas (familiares, amigos, colegas etc.)? Especifique: Crianças <input type="checkbox"/> Outros familiares <input type="checkbox"/> Outras pessoas <input type="checkbox"/>				
A senhora/você possui algum animal doméstico? (Caso não tenha animal doméstico, o registro não se aplica.) Em caso afirmativo, o(a) agressor(a) maltrata ou agride o animal?				
O(A) agressor(a) já a agrediu fisicamente outras vezes?				
Alguma vez o(a) agressor(a) tentou estrangular, sufocar ou afogar a senhora/você?				
O(A) agressor(a) já fez ameaças de morte ou tentou matar a senhora/você?				
O(A) agressor(a) já usou, ameaçou usar arma de fogo contra a senhora/você ou tem fácil acesso a uma arma? Especifique: Usou <input type="checkbox"/> Ameaçou usar <input type="checkbox"/> Tem fácil acesso <input type="checkbox"/>				
O(A) agressor(a) já a ameaçou ou feriu com outro tipo de arma ou instrumento?				
A senhora/você necessitou de atendimento médico e/ou internação após algumas dessas agressões? Especifique: Atendimento médico <input type="checkbox"/> Internação <input type="checkbox"/>				

O(A) agressor(a) é usuário de drogas e/ou bebidas alcóolicas?				
O(A) agressor(a) faz uso de medicação controlada para alguma doença mental/psiquiátrica?				
A senhora/você já teve ou tem medida protetiva de urgência? (Caso não tenha tido medidas protetivas de urgência antes, o registro não se aplica.) O(A) agressor(a) já descumpriu medida protetiva de afastamento ou proibição de contato?				
O(A) agressor(a) já ameaçou ou tentou se matar alguma vez?				
O(A) agressor(a) já obrigou a senhora/você a ter relações sexuais contra a sua vontade?				
O(A) agressor(a) está com dificuldades financeiras, está desempregado ou tem dificuldade de se manter no emprego?				
Total				

		Nº de itens assinalados com "não sabe" ou "não se aplica"											
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11-19
Nº de itens assinalados com "sim"	0-2	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	M
	3	B	B	B	B	B	B	B	B	M	M	M	M
	4	B	B	B	B	M	M	M	M	M	M	M	M
	5	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	E	M
	6	M	M	M	M	M	M	M	M	E	E	E	M
	7	M	M	M	M	M	M	E	E	E	E	E	M
	8	M	M	M	M	E	E	E	E	E	E	E	M
	9	M	M	E	E	E	E	E	E	E	E	E	M
	10-19	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	

Legenda: B = Risco baixo; M = Risco médio; E = Risco elevado.

Escala de gravidade de risco Baixo () Médio () Elevado ()